HELENA COPETTI CALLAI

TRAJETÓRIA DE EXPROPRIAÇÃO; o colono e
a formação da região de colônias novas

Dissertação de Mestrado apresentada no Curso de Pós -Graduação em Geografia Humana, no Departamento de Geografia.FFLCH - USP sob a orientação do Professor Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Universidade de São Paulo
FFLCH - Departamento de Geografia

1983

Ao Jaeme, Andréia e Tomás, com
amor, pelo tempo e espaço com
que comigo " curtiram " a reali-
zação deste trabalho.

Agradecimentos

É importante e necessário, lembrar, ao findar este trabalho, aqueles que contribuíram de uma ou de outra maneira para a sua realização.

Fica, portanto, registrado o agradecimento à FIDENE (Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado -RS.) pela oportunidade de realizar o curso, através do encaminhamento de bolsa-de estudos do PICD - CAPES, e de auxílio financeiro, também da CAPES, para a conclusão do trabalho de dissertação. Ao Departamento de Ciências Sociais, que em sua trajetória de construção, nos construímos e formamos mutuamente, através de nosso desenvolvimento intelectual. Ao Professor Dr. Antonio Olívio Ceron, do qual fui orientanda no início do curso de Pós-Graduação. Aos colegas de trabalho, aos amigos, à família, e a todos aqueles, que mesmo sem nomeá-los individualmente, sabem que a eles estou agradecida.

Enfim, de muitos foram os auxílios, e o trabalho que disto resultou é a demonstração do meu crescimento, da minha trajetória intelectual. Quaisquer equívocos, portanto, são de minha inteira responsabilidade.

Menção especial faço ao Professor Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pela confiança, recebendo-me como Orientanda no Curso de Pós-Graduação e pela orientação e disponibilidade que, em todos os momentos demonstrou, permitindo-me, assim superar muitas dificuldades, e encaminhar as questões que me levaram a concluir o trabalho, e contribuíram para o meu amadurecimento intelectual.

SUMÁRIO

Página

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO	01
1. Contexto em que se insere o trabalho	01
2. Objetivos.....	04
3. Como a geografia estudou o problema	10
4. As fontes do trabalho	15

CAPÍTULO II

TEORIA E MÉTODO	17
1. Como considerar o espaço na Geografia	17
2. Como considerar a atividade agrícola na região	33

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO DA REGIÃO DE COLÔNIAS NOVAS	47
1. O Rio Grande do Sul	47
2. A fase de implantação das Colônias Novas	61
3. A colonização propriamente dita	83
4. A municipalização das colônias Novas e do Rio Grande do Sul	90

CAPÍTULO IV

AS TRANSFORMAÇÕES DA REGIÃO DE COLÔNIAS NOVAS	103
1. Introdução	104
2. Transformações técnicas e Reorganização da Região de Colônias Novas	107
3. Uma nova feição da região	177

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
BIBLIOGRAFIA	218

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.	Planta da Colônia de Ijuí	68
Mapa 2.	Rio Grande do Sul : Vias Férreas	74
Mapa 3.	Rio Grande do Sul : Colônias	78
Mapa 4.	Rio Grande do Sul : Divisão Municipal em 1809...	99
Mapa 5.	Rio Grande do Sul : Divisão Municipal em 1834...	99
Mapa 6.	Rio Grande do Sul : Divisão Municipal em 1858...	100
Mapa 7.	Rio Grande do Sul : Divisão Municipal em 1881...	100
Mapa 8.	Rio Grande do Sul : Divisão Municipal em 1912...	101
Mapa 9.	Rio Grande do Sul : Divisão Municipal em 1931...	101
Mapa 10.	Rio Grande do Sul : Divisão Municipal em 1944...	102
Mapa 11.	Rio Grande do Sul : Divisão Municipal em 1965...	102
Mapa 12.	Hierarquia dos Centros Urbanos do Noroeste do RS	185
Mapa 13.	Rio Grande do Sul, Percentual de mão de obra familiar em relação ao total do pessoal ocupado na agropecuária, no município	202
Mapa 14.	Rio Grande do Sul, percentual de empregados <u>tem</u> porários e permanentes em relação do total do	

peçoal ocupado na agropecuária, no município 203

Mapa 15. Rio Grande do Sul, Percentual da área colhida
de trigo em relação à área total, por município 204

Mapa 16. Rio Grande do Sul; Percentual da área colhida
de soja em relação à área total por município 205

LISTA DE FOTOS

Foto 1.	A cidade, Ijuí, vista da rua do Comércio	79
Foto 2.	A cidade, Ijuí - Praça da República.....	80
Foto 3.	A cidade, Ijuí, vista geral	81
Foto 4.	A cidade, Boa Vista do Buricá, vista geral...	82
Foto 5.	Período da policultura, extração da erva-mate	170
Foto 6.	Período da policultura, criação de gado lei - teiro	171
Foto 7.	Período da policultura, alambique de aguarden <u>te</u> te	172
Foto 8.	Uso do solo agrícola	173
Foto 9.	Cultura do trigo, colheita manual	174
Foto 10.	Cultura do trigo, trilhadeira movida a tração animal... ..	175
Foto 11.	Cultura do trigo, trilhadeira movida a gaso - gêneo	176

LISTA DE TABELAS

Página

Tabela 1.	Área Ocupada (em ha.) pelos principais produtos agrícolas, total de culturas, passagens, florestas, e área total em Ijuí nos <u>a</u> nos de 1950-1960-1970-1975.....	110
Tabela 2.	Produção (toneladas) dos principais produtos agrícolas em Ijuí nos anos de 1950,1960-1970-1975	112
Tabela 3.	Produção de soja e trigo em toneladas e por área ocupada (em hectares) em 1970 e 1975 ..	118
Tabela 4.	Número de tratores em 1970-1975-1980, na Micro-Região de Ijuí, de Santa Rosa e no RS ..	123
Tabela 5.	Mão de obra familiar, número de tratores e área cultivada em 1960-1970-1975, em Ijuí, <u>A</u> juricaba e Augusto Pestana	124
Tabela 6.	Mão de obra ocupada em Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana, 1960-1970-1975.....	128
Tabela 7.	Imóveis Rurais, segundo a categoria, em 1967 e 1972, quanto ao número de imóveis e área total.....	140

Tabela 8.	Percentual de Minifúndio, de Empresa Rural, de Latifúndio por exploração, sobre o total do número de imóveis e da área total	142
Tabela 9.	Número de estabelecimentos rurais e área média em hectares, para Ijuí (antiga colônia) 1920 a 1975	143
Tabela 10.	Número de Estabelecimentos e Área Ocupada, por grupos de área na antiga colônia de Ijuí em 1950-1960-1970-1975	145
Tabela 11.	Número de Estabelecimentos e área total, por grupos de área, na Micro-Região colonial de Ijuí em 1970-1975	146
Tabela 12.	Demonstrativos do custo de produção da soja	210
Tabela 13.	Demonstrativo do custo de produção da soja	211
Tabela 14.	Demonstrativo do custo de produção do trigo	214
Tabela 15.	Demonstrativo do custo de produção do trigo	214

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

" Não se trata já de ' ler o gran
de livro aberto da natureza',mas
sim de pôr em prática instrumenten
tos conceptuais (mais ou menos
eficazes) que permitam, a pouco
e pouco, apreender realidades
que se não vêem " o olho nu". "
(Yves Lacoste)

1 - Contexto em que se insere o trabalho

Este trabalho tem a preocupação básica de estudar as transformações ocorridas e a configuração da Região de Colônias Novas do Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto é necessário compreender a Formação da Região e sua organização a partir do trabalho dos colonos imigrantes europeus e / ou seus descendentes, nas áreas originalmente de matas, a par dos 'gaúchos' nos campos.

Nos últimos anos têm sido realizados diversos estudos sobre a Região Colonial Nova do Rio Grande do Sul . São trabalhos publicados ou ainda em andamento, que oportunizam uma maior compreensão da realidade desta porção do terriri

tório brasileiro. São muitos deles, trabalhos que abordam de uma ou de outra forma o desenvolvimento do capitalismo na região, mais precisamente na agricultura.

A proposta deste trabalho é tentar desenvolver um estudo de geografia, sem deixar de compreender, no entanto, que as Ciências Humanas são um todo que estuda a realidade. Um estudo de geografia que leve a compreender em especial o porque desta organização do espaço.

A perspectiva de que o espaço adquire a feição decorrente da forma como a sociedade se organiza, como os homens trabalham, é fundamental, e ponto de partida para a realização deste estudo. Neste caminho é de grande importância compreender as condições postas pela "Primeira Natureza". Na mesma medida é importante compreender como se dá a integração desta porção do Estado mais meridional do Brasil ao conjunto do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil.

Toda a região tem a sua história e como tal é pressuposto básico que quem nela vive, a compreenda para saber encaminhar o seu trabalho. A dinâmica das relações que hoje ocorrem, nesta "região" estão inseridas num contexto, decorrente de um lado, da própria trajetória dos imigrantes europeus e seus descendentes na sua instalação no Rio Grande do Sul, e de outro lado, da vinculação desta região ao conjunto do território nacional. Vinculação esta entendida do

ponto de vista de que a região de Colônias Novas em particular, e o Estado do RS no seu conjunto, são partes integrantes do território nacional em seu desenvolvimento. Não se pode entendê-la portanto como algo de fora, isolado, mas no interior do conjunto do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Para compreender a real dimensão desta organização do espaço, da configuração e transformações desta região é importante conhecer a sua formação e a trajetória destes colonos e do conjunto da sociedade brasileira, territorializada no Norte do Rio Grande do Sul.

A realização deste trabalho, portanto está além de meramente fazer um estudo dentro da Geografia Regional Tradicional.* Tem a intenção, de entender que a Geografia em seu estudo diário, seja a nível de pesquisa, seja a nível de ensino pode e deve realizar estudos que dêem conta, ou que contribuam para a compreensão do mundo em que se vive.

*. Geografia Regional na definição de Vidal de La Blache.

2 - Objetivos

O objetivo básico do estudo é compreender a dinâmica da configuração e das transformações de uma região. Entender a sua formação, a sua organização, a partir do pressuposto que nos é dado por Milton Santos de que " o ato de produzir, é ao mesmo tempo o ato de produzir o espaço ".

O setor mais dinâmico da economia da região é a agricultura. É portanto a atividade agrícola que vai dar o " tom " para a organização do espaço. Não se pode esquecer , no entanto que a agricultura é um setor subordinado, no conjunto do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

O núcleo central do desenvolvimento do capitalismo brasileiro baseado na Industrialização e localmente situado em São Paulo, subordina através da divisão territorial do trabalho, a agricultura e a região em estudo.

Neste sentido a região de Colônias Novas se forma, se configura, integrada ao conjunto do desenvolvimento nacional, marcado no entanto por uma especificidade na reprodução do capital. Esta forma de produção e reprodução do capital cria características, pode-se dizer, de homogeneidade dentro de uma determinada porção do território, cuja característica básica é a heterogeneidade. Essas características se referem às relações de trabalho, à organização da produção ,

às relações sociais e à própria organização do espaço.

Não são no entanto " propriedade particular " desta região, pois não se trata de caracterizar o " único " no sentido de espaço com características específicas de homogeneidade de uma região. Não é a região no sentido lablachiano. Muito ao contrário, estas características de homogeneidade interna se devem a especificidade que assumem as formas de produção e reprodução do capital em determinado momento e em determinado espaço. Logo esta especificidade é de certa forma a mesma que aparece hoje no oeste do Paraná, no oeste de Santa Catarina.

Esta dinâmica é o que interessa apreender neste estudo, o espaço que vai se formando, que vai sendo criado, suas articulações internas, e suas articulações com o conjunto do território nacional.

Partindo, então do setor fundamental do desenvolvimento econômico e social da região, que é a atividade agrária, pretende-se chegar à compreensão de todo o conjunto do espaço, seja a nível de estruturação urbana, seja rural. Enfim, é a configuração de uma região com suas contradições específicas, reproduzindo as contradições do espaço nacional - o território, reflexos da reprodução ampliada do capital a nível internacional.

Para se chegar a esta compreensão o trabalho

parte das discussões a nível teórico de como deve ser um estudo de Geografia que de fato permita que se vá além da aparência, além das descrições tradicionais do espaço visível ou não. Tenta-se buscar aqueles conceitos, aquela perspectiva que permitam uma visão da totalidade não parcelada da realidade. Busca-se a compreensão de como a sociedade se apropria da natureza através do processo produtivo, e especialmente o modo como isto ocorre. Quer dizer compreendendo que as relações de produção e de trabalho presentes nesta região são produzidas pelo capital porque a mesma é parte integrante do conjunto do território nacional.

O entendimento de que o espaço vai sendo criado pelo trabalho dos homens, subordinando a Primeira Natureza - aquilo que se pode denominar de recursos naturais na sua amplitude do termo, criando e recriando a Segunda Natureza, que é a natureza socializada, é um dos pontos essenciais do trabalho.

A "unidade de estudo" com que se opera - a região - não deve perder a globalidade do espaço, a sua totalidade. Nestes termos o território, a região, e a colônia podem ser os três níveis de intermediação da noção de espaço com a realidade concreta.

O território é o conjunto geopolítico do espaço brasileiro, onde se materializa o capital, seja o multinal

cional, seja o nacional; é o arcabouço físico e a opção política; é onde a atuação do Estado opera no sentido de dar res_ paldo a produção e reprodução do capital. Estas relações todas contém um "chão", um assentamento territorial, isto é, um " espaço muito determinado ". Este espaço a nível nacional é o território.

Dentro deste território existirão diversas regiões que têm como característica própria a especificidade da acumulação do capital, e, em consequência, de organização e de luta de classes. O que caracteriza a região são as formas que nela existem e/ou que o capital cria em seu próprio proveito. Assim é necessário, no caso da presente dissertação, estudar a agricultura desenvolvida pela pequena produção agrícola, em moldes familiares, pelo colono. É pois a agricultura praticada por este colono, o elemento dinamizador da economia regional. A característica essencial da região é portanto a forma como ela se incorpora no desenvolvimento global do capitalismo. As relações que se estabelecem a nível de subordinação da agricultura e da própria " região" a uma divisão territorial do trabalho, calcada num centro industrial, que a nível nacional tem o Sudeste - especialmente São Paulo como locus.

A colônia, célula básica da produção agrícola da região, produz e reproduz o colono, como elemento produtor.

A colônia é a porção menor do conjunto regional, da formação territorial. A colônia se reproduz e nela as relações de produção e de trabalho da região e do território nacional. A colônia é a forma que o capital cria e recria e que dá a esta região as características de peculiaridade que lhe são próprias. Significa exatamente a forma de viabilização do capital como um todo, nesta porção do território, quer dizer, nesta região. Para tanto o capital cria e recria o colono.*

É a partir destes pressupostos teóricos, presentes no primeiro capítulo do trabalho, que é desenvolvido o conjunto do estudo.

Já no capítulo referente a Formação da Região de Colônias Novas do Nordeste do Rio Grande do Sul é analisada a estruturação desta região a partir daquele que é o fator fundamental para a sua criação - colonização com imigrantes europeus e/ou seus descendentes. A inserção da produção agrícola das "matas gaúchas" na economia nacional e a imigração e colonização européia são os dados importantes a ser considerados. A instalação do colono, as suas relações com um "espaço" novo e as características do trabalho que desenvolve e a sua inserção na economia do Rio Grande do Sul são analisados.

*, Também conceituado como camponês, neo-camponês, pequeno produtor agrícola, pequeno proprietário.

Para compreensão desta realidade é feita análise da instalação de algumas colônias.

A seguir é feito um estudo sobre a municipalização desta região, que mantém estreita ligação com a estrutura fundiária. São todas pequenas cidades muito próximas umas das outras.

No capítulo seguinte são analisadas as alterações ocorridas no modo de produzir, e a organização e reorganização da produção, das relações de trabalho, e a nova feição que o espaço assume.

É a fase da especialização da agricultura no binômio trigo x soja, do uso intenso de capital para a produção agrícola, da substituição da policultura e da produção de alimentos para o consumo próprio, pelos produtos essencialmente comerciais.

As transformações que ocorrem na atividade agrícola da região no período posterior à década de 40 são de grande importância para a região. São transformações decorrentes de uma nova forma de acumulação do capital no conjunto do território nacional.

A forma de inserção da região a esta nova situação se dá com profundas alterações na vida do colono. Ele interrompe o seu ciclo normal de vida, e particularmente, de cultivo da terra, para se ver envolvido com grandes somas de

capital, com grandiosas compras (normalmente compram o maquinário mais sofisticado do que o que necessitam), com finan -
ciamentos, com preocupações de melhorias técnicas nos culti -
vos, etc. Passa ter a necessidade de comprar tudo o que pre -
cisa para o seu consumo, pois não produz mais para a sua sub
sistência.

Ocorrem transformações também a nível de apa -
rência da região, de problemas ecológicos, etc. de organiza -
ção urbana, de transportes, etc.

Para que tal ocorra, a região se transforma in
tegrada no conjunto do território nacional, em termos de or -
ganização interna.

3 - Como a Geografia estudou o problema

A Geografia, como ciência engajada, tem sido
tratada por diversos geógrafos brasileiros e estrangeiros.

Estando em fase de superação de meras descri -
ções, onde o que interessa é a aparência, a paisagem, a Geo -
grafia busca os postulados científicos para que seja tratada
como ciência. Nesta busca se envereda pelos caminhos do posi
tivismo e dos arroubos da quantificação.

Pode-se considerar superadas estas fases, ao me

nos no sentido da hegemonia dentro das correntes de interpretação da Geografia, no Brasil. É evidente que não é uma evolução linear, onde todos passam por todos os processos e avançam no mesmo sentido. Mas, de qualquer forma parece ser a corrente que tende a ser predominante na atualidade, a que considera a Geografia como uma ciência engajada na sociedade atual, na compreensão de sua dinâmica, para a sua superação.

Compreender o espaço em que se vive, conhecê-lo, mediatizá-lo até o dia-dia, é preocupação constante de um número cada vez maior de geógrafos.

Assim é, que das mais antigas contribuições, a nível de procedimento metodológico, para estudar Geografia é dado por Jan Broeck para o qual "... a geografia tem uma dimensão histórica. Mesmo os geógrafos que se concentram no presente reconhecem o aspecto genético: a significação da origem e desenvolvimento das características geográficas". (Broeck, 1972 : 45.). E seguindo : " As paisagens e sociedades presentes são como os quadros imóveis de uma fita cinematográfica. O " aqui e agora" deve ser compreendido à luz do passado. As realizações do presente afetam, inevitavelmente o futuro (Broeck, 1972:42.). Na medida em que se entende o espaço como resultado do trabalho dos homens é necessário entender a sua evolução, a sua formação.

Yves Lacoste propõe " saber pensar o espaço para saber nele se organizar, para saber nele combater".(Lacos

te, -- : 115).

É uma proposta tentadora para se estudar Geografia, para se ensinar Geografia, e parece uma proposta que se deve ter sempre presente em qualquer trabalho seja de pesquisa, seja de aula de Geografia.

Maximo Quaini dá verdadeiros fundamentos de como estudar Geografia, especialmente no tratamento da Primeira e Segunda Natureza e de como considerar os problemas, melhor dito, as contradições ecológico-territoriais, sob o modo de produção capitalista.

Dentre os geógrafos brasileiros, grandes e valiosas contribuições são dadas por Manoel Correia de Andrade em seus inúmeros estudos e permanente presença em nosso meio, mostrando que estudar e ensinar Geografia é compreender a realidade em que se vive. O mesmo se deve dizer de Pasquale Petrone, que através de seus escritos e especialmente dos cursos que ministra, tem dado oportunidade de fazer ver e compreender como deve ser o estudo de Geografia.

Outro geógrafo brasileiro, mas atuante no circuito internacional, Milton Santos, nos fornece muitos subsídios para estudarmos Geografia. Para ele, " A construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha ininterrupta (...) A sociedade se transforma em espaço através da sua redistribuição sobre as formas geográficas, e isto ela o faz em bene

fício de alguns e em detrimento da maioria (...) o estudo do espaço exige que se reconheça os agentes dessa obra, o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção, seja como fornecedor de trabalho". (Santos, 1978:213-14)

Ruy Moreira é outro geógrafo brasileiro que coloca de forma especialmente clara a questão. Ele afirma " A sociedade é o tema verdadeiro da geografia. E ela estudá-la á a partir daquilo que é a expressão material visível da sociedade: o espaço. A sociedade, porém, não é uma sociedade de homens iguais: é uma sociedade de classes. Portanto, a essência da aparência está ditada pelo caráter histórico que o trabalho adquire em cada sociedade" (Moreira, 1981:68.) E acrescenta ainda, " O espaço geográfico... É um espaço produzido pelo processo de trabalho, para servir à sua repetição, para servir à reprodução da produção. É produção e condição de produção. Praticamente a primeira natureza ("natureza natural") nas " sociedades naturais". Inteiramente segunda natureza nas sociedades apoiadas em alto nível de desenvolvimento das forças produtivas. Espaço produzido, o espaço geográfico teria existência efêmera se a produção não fosse reprodução. Como qualquer produto do trabalho dos homens. E como qualquer produto, tem que ser reproduzido. Assim, não só o espaço é um espaço produzido, mas é igualmente um espaço reproduzido. Encontra-se em permanente processo de transformação, acompanhando e condicionando a evolução das sociedades". (Moreira, 1981:88).

Este é o espaço que deve ser estudado, esta é a Geografia que deve ser pesquisada e ensinada, mas com uma postura de crítica a este mesmo espaço. É necessário compreendê-lo, conhecê-lo em seus detalhes, entender a sua dinâmica, assim como a dinâmica da sociedade. É preciso saber se "movimentar" dentro deste espaço, e isto só é possível, o conhecendo bem. É preciso saber superá-lo, ter a consciência de que se é participante de sua construção.

Nesta linha, Armén Mamigonian é outro geógrafo de grande importância, que através de seus estudos, suas publicações, sua disponibilidade em discutir, tem dado valiosas contribuições. Ele diz, que a Geografia é uma ciência social, que tem por objeto não o espaço, mas que deve partir do espaço, tendo como objeto a sociedade. E, colocando qual a postura do geógrafo, diz, " não se trata, na minha opinião, de nos formarmos como bons geógrafos, como excelentes profissionais. Trata-se, segundo me parece, de que esta ciência social, ciência da sociedade possa ser apropriada, não por nós, possa ser apropriada por todo o povo ... É preciso que os conhecimentos sociais não sejam monopólio dos intelectuais, é necessário que tais conhecimentos cheguem a todo o povo e que o povo então se aproprie destes conhecimentos e faça uso deles. (Mamigonian, -- : 12-3).

E, na medida que se tem esta compreensão, se assume um compromisso de transformar este espaço, de transfor-

mar a sociedade em que se vive. Conforme Ariovaldo U. de Oliveira " Esse compromisso com a transformação da sociedade reserva-nos, certamente, um papel importante junto aos trabalhadores no esclarecimento das muitas formas (espaciais) que a burguesia utiliza para aumentar a sua exploração. É preciso mostrar aos trabalhadores que a conquista do espaço (de Einstein) na luta de classes é fundamental, pois significa a conquista efetiva da matéria, seu domínio, e seus rumos (movimento)". (Oliveira, 1980 :17).

E como professores, é bom contrapor aos olhos dos alunos a necessidade de uma Geografia que os faça compreender o mundo em que vivem, ao invés de apenas deslumbrar-se com os grandes feitos geopolíticos, ou com as riquezas naturais, ou as grandes cidades.

4 - As fontes do trabalho

Para a realização deste trabalho as fontes utilizadas foram especialmente material produzido a respeito da História do Rio Grande do Sul e mais particularmente da imi-gração / colonização. Foram usados documentos existentes no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, no Museu Antropológico Diretor Pestana - Ijuí, e material publicado pela Secretaria da Agricultura através de sua Divisão de

Geografia e Cartografia.

Os dados usados no trabalho foram coletados nas publicações do IBGE-Censos Demográficos, censos Econômicos, e do INCRA - Cadastramento de 1967 e Recadastramento de 1972.

Estes dados se referem ao Rio Grande do Sul para fazer a relação da região com o conjunto do Estado, e especialmente das Micro-Regiões - Colonial de Ijuí e Colonial de Santa Rosa. Foram escolhidos como exemplo, estas duas Micro-Regiões, porque elas representam as duas fases de colonização do Planalto gaúcho. A primeira fase com a Micro-Região Colonial de Ijuí e a fase de incorporação das últimas áreas do RS com a Micro-Região Colonial de Santa Rosa. Para exemplos com detalhes maiores são usados dados de municípios que estão no interior das mesmas. Por exemplo o caso da Antiga Colonia de Ijuí que fundada em 1890 permanece até a década de 1960 com a área inalterada e a partir desta data, mais precisamente 1965 é subdividida em três municípios - Ijuí, Augusto Pestana e Ajuricaba. Neste caso pode-se usar dados de diversos períodos, porque a área é a mesma.

Foram realizados ainda trabalhos de campo em algumas partes da região e entrevistas com técnicos agrícolas.

CAPÍTULO II

TEORIA E MÉTODO

" É necessário fazer as pessoas compreender que, quando estão num determinado local, não se encontram numa única zona, ou "região". Esse local faz parte de um grande número de conjuntos espaciais muito diferentes, tanto do ponto de vista qualitativo como do ponto de vista da configuração".

(Yves Lacoste)

1 - Como considerar o espaço na Geografia

Fazer um estudo de geografia significa não apenas estudar as distribuições dos fenômenos, os arranjos espaciais: é muito mais do que isto. É entender a dinâmica do espaço e da sociedade, é ir ao fundo das questões para compreender o seu real significado, a sua real dimensão. É mais que isto ainda, é saber compreender que o espaço é de todos, que a terra é de todos, mas que não são todos que a ela tem acesso em nossa sociedade. É compreender que todos os homens constroem o espaço, porque constroem a sociedade. Mas que estes

homens não são iguais, não trabalham da mesma forma, não apropriando, portanto, igualmente o espaço produzido.

O espaço deve ser entendido não como o receptáculo físico das ações dos homens, não como o teatro, o palco onde ocorrem certas histórias, mas como a criação das classes sociais através da sua história, com suas características particulares, em uma situação concreta, tendo como referência o espaço total. Isto leva a considerar, para a análise do espaço, que o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir o espaço.

A criação, a construção do espaço é resultado do trabalho dos homens em sociedade. Portanto não se pode analisar o espaço apenas descrevendo-o em sua funcionalidade, descrevendo a aparência da paisagem. Estes são aspectos importantes mas não permitem compreender o espaço como produto da sociedade, e mais ainda não levam a compreender a sociedade, e as condições, que a levam a gerar este espaço.

É necessário pois, ir além da "aparência" e entender a "essência", pois que a essência é a forma como os homens se organizam, trabalham. Compreender, em sua real dimensão, o espaço e as formas aparentes só é possível se compreendermos a sociedade.

"A construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha ininterrupta ... A sociedade se transforma em

espaço através de sua redistribuição sobre as formas geográficas, e isto ela o faz em benefício de alguns e em detrimento da maioria ... O estudo do espaço exige que se reconheça os agentes dessa obra, o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção e dono dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho ". (Santos, 1978 : 213:4.)

Conforme a citação acima o espaço, num determinado momento, "mostra" a estrutura resultante da própria vida daquele mesmo espaço. A trajetória dos grupos humanos que aí vivem e viveram está marcada no espaço. O importante para compreender o espaço é conhecer a trajetória desta sociedade, como os homens se organizam, como trabalham, como vivem. Todos são responsáveis pela criação do espaço embora a participação de cada um seja diversa da do outro. E isto aparece no espaço. Se os homens constroem o espaço através do seu trabalho, as relações de produção deixam, ocasionam, marcas muito importantes no espaço. A produção se dá de forma diferenciada entre os homens, pois o acesso à natureza (aos recursos naturais) aos instrumentos de trabalho, ao capital, é desigual. Os homens, sob o modo de produção capitalista, não são iguais, não produzem da mesma forma. Estas diferenças aparecem no espaço.

Lefebvre considera que o espaço é "... el algo mas importante de todos los instrumentos, el presupuesto de toda producción y de todo intercâmbio. Estaria essencialmente

vinculado com la reproduccion de las relaciones (Sociales) de producción". (Lefebvre, 1976:34.)

Com esta perspectiva deve-se fazer o estudo das transformações do espaço, compreendendo o que existe por detrás do que é aparente num determinado momento. Tudo o que é aparente resulta de alguma coisa, seja a nível de trabalho físico, de construção do arcabouço, da estrutura material, das formas, seja a nível de elaboração teórica, de planeamento, de definição e de trabalho intelectual. A forma aparente não existe por acaso, ela resulta de um trabalho anterior, tanto material, quanto intelectual.

O espaço é pois um complexo onde um conjunto de elementos são de tal forma organizados que dão a característica, a feição do mesmo. Um determinado espaço delimitado, jamais tem vida própria independente, mas está inteiramente inserido no conjunto maior. Deste modo deve-se considerar a Formação Territorial, o conjunto do espaço não separando o físico e humano, mas compreendendo a interferência das condições físicas e dos componentes humanos no conjunto do espaço. As condições físicas decorrem da Primeira Natureza e os componentes humanos da organização sócio-econômica.

Conforme Ruy Moreira " A natureza apresenta-se aos nossos olhos sob distintas formas, mas simplificam-se estas formas em duas: a primeira natureza (a natureza " natu-

ral") e a segunda natureza (a natureza " socializada"). No plano abstrato de que estamos falando o processo do trabalho passa-se como sendo a transformação da primeira natureza em segunda, isto é, sua socialização. O que é forma natural neste momento fica transmutada em uma forma social com o trabalho. A natureza prene de trabalho historiciza-se, vira parte da história dos homens ". (Moreira, 1981 : 79-80.)

Como se vê, tenta-se superar a análise dicotômica homem x meio ou humano e físico. A contradição passa a ser sociedade x natureza, na medida em que os homens ao trabalhar, transformam a natureza, incorporam a natureza ao seu trabalho, à sociedade, ao mesmo tempo que se incorporam à natureza.

Ainda conforme Ruy Moreira " O homem é ele próprio natureza e história: natureza hominizada... O homem naturaliza-se historicizando a natureza e historiciza-se naturalizando a história. Por isto, dialeticamente, quanto mais com o desenvolvimento científico e técnico o homem cresce em poder sobre a natureza, ele mais dela se liberta e mais com ela se funde, porque mais dela e nela se incorpora. (Moreira , 1981 :80.)

Como se vê perde todo o sentido, nesta perspectiva, estudar o físico, o natural de forma isolada, um de um lado, o outro de outro lado. Não se chega a compreender a organização do espaço, porque as coisas ficam isoladas. As con-

dições físicas são um recurso de que o homem dispõe para realizar o seu trabalho. Pelo fato de serem recursos de que a sociedade se utiliza, eles precisam ser compreendidos não em si mesmo, mas na organização da sua produção e reprodução. Como observa Quaini " a natureza tomada abstratamente, em si, separada do homem, é nada para o homem". (Quaini, 1979:45.)

Estudar o relevo, compreendê-lo, conhecer todas as suas características, todos os seus aspectos e formas vale como especificidade do estudo da Geomorfologia. Porém compreendê-lo como um recurso que o homem pode contar tem outro significado. Em que medida ele (o relêvo) serve aos interesses dos homens, ele interfere no trabalho, ele é de fato um recurso, não depende apenas do relêvo em si, mas das condições em que vivem os homens, da forma como os homens podem se apropriar deste recurso, da facilidade ou dificuldade de acesso.

Talvez este seja um dos pontos muito importantes na análise do espaço, o de como considerar o físico em geografia, visto ser este um dos problemas muito presentes na tentativa de se romper com a análise tradicionalmente desenvolvida pela Geografia. Se o importante é compreender o espaço em sua totalidade, deve-se considerar a natureza e a sociedade em seu conjunto. A natureza é constantemente apropriada pela sociedade no processo produtivo.

A natureza é a primeira natureza, aquilo que é

"dado", que não contém o trabalho do homem, que não está apropriada pela sociedade. E, enquanto tal, é para o homem um recurso do qual ele pode se utilizar. E ele vai utilizá-los (estes recursos) conforme a sua condição de vida (de classe), e de acordo com as necessidades que existem na sociedade. A natureza original ou a natureza transformada é sempre natureza, mas passa a conter a partir do trabalho do homem certas características que demonstram não apenas a força da natureza em si, mas a apropriação da natureza pela sociedade no processo produtivo.

Estes recursos de que o homem dispõe são por ele, por seu trabalho modificados, alterados a partir dos seus próprios interesses, e da sociedade. Quaini citando Engels coloca muito bem esta questão: "... o homem reage na natureza, a modifica, constroi novas condições de vida. Da "natureza" da Alemanha como era no tempo da migração dos germanos, infelizmente ficou pouco. O solo, o clima, a vegetação, a fauna, os próprios homens se modificaram infinitamente, e tudo isto por obra da atividade humana, ao passo que as modificações que ocorreram no mesmo período na natureza da Alemanha, sem intervenção ativa do homem, são incomensuravelmente pequenas." (Quaini, 1979 :46).

Se a história dos homens é a própria história da transformação permanente e contínua da natureza em sociedade pela via do processo de trabalho, deve-se ter sempre

presente a unidade dialética do espaço. Com o processo de trabalho transforma-se a natureza, permanece a natureza original (a 1ª natureza) mas ela está "alterada" . Permanece o relevo que em si mesmo também se transforma, mas a sua importância não existe apenas em si mesmo, e sim na medida em que ele interfere no conjunto todo.

A partir da forma como os homens trabalham e se organizam em sociedade é que é dada a medida de como a natureza se transforma.

Assim como as condições físicas são um recurso, também a técnica o é. Depende o acesso dos homens a ela.

O relevo ou a vegetação em si, assim como o rio, são recursos de que o homem pode se utilizar trazendo em si as limitações que eles próprios apresentam ou são. Do mesmo modo que a tecnologia é um recurso, que traz em si as limitações, tal como acessibilidade a ela.

O relevo que numa determinada situação não apresenta entrave algum, noutra pode ser a maior restrição considerando-se certos tipos de estrutura fundiária ou tipo de atividade.

O recurso natural, na realidade é uma mercadoria, e como tal o seu preço regula o acesso, ou não, a ele. Teoricamente a natureza é de todos, mas a sociedade é desigual: logo, os homens não sendo iguais, passam a ter o seu a

cesso aos recursos naturais restringidos ao seu poder de com
pra.

O recurso pode ser aproveitado em sua maior ou menor potencialidade, dependendo dos interesses envolvidos neste espaço, da tecnologia utilizada, das relações de traba
lho, do tipo de atividade produtiva que é desenvolvida e mes
mo da própria atividade em si.

Essas relações devem ser consideradas não de forma linear, mas numa relação dialética. Observa-se, que a importância dos recursos não é dada apenas por si, mas no in
terior do processo de trabalho, tendo muito presente o momen
to histórico.

É necessário conhecer as características naturais de um dado espaço, para poder compreender a qualidade do recurso. Uma qualidade que é dada por si, mas que é dada também pela forma como os homens trabalham.

O quadro natural deve ser conhecido, deve ser estudado. É necessário conhecer o que existe para saber qual a dimensão que estes elementos naturais têm dentro da organi
zação do espaço.

Na atividade agrária, os homens criam e recriam constantemente a natureza que necessitam, através do uso da tecnologia, uso de adubos, correção do solo, com técnicas de plantio, etc. Enfim, sob o modo de produção capitalista o ho
mem pode criar artificialmente a natureza que precisa. E faz

isto, não apenas no sentido de reformar a natureza, mas para aumentar a produtividade do trabalho. Ele cria artificialmente a natureza que precisa para obter uma maior e mais acentuada exploração do solo, para obter maiores lucros. Criar e recriar a natureza faz parte, portanto do trabalho do homem, dos interesses da sociedade, na sua busca constante de sobrevivência, e na busca de maiores lucros.

O homem, num esforço de inteligência busca constantemente aperfeiçoar as suas técnicas, busca criar melhores condições de sobrevivência, fazendo um maior uso da natureza, transformando-a, criando outra natureza. Por outro lado, no afã de tudo usar, tudo transformar em mercadoria, sob o modo de produção capitalista, o homem transforma, cria e recria uma nova natureza, para obtenção de novos e maiores lucros. Com o uso da tecnologia cada vez mais avançada no sentido de se superar as condições dadas pela primeira natureza, o homem utiliza corretivos, adubos, fertilizantes, constrói canais, aterra e saneia alagados, usa máquinas na agricultura, entre outras coisas. Isto tudo faz com que se obtenha um maior volume de mais valia relativa. É por isto e para isto que se cria e recria constantemente a natureza.

É pois, através da nova natureza que o capital entra na produção agrícola, sendo que a renda diferencial é a base da segunda natureza. Assim a primeira natureza apropriada é aquela que, em seu conjunto são os próprios fatores

naturais; a natureza socializada representa o acesso, a localização da própria produção agrícola, e enfim, a natureza recriada, transformada é aquela que contém os investimentos de capital em adubos, corretivos, fertilizantes, etc.

Conforme as necessidades dos homens e as condições históricas dadas, o espaço vai sendo criado, a segunda natureza de que o homem vai dispor é aquela que lhe responde exatamente o que ele precisa, ou melhor o que a sociedade como um todo precisa. E os homens vão se tornando independentes da natureza na mesma medida em que vão se tornando dependentes cada vez com maior intensidade, do capital, sob o capitalismo.

É extremamente contraditória esta relação, pois o homem faz parte da natureza, ele também é natureza. Enquanto que, para os povos primitivos esta realidade era de fato vivenciada em seu sentido amplo e completo, atualmente o homem se integra com a natureza na medida em que com a tecnologia a subjuga.

Quaini se refere a esta questão, observando que " o domínio dos objetivos e das instituições sociais, produzidas pelos homens, sobre o próprios homens, escravos portanto das próprias forças que objetivamente se tornaram forças naturais incontrolláveis, mais incontrolláveis que as próprias forças naturais. Esta paradoxal reviravolta da natureza em história e da história em natureza se realiza na sociedade ca

pitalista, que enquanto amplia a esfera do domínio científico e tecnológico sobre as forças naturais cria uma natureza social ou uma sociedade natural que se opõe e domina os homens muito mais do que a natureza natural dominava as próprias sociedades pré-capitalistas".(Quaini, 1979: 48.)

Entendendo-se nestes termos, a colocação do problema físico x humano para a análise geográfica, deixa de existir. É necessário então esta clareza da globalidade, da totalidade do espaço. E a partir daí ter claro também os contornos metodológicos que se assume ao analisar uma determinada área.

A Formação Territorial é o ponto de partida, no sentido de que este conceito dá conta de todo o espaço que compõe o território nacional. É o espaço geopolítico do Estado brasileiro. É o espaço de produção e reprodução do capital.

Neste conjunto do território nacional, não se pode deixar de lado o papel do Estado, ou dar a ele um significado menor do que ele realmente possui. O seu papel é fundamental na criação do espaço, e representando os interesses da classe dominante ele "encaminha", dá as bases para a criação do espaço no sentido de favorecer os grandes empreendimentos de capital. Assim, as grandes firmas, o grande capital tem o espaço dividido entre si.

E as classes dominadas, se organizadas, seja em

sindicatos, partidos políticos, cooperativas, têm condições de exercer pressão sobre o Estado. O mecanismo básico de acesso, de apropriação do território, é o preço da terra.

Teoricamente, pensando em termos de espaço como noção abstrata, ele é de todos, para todos. Na prática, no dia a dia, a sua apropriação territorial se dá de forma diferenciada, regulada essencialmente pelo preço da terra.

A compreensão desta dimensão do espaço como território sendo o conjunto nacional nos encaminha, para numa outra dimensão compreender a região.

Conforme Francisco de Oliveira, após 1930, "Estava-se, em verdade, em presença da implantação de um projeto de estado nacional unificado, em sua forma política, que recobriu a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica, voltada agora para uma produção de valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral: essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado". (Oliveira, 1977: 65.)

Este é o conjunto do território acima referido, é o espaço geopolítico nacional do capital em seu movimento de produção e reprodução.

Partindo deste nível de análise do território

como o conjunto nacional, o seguinte nível é o da região particularmente a porção do território situado ao Noroeste do Rio Grande do Sul.

Região, aqui entendida no sentido que adquirem as relações de produção e de trabalho em um determinado espaço, e as alianças que se fazem com o conjunto nacional no processo de subordinação, ao modo de produção capitalista.

Ainda segundo Francisco de Oliveira : " A especificidade de cada " região" completa-se, pois, num quadro de referências que inclua outras " regiões", com níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção; pelo menos quando se está em presença de uma " economia nacional", que globalmente se reproduz sob os esquemas da reprodução ampliada do capital, é que o enfoque aqui adotado, de diferenças na divisão regional do trabalho, pode encontrar terreno propício para o entendimento das relações interregionais e abandonar a abordagem dos " desequilíbrios regionais" por uma formulação que centre suas atenções nas contradições postas e repostas exatamente pelas formas diferenciadas de reprodução do capital e das relações de produção." (Oliveira, 1977 : 29)

Este é o sentido em que se entende a região que se forma, se configura, no Noroeste do RS, uma região, com uma parte da sociedade se organizando com características muito peculiares, e criando e recriando um espaço com certa es-

pecificidade. A sua formação se dá a partir da imigração e colonização.

A imigração européia no sul do Brasil assume contornos particulares. Do ponto de vista geopolítico, havia a necessidade, ou melhor o interesse de ocupar a área fronteira à Argentina, que ainda estava desocupada. De outro lado, o interesse em criar uma estrutura que daria as bases para a urbanização da população gaúcha e para uma população de pequenos proprietários que produzissem alimentos. Não se exclui a garantia de uma reserva de mão de obra; a partir de uma população, que crescera rapidamente.

É então uma região no sentido de que passam a se reproduzir(nela) as relações necessárias para a incorporação de mais um espaço ao território, ou melhor ainda, à reprodução do capitalismo.

É uma região que se constitui, para responder certas exigências, de se organizar e produzir, na medida criada pelas exigências e necessidades de acumulação do capital. Recriam-se aqui, ou se estabelecem, as bases de uma nova região, no sentido de ter as características próprias de um espaço com certo tipo de economia baseada na pequena produção agrícola para subsistência, e com certas necessidades internas que precisam ser satisfeitas, tal como o avanço contínuo da fronteira agrícola.

Considera-se portanto uma região no sentido de

que assume uma característica comum na ocupação, nas formas de produção, nos tipos de cultivo, na estrutura sócio-econômica, na estrutura fundiária e na constante necessidade de expansão da fronteira agrícola.

É uma região que tem um destino, que tem certos objetivos a serem cumpridos. É uma região no sentido que assumem as relações de produção, as relações de trabalho. E especialmente no sentido em que se objetiva a incorporação, ou a estruturação das relações capitalistas, através do uso da terra, do tipo de produção.

É pois, necessário, ter presente a Formação Territorial e considerar cada lugar, cada espaço, com referência ao conjunto, à unidade que é a própria Formação Territorial. Cada porção do espaço é situado num determinado tempo. Mas este lugar, esta região não pode ser considerada em si mesma, nem do ponto de vista dos limites físicos, nem do ponto de vista dos limites do tempo. Precisa estar referenciada à Formação Territorial ou seja ao conjunto da Nação. É necessário ter claro os fluxos todos, a sua origem e a sua importância.

Nesta sequência o nível menor da análise é a colônia, célula básica, onde se criam e recriam as condições de trabalho, para a sobrevivência da família do colono e sua própria.

A pequena propriedade rural em que o colono tra

balha com sua própria família, produzindo uma policultura para prover a própria sobrevivência, e comercializar o excedente tem a denominação de colônia. E o proprietário é o colono. Esta denominação tem no sul do Brasil um significado próprio. É uma propriedade, o lote colonial que o colono possui, e onde trabalha. Mas é também a denominação dada ao núcleo em que se organiza o povoamento.

Ao longo do tempo se criam e recriam o colono e a colônia, enquanto os mesmos desempenham a função que lhes cabe dentro da produção e reprodução do capital. É o próprio modo de produção capitalista que os cria, enquanto esta é a melhor forma de viabilização do capitalismo no momento, na região.

Estes são, pois os " espaços " do estudo. E devem ser considerados conforme as colocações feitas acima.

2 - Como considerar a atividade agrícola da região

Estudar um determinado espaço supõe saber compreender o que aquela paisagem está demonstrando, supõe clarear, o que está por detrás do espaço visível, supõe compreen

der a formação daquele espaço, a forma de organização e de trabalho das pessoas que ali vivem e viveram.

Estudar um espaço onde a atividade básica é agrícola supõe compreender de que modo se dá esta produção agrícola, como ela é entendida dentro da Formação deste espaço.

Sendo esta (ora estudada) uma região que se in corpora ao desenvolvimento do capitalismo baseando sua ativi dade na produção agrícola, deve-se procurar entender a região dentro do contexto global. E a questão agrária ser entendida não por si mesma, mas subordinada ao desenvolvimento indus - trial, à própria produção e reprodução ampliada do capital.

Assim deve-se ter claro o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil dos fins do século passado e das formas de que ele se utiliza para incorporar novas áreas ao seu próprio desenvolvimento.

Ao criar as condições para a sua expansão, o ca pitalismo incorpora áreas novas e recria as relações de trabalho, as formas de desenvolvimento que lhe sejam mais eficientes.

A pequena propriedade agrícola, com seu trabalho familiar é a forma eficaz que viabiliza o desenvolvimento capitalista na região.

Dado o espaço estudado em que as bases de ocu-

pação se assentam na "colônia", foi esta a forma mais conveniente para desenvolver a agricultura, para organizar uma população que se fixasse à terra, que urbanizasse a área, que colocasse as bases de outra classe que não fossem as duas já existentes no RS (fazendeiros, peões e escravos), que se sustentasse e que produzisse os alimentos para comercialização. O modo de produção capitalista incorpora uma nova área no sentido de criar toda uma população que produz e reproduz o próprio desenvolvimento capitalista.

A pequena propriedade, é portanto, a forma encontrada pelo capitalismo para o seu desenvolvimento nesta área, naquele momento histórico.

E ela permanecerá existindo enquanto continuar sendo a melhor forma de viabilização da acumulação do capital. Quando se tornar inviável, quando não for mais eficiente, será substituída, os colonos terão então novo destino, o que já está ocorrendo atualmente na região.

Vergopoulos acentua "que a acumulação do capital necessita não da "racionalização" da agricultura, mas da submissão da agricultura à racionalidade do setor industrial, o que pode, eventualmente, ser combinado com certo grau de "irracionalidade" relativo da produção agrícola; conforme este ponto de vista, é sobretudo o pequeno agricultor que será compatível com um processo de pilhagem na agricultura, mais do que o grande proprietário fundiário." (Vergopoulos, 1977: 105.)

É necessário portanto ter claro o que é e a que leva a pequena propriedade, no Sul - a colônia - que é a forma por excelência, da ocupação do espaço na porção Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo Vergopoulos "... o camponês integra-se ao sistema explorando o seu trabalho e o dos membros de sua família. Seu investimento desenfreado não é mais do que o "conduto" principal que assegura sua submissão através da auto-exploração". (Vergopoulos, 1977:47.)

Aparentemente o pequeno produtor - o colono - possui uma certa autonomia pois trabalha para si em terra que é sua. Na realidade porém esta autonomia é ilusória, pois em bora a terra seja sua os frutos do trabalho não ficam com ele. Ele não se apropria da renda da terra gerada pelo seu trabalho. Do produto do seu trabalho retorna a ele apenas uma parte, sendo que a renda da terra é apropriada pelo capital industrial e financeiro. Conforme Ariovaldo U. de Oliveira, "Assim, a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês tende a ser apropriada, ou pelo capital financeiro, em função dos empréstimos bancários realizados, ou pelo capital industrial ou comercial através do pagamento a preços baixos ao produtor". (Oliveira, 1982 : 189.)

Esta é uma situação em que embora na ilusão de ser um proprietário rural que trabalha para si, o colono não tem controle sobre a sua produção, nem sobre o modo que ele

e sua família trabalham. Quem possui o controle é o capital.

A propriedade dos meios de produção, que precisam ser adquiridas no mercado, é outro elemento característico da produção camponesa. O produtor é proprietário da terra e dos meios de produção."É com relação ao acesso a essas mercadorias, meios de produção que o camponês trava relação com o capital. É por esse processo que parte da renda vai ser drenada para o setor bancário e industrial, pois os empréstimos financeiros fazem parte da dinâmica de reposição desses meios de produção, e porque não dizer do próprio acesso do camponês a essas mercadorias. Isto sem falar do próprio processo de subsistência do camponês que utiliza-se dos empréstimos para custeio, para adquirir produtos necessários à sua própria subsistência e de sua família". (Oliveira,1982: 190.)

Na verdade, desde o início de sua instalação, o colono está subjugado ao capital, seja através das Companhias Colonizadoras, seja através de intermediários (comerciantes), seja diretamente ao capital financeiro dos bancos através de empréstimos, e dependendo dos produtos que cultiva está subjugado ao capital comercial e/ou pelas indústrias que têm nestes produtos a sua matéria-prima. É o caso do fumo, da uva, e mais recentemente dos animais de pequeno porte, do gado leiteiro, etc.

O comerciante é a figura presente entre os colonos desde o início, seja atuando como fornecedor daqueles

produtos que o colono necessita (querosene e sal por ex.) e como " auxiliar " na colocação da produção no mercado. Mas não fica aí a sua atividade. De comerciante a financiador do colono é um passo rápido, seja através da venda " a fiado ", através do adiantamento do valor do produto a ser entregue no período da safra. O comerciante é o intermediário que favorece a situação do colono na medida em que ele tem necessidade, tomando o "... lugar entre os consumidores de um lado e os produtores de outro. Era esse mesmo comerciante que, com uma vista d'olhos, abarca o mercado bem melhor que os demais, que o domina numa certa medida e que dele se utiliza para explorar o camponês". (Kautsky, 1980: 33.).

O colono, pequeno proprietário, tem necessidade de " melhorar " as condições de produção, para aumentar a produtividade, sendo preciso recorrer aos bancos para obter o financiamento. O capital financeiro o envolve cada vez mais seriamente, e de forma irreversível.

O pequeno produtor se vê as voltas com sérios problemas, mas a todos tenta resolver, procurando assim manter aquilo que do seu ponto de vista (produto da forma das relações de trabalho e produção que ele trava) é o dado fundamental para si, que é a propriedade da terra.

Kautsky diz que " o camponês que vende os artigos agrícolas, mas não emprega assalariados, ou os emprega muito pouco, que não é capitalista e sim um simples criador de

mercadorias... é um trabalhador pois não vive do produto de sua empresa, mas do produto de sua própria atividade. O seu gênero de vida é o de um assalariado. Tem necessidade de ter ra como de um meio para ganhar o pão como operário, e não pa ra dela tirar qualquer lucro ou renda fundiária. Quando a ven da de seus produtos, desfalcando-lhe a dispensa, lhe remunera o trabalho ele ainda consegue viver. Pode renunciar ao lu cro e à renda territorial, Pode mais pagar por um pedaço de terra determinado, caso se encontre no grau de simples produ^{ção} de mercadorias, um preço mais elevado que o que pagaria caso se encontrasse no grau de produção capitalista... Onde quer que o camponês compre o solo sem pagá-lo, ou sem pagá-lo em sua totalidade, aceitando uma hipoteca sobre a terra, precisa extrair de sua exploração não apenas o seu salário, mas uma renda fundiária". (Kautsky, 1980 :189)

É exatamente através da sujeição da renda da terra ao capital que o pequeno produtor rural produz e sobre vive. É esta a forma que ele encontra para continuar com a sua propriedade, e é desta maneira que ele alimenta o desenvolvimento da agricultura.

Segundo J.de S.Martins, " Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda". E mais adiante ele explica : " Por isso, começa es tabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito

bancário, em relação aos intermediários, etc. É um fato claro que toda a renda diferencial tem sido sistematicamente apropriada pelo capital no momento da circulação da mercadoria de origem agrícola. O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimento e sobretudo para custeio de lavouras. Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela". (Martins, 1983:176)

É esta a situação do colono das Colonias Novas do RS, e embora elas sejam deveras adversas para si próprio, não o são de modo algum para a produção do capital.

O colono é a forma que melhor viabiliza a acumulação capitalista dentro desta situação concreta, neste momento histórico, nesta região.

Marx, colocava de forma muito clara aquilo que hoje pode-se dizer do colono.

" Embora pequeno capitalista o único limite abсолютo para ele é o salário que paga a si mesmo após deduzir

os custos propriamente ditos. Enquanto o preço do produto o cobrir, cultivará a terra e frequentes vezes submetendo-se a salário reduzido ao mínimo vital. Como proprietário da terra desaparece para ele o limite da propriedade, o qual só pode surgir contra a aplicação do capital (inclusive trabalho) dela separado. Por certo, em regra há, do preço da terra o juro a pagar a terceira pessoa, ao credor hipotecário, e que é um limite. Mas, esse juro pode ser pago, recorrendo-se à parte do trabalho excedente a qual nas condições capitalistas constituiria o lucro. A renda por antecipação determinada no preço da terra e no correspondente juro que se paga só pode ser parte do trabalho excedente dos camponeses. O trabalho que ultrapassa o indispensável à própria subsistência, sem que esse trabalho excedente se realize em valor igual a totalidade do lucro médio e muito menos em suplemento acima do trabalho excedente representado pelo lucro médio, isto é, em lucro suplementar". (Marx, 1974:923)

Enfim, pode-se afirmar que o capital produz e reproduz o colono. E como tal ele se subordina a uma série de situações que possam parecer até absurdas, mas que tem uma racionalidade muito lógica dentro do conjunto do modo de produção capitalista, e de seu desenvolvimento no conjunto do território nacional, e na região deste estudo.

O desgaste sempre maior, a realização de uma produção cujos frutos não lhe pertencem além do estritamente

necessário para a sua reprodução como força de trabalho (e de sua família) e as dificuldades que tem que enfrentar para obter isto, são características marcantes do colono. A colocação seguinte de J.S.Martins, explicita esta situação: " Como a sua terra é terra de trabalho, não é terra utilizada como instrumento de exploração da força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura de tipo camponês. Por isso a riqueza que cria realiza-se em mãos estranhas às suas, como renda que flui disfarçadamente para os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas ". (Martins, 1983: 176-7.)

Em consonância com tudo o que foi colocado, é a pequena propriedade que viabilizou economicamente a ocupação do Norte do Rio Grande do Sul. E que ainda hoje viabiliza o desenvolvimento da agricultura. Através da posse privada de pequenas áreas, o agricultor com o trabalho direto da família produz grande quantidade de alimentos e matérias-primas de transformação industrial. São pequenas áreas com baixa renda, onde a família vive em condições precárias. Foi também a pequena propriedade regulada pelo crescimento demográfico que " empurrou " a fronteira agrícola de forma a incorporar todo

o Norte do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

A produção de uma policultura variada, na pequena propriedade tem a presença marcante do trabalho familiar, que é tanto maior quanto diminui o tamanho da propriedade.

É a exploração do solo pelo cultivo de subsistência, aqui entendido subsistência, como condição de reprodução do camponês, conforme já considerado anteriormente.

Este tipo de produção, por suas próprias características tende a se modernizar. Da produção de uma gama variada de produtos, onde alguns se sobressaem para comercialização passa-se a centrar a exploração em certos produtos que estão sendo exigidos pelo mercado, de um lado, e que de outro viabilizem a transformação técnica da produção.

" O desenvolvimento do capitalismo na agricultura consiste, acima de tudo, na passagem da agricultura natural à agricultura mercantil. Isto é sempre esquecido e é preciso que se insista continuamente neste ponto. Quanto ao desenvolvimento da agricultura mercantil, ela não segue, de forma alguma, a via " simples " imaginada ou suposta pelos economistas burgueses, e que consistiria no crescimento da produção dos mesmos produtos. Não. O desenvolvimento da agricultura mercantil consiste, com maior frequência, na passagem de uma determinada produção a outra". (Lenin, 1980 :69,)

A questão considerada por Lênin a respeito da agricultura dos Estados Unidos bem demonstra a situação da produção agrícola na área considerada. A passagem da produção diversificada para a do trigo e soja são exemplos claros desta situação. O trigo vem com toda a carga de cuidados técnicos contra pragas, com correção de solos, com adubação química, com o uso de maquinário, com o financiamento bancário e com a necessária reorganização fundiária. A assistência técnica de parte dos agrônomos e técnicos agrícolas viabiliza a plena instalação da " agricultura científica ".

Em função de todos os avanços técnicos, o tamanho da propriedade necessariamente se altera. Os mecanismos pelos quais ocorre este processo são na maioria das vezes de forma a expulsar a população através da sua "seleção natural". Alguns avançam na direção da fronteira agrícola, outros engrossam o êxodo rural. De qualquer forma, o processo de concentração fundiário é lento e muitas vezes não é perceptível a nível dos dados oficiais, visto que ocorre de forma velada. Não são raros os casos de agricultores, também pequenos, que iniciam um processo de aquisição de terras de seus vizinhos, aumentando continuamente o tamanho da propriedade sob sua exploração. Empiricamente são muitos os casos conhecidos, no entanto muito pouco divulgados a nível de informação.

Ao mesmo tempo outros mecanismos se estabelecem.

A rede viária se estrutura, nascem e se consolidam as cooperativas. O trabalho técnico faz produzir um novo produto, no sentido da sua importância, e produz constantemente a natureza que necessita. Os recursos de que o homem dispõe são inúmeros e capazes de criar a nova natureza, necessária às exigências do produto nas condições em que ele se apresenta. Ocorre a transformação na Segunda Natureza - a natureza socializada, através do trabalho do homem, para satisfazer as exigências do novo produto, enfim, da acumulação capitalista.

Criam-se, portanto as condições necessárias para viabilizar a produção, para dar um passo a mais no desenvolvimento econômico na produção agrícola. Desenvolve-se a agricultura, fenômeno muito importante na vida dos pequenos produtores do Norte do Rio Grande do Sul. Porém aquilo que para o colono parecia a sua salvação, a melhoria nas suas condições de vida, é apenas para alguns e principalmente para a reprodução do capital. Não tardaria a se seguir a esta reorganização da produção agrícola, a acentuada eliminação progressiva da maioria destes mesmos colonos. E aquilo que no momento de sua eliminação do processo representa para o colono a crise da agricultura, não é nada mais do que a reorganização do capitalismo, para seguir adiante na acumulação de capital.

Não interessa mais a produção do capital na região, esta está realizada, agora é a reprodução do capital

que interessa.

A colônia que contém o colono e suas relações, reorganiza-se também para fazer frente a esta nova situação. E segundo Tavares dos Santos, " o que a formação capitalista provoca é a ampliação das contradições sociais, na medida em que reproduz o personagem não especificamente capitalista do camponês". (Santos, 1978 :67.) Ou, segundo Ariovaldo Oliveira: " É assim que o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção no Brasil age no sentido da expropriação dos camponeses em uma porção do território, mas entretanto, o camponês expropriado que pela lógica do capital, deve - ria proletarizar-se, reconquista a autonomia do trabalho, ocupando novos espaços". (Oliveira, 1982:193).

É a trajetória da expropriação do colono. É a necessidade de sua própria sobrevivência e da sobrevivência também do seu tipo de produção.

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO DA REGIÃO DE COLONIAS NOVAS

" O crescimento da população impossibilitava o estabelecimento no mesmo local da nova geração de agricultores. Era incompatível com a estrutura agrária e com a técnica agrícola. A subdivisão da pequena propriedade entre os co-herdeiros chocava-se depressa com os próximos limites, traçados pela impossibilidade de alimentar mais homens em terras cujo rendimento baixava rapidamente. A emigração dos excedentes da população campesina fazia-se, pois, necessária".
(Jean Roche)

1 - O Rio Grande do Sul

A ocupação do Rio Grande do Sul se circunscreve ao conjunto da colonização do espaço brasileiro, pois que guardadas as características específicas de espaço e tempo, o motivo básico é o mesmo em todo o Brasil. A incorporação do espaço ao conjunto do desenvolvimento econômico brasileiro, é

em outras palavras a expansão do capitalismo.

O extremo sul do Brasil, permaneceu por muito tempo à margem do desenvolvimento econômico do país. Os interesses para com esta área eram apenas estratégicos no sentido de avançar e/ou manter os limites do território. Não havia outros motivos que tornassem esta área importante para nela investir em termos de ocupação, que não fosse o militar. Do ponto de vista das características ecológicas é uma área que se diferencia do restante do Brasil, com um clima subtropical, o que lhe tira a característica de tropicalidade propriamente dita, não fazendo parte, portanto, das perspectivas iniciais que envolvem a exploração do espaço brasileiro. São, pois diversas do conjunto do território nacional as características do Rio Grande do Sul, que a par de ter em si as marcas por ser o Estado mais meridional do Brasil, tem internamente características singulares. Especialmente ao se referir ao povoamento e sua relação com a vegetação, as marcas são bastante significativas. Toda a história do Rio Grande do Sul está marcada pela diferenciação entre Norte e Sul. Os rios Jacuí que corre no sentido Oeste-Leste e desagua no Estuário do Guaíba, e o Ibicuí que corre no sentido contrário (leste-Oeste) largando suas águas no rio Uruguai, ao longo da Depressão Central, são a marca desta divisão do Estado. Formam-se aí duas "regiões" distintas que se desenvolvem independentemente uma da outra, tendo como cidade polarizadora Por-

to Alegre para o Norte-Centro e Rio Grande (porto marítimo) juntamente com Pelotas para o sul.

O norte é formado de terras altas, mais acidentadas e coberto de matas, com manchas de campos, os "campos de cima da serra" e os "campos do planalto". No Sul as terras são mais planas e estão cobertas de campo em grande parte de sua superfície. Desenvolve-se neste quadro uma ocupação baseada na grande propriedade para criação de gado no Sul, e no Norte uma colonização com imigrantes europeus em pequenos estabelecimentos agro-pecuários.

Apenas na segunda metade do século XVIII é que o Rio Grande do Sul passa a ser incorporado à economia brasileira. Isto acontece por causa do interesse despertado pelo gado existente nos campos gaúchos, e através da investida dos paulistas nestes campos para criação do gado. A participação do RS no conjunto da economia brasileira de então, se dá, especialmente, porque deslocando-se para o centro do país a atividade mais dinâmica da economia nacional, passa a ser interessante do ponto de vista econômico buscar o gado no sul. A distância entre a Campanha do RS e o centro econômico de então é menor do que era quando a produção colonial era de açúcar, no Nordeste. De outro lado o Nordeste açucareiro era abastecido pelo gado do Sertão nordestino.

Incorpora-se o Rio Grande do Sul através dos seus campos, ou mais especificamente a Campanha Gaúcha, onde

o gado jesuítico, devido a ação dos bandeirantes, dispersou-se e reproduziu-se solto.

Os bandeirantes, que entravam à cata do indígena aproveitaram para levar o gado, que era comercializado para a região das Minas Gerais. O gado era utilizado nas minas, para transporte, carga e especialmente era usado o seu couro. A imensidão dos campos cobertos de vegetação de gramíneas apropriadas ao consumo animal, permitiam que o gado aí se multiplicasse em grande quantidade e segundo Caio Prado, " tão rapidamente que embora mais ou menos abandonado e sem trato especial adquirirá uma densidade que não tem paralelo em outra região da colônia". (Prado Jr., 1971:75.)

A vegetação de campos finos propícios à alimentação do gado, aliada ao tipo de relevo, representam aquilo que pode-se denominar de primeira natureza. A necessidade do gado que os paulistas tinham, é um motivo para transformar esta " primeira natureza" em meios de produção e de subsistência. "Este ato de transformação é um processo organizado e permanente de trabalho coletivo, implicando em travamento de relações sociais à exemplo da divisão social do trabalho". (Moreira, 1980: 26.) Transforma-se a primeira natureza na medida em que este espaço está sendo importante do ponto de vista econômico, pelo gado que nele vive, pelo próprio campo que é naturalmente o alimento do gado, pela estrutura fundiária que nela se instala. Está intimamente ligada às características naturais e a existência do gado, o tipo de estru-

tura fundiária que aí se estabelece. Diversos elementos interferem na estruturação deste espaço, tanto do ponto de vista natural, como social. Todos atuam conjunta e simultaneamente, mas alguns são mais importantes que os demais. Conforme Ruy Moreira "... pode-se falar de um "sistema" de determinações, englobando num todo integrado determinações naturais e determinações sociais, com o primado destas últimas. Todas as determinações do "sistema" atuam a um só tempo, mas segundo uma escala em que algumas são fundamentais e outras secundárias". (Moreira, 1980 :27.)

É fundamental o momento histórico da economia brasileira, em que o gado gaúcho passa a ser o elemento que motiva o início da participação do RS no conjunto da economia nacional. Mas é importante também a vegetação que "permitiu" que o gado à solta se reproduzisse. Isto tudo vai levar a certo tipo de estrutura fundiária com grandes fazendas calcadas na delimitação das antigas doações de sesmarias. Estas fazendas (ou estâncias) vão ser o elemento dinâmico da economia da campanha.

A pecuária é a base da economia no Estado. A agricultura contemporânea à ocupação dos campos, se desenvolve apenas em alguns pontos do litoral por açorianos e não chega a bom termo, a não ser apenas em alguns locais próximos à atual cidade de Porto Alegre. Só mais tarde com a imigração européia a agricultura se torna efetivamente importante para

a estruturação da economia e do espaço riograndense.

É muito estreita a ligação pecuária e campos, se gundo Nilo Bernardes: " Até 1737 o Rio Grande do Sul era no litoral uma zona de passagem e no interior um grande campo de preia, por onde vagavam as tribos de índios e as manadas de gado alçado". (Bernardes, 1962 : 608.) Nesta data tem início o povoamento oficial com a fundação do " Forte Jesus, Maria, José", nas margens do canal onde dsaguam no mar as águas da Lagoa dos Patos. Esta é a atual cidade de Rio Grande. Com a ligação dos campos de Viamão com os campos de Cima da Serra através do caminho que escalava a encosta entre Santo Antonio da Patrulha e São Francisco de Paula, tem origem estas cidades nos povoados de "borda de mata". A mata era vencida em alguns poucos trechos de menor largura entre as zonas de campos povoados e nela se estabeleciam apenas alguns pontos de pouso em torno dos quais surgiam roças com produção de subsistência. Deste modo ao longo das zonas campestres - Campos Gerais de São Paulo e do Paraná, Campos Novos e Campos dos Curitibanos, Campos de Lajes e Campos de Vacaria - foi estabelecido o célebre caminho do Sul, entre Sorocaba e Viamão". (Bernardes, 1962:609) Por este caminho desciam os paulistas em busca do gado que venderiam para a região das Minas Gerais, na Feira de Sorocaba. Desenvolve-se nos Campos do RS a criação, ou melhor dito a caça ao gado solto, para comercialização. A fertilidade do pasto da Campanha, aliado

às grandes extensões e à quantidade disponível de gado permitia que os estancieiros desta área não tivessem muita preocupação com a melhoria técnica deste gado, que, conforme Caio Prado Jr. "... da forma em que veio do tempo em que vagava sem dono, assim se incorporou às estâncias. Com a industrialização e comercialização da carne, iniciadas lá por 1780 com as primeiras charqueadas, é que se começou a cogitar de alguma coisa mais regular. Assim mesmo, ainda em 1810 observa-se que nas melhores estâncias só uma quarta parte do gado era manso o restante vivia solto por ali, sem cuidado e em estado ainda bravo". (Prado Jr, 1971: 98.)

Os campos do Rio Grande do Sul foram sendo ocupados com o interesse econômico voltado para a criação de gado e mais tarde com o início do que se poderia chamar de industrialização - as charqueadas. No dizer de Nilo Bernardes: " A expansão das estâncias, cujo auge se deu no início do século XIX foi se fazendo livre e desordenadamente. Guardada as devidas proporções, assumiu o aspecto de um verdadeiro rush, em que tomaram parte tanto os oficiais e soldados que iam dando baixa dos corpos de tropa, quanto os moradores do Litoral, cujas pastagens, já denotando esgotamento pelo pastoreio excessivo não mostravam as mesmas qualidades que as do interior, e mesmo forasteiros que se deslocavam de zonas mais remotas, da capitania de São Paulo". (Bernardes, 1962: 610.)

Lagunistas e paulistas de posse das grandes estâncias realizavam uma criação extensiva de gado, com bases técnicas as mais rudimentares. A organização social era formada pelo fazendeiro, pelo capataz, peões e alguns escravos. A peonada reunia-se ao redor do estancieiro, dependendo dele. A estância é a base de ocupação da Zona de Campos do Rio Grande do Sul e como tal aparece ainda em nossos dias marcando a diferenciada (e sendo a base) estrutura fundiária do Estado. É nela que se dá toda a vida da Campanha.* É a partir da estância que se dá a integração do Rio Grande do Sul ao conjunto da economia do país, na medida em que se abre um mercado para a compra regular do gado. A preação simples do gado substitui a " criação " com maiores cuidados.

Enquanto estavam sendo ocupadas as áreas de campo pela atividade de criação, o restante do Estado estava ainda inexplorado, em reserva. A própria linha de início dos matos representava o limite da expansão da pecuária e instalação de suas estâncias. Por outro lado, era de interesse do governo da província o início de uma colonização com base na pequena propriedade e produção de alimentos para subsistência

Viviam na Campanha os estancieiros e suas famílias, mais os peões e escravos, que não eram em grande número. Os peões eram, especialmente indígenas aprisionados e levados para as estâncias para realização de tarefas. É discutível se estes peões eram trabalhadores livres que recebiam salário ou se eram mantidos também como escravos.

que gerasse, um adensamento da população. Isto foi tentado com os açorianos que a partir de 1748 foram sendo localizados em núcleos diversos, obedecendo (esta localização) a " um critério sobretudo estratégico em pontos espaçados do caminho litorâneo (Rio Grande, Estreito, Mostardas, Conceição do Arroio, atual Osório) e ao longo da Depressão Central (Viação, Morro de Santana), Porto Alegre, Taquari, Rio Pardo ". (Bernardes, 1962 :611). Mas esta tentativa de ocupação mais intensiva da terra não teve os resultados que se esperava. Pelo contrário, as propriedades não progrediram, e alguns açorianos deslocaram-se para a zona de campos - atraídos pela vida livre e mais fácil que levava o gaúcho, segundo alguns; segundo outros, pelas dificuldades que o solo apresentava, pela instabilidade causada pelas guerras e até pelo planejamento inadequado da colonização.

Era necessário no entanto encontrar uma forma de ocupar estas terras com agricultores que produzissem os produtos alimentares necessários. Os colonos, imigrantes que para o Rio Grande do Sul se dirigissem deveriam ocupar as terras de mato, a elas se fixando de forma mais permanente.

O imigrante europeu (especialmente o alemão e italiano no início da colonização) foram capazes de corresponder a estas expectativas. Estavam saindo de suas terras em busca de nova vida na América. Eram camponeses desapropriados da terra e sem condições de absorção na cidade. O de-

sejo deles era encontrar na América a sua terra, para, como proprietário, cultivá-la.

Além disso, no RS, com a vinda dos alemães esperava-se que como " pequenos agricultores pudessem neutralizar, pelo seu peso, o poder da oligarquia regional ". (Pessavento, 1980:34)

A possibilidade de aumento do contingente populacional na porção de mato no RS, produzindo cultivos diferenciados dos da Campanha, ocasionaria uma população que se esperava alterasse o peso político dos fazendeiros gaúchos . E isto de fato acontece, pois a partir de 1950 todos os Governadores do Estado, com exceção de apenas um, saem da Zona Colonial.

Os italianos além de responder às expectativas a nível nacional, como imigrantes em São Paulo, deveriam, no Sul, demonstrar a possibilidade de sucesso como proprietários de terra, formando núcleos que pudessem servir de atração para novos imigrantes.

A imigração que acontece no Sul do Brasil tem significado diferenciado da que ocorre no resto do Brasil, para onde eram necessários braços trabalhadores para substituir os escravos. No Rio Grande do Sul a imigração tinha o objetivo de ocupar áreas ainda desertas e que preocupavam ao Governo da província, do ponto de vista estratégico. A par disto era necessário criar uma estrutura produtiva centrada

na distribuição mais igualitária da terra, para produção de alimentos em grandes quantidades, e a preços reduzidos para tornar mais barata a reprodução da força de trabalho urbana.

A vinda dos imigrantes europeus para o Brasil, e mais especificamente para o Sul do Brasil é um fenômeno que se insere no desenvolvimento do modo de produção capitalista a nível mundial. O excedente populacional gerado pela expansão do capitalismo na Itália e na Alemanha, representava um foco de tensões sociais extremamente forte. Sem terra e sem conseguir ser absorvido como mão de obra para a indústria nascente, restava a estes camponeses a saída de suas terras para outros países novos que estavam necessitados de população. Torna-se assim um " negócio vantajoso, ainda mais que se descortinavam perspectivas de retorno de capitais, pela formação de núcleos nacionais no exterior que se vinculariam por laços comerciais à pátria de origem"... Mas, do " ponto de vista da oligarquia regional a imigração não atendia os seus interesses nem vinha solucionar seus problemas uma vez que os imigrantes vinham trabalhar para si e não resolver problemas de falta de braços na pecuária". (Pesavento, 1980:33-4.)

A não incorporação do imigrante aos interesses da oligarquia rural gaúcha se prende ao anseio deles pela propriedade da terra, à "inexistência" do trabalho assalariado, e à pressões dos países europeus que protegiam seus súditos da " escravidão ".

A imigração no Rio Grande do Sul se fixa em áreas distantes da produção pecuária da Campanha Gaúcha e do mesmo modo que não se incorpora ao trabalho na Campanha conforme acima assinalado, para os fazendeiros é interessante que se mantenham distantes das suas terras, não representando ameaças para as suas grandes propriedades.

Neste quadro de interesses tem início a colonização da parte Norte e Central do Rio Grande do Sul. Desta forma são incorporadas as terras de mata ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul e num quadro mais geral, ao do Brasil.

Os colonos alemães, os primeiros a chegar instalaram-se em São Leopoldo, São João das Missões e Torres. Destas, apenas a primeira tem desenvolvimento assegurado. As duas entram em crise tão logo são instaladas, devido principalmente ao isolamento gerado pela distância no caso de São João e pela dificuldade de acesso e contato com Porto Alegre, no caso de Torres, devido a escarpa da Serra. São Leopoldo gozava das vantagens de estar situada à margem de um rio navegável por onde podia manter contatos com Porto Alegre para a bastecimento e/ou para exportação de seus excedentes. Instalaram-se a partir destas, as colônias alemãs nos vales dos rios dos Sinos e Caí. Em 1872 começam a entrar os colonos italianos, aos quais " caberia a zona das matas que havia sido deixada de lado pelos portugueses, mais interessados na criação de gado. Esta região estava situada estrategicamente entre

a região dos Campos de Cima da Serra, onde habitavam os descendentes de portugueses ocupados na pecuária, a Depressão Central, onde se localizavam os alemães, e a zona da Campanha. A colocação das Colônias serviria para isolar não só os imigrantes, mas, especialmente, os gaúchos da Campanha e da Serra, o que dificultaria uma ação conjunta dos mesmos." (Giron, 1980 :60) Isto para tentar "acalmar" os interesses, e a rebeldia dos gaúchos, manifestos por exemplo na Revolução Farroupilha. "A imigração e a colonização, são, portanto, correlatos, a primeira resolverá o problema de mão de obra e a segunda contrapõe a pequena propriedade ao latifúndio, permitindo uma vigilância contínua e isolamento que garantiriam a segurança nacional". (Giron, 1980: 60.)

Nesta primeira fase de ocupação, a utilização do lote colonial é regulada pelo crescimento da família e pela possibilidade de superar as dificuldades que se apren-taram. Como derrubar o mato, como carregar a madeira, o que fazer com ela, como destocar o solo, preparar a terra, etc. são todas questões que vistas de hoje não demonstram o significado que tinham para aqueles primeiros colonos. Enquanto isto os filhos cresciam e se casando recebiam o dote - um pedaço de terra para cultivar. O tamanho da família continuava grande e a necessidade de trabalho fazia com que cada vez mais a propriedade se tornasse exígua. Daí a necessidade de partir para outros lugares, onde ainda houvesse terras disponíveis.

O dinheiro acumulado ao longo de uma geração era então investido na compra de lotes coloniais em outras áreas. Para as novas áreas migravam os filhos e os "velhos" também, alguém da família permanecia com as terras no local de origem. Mas estas já não produziam o que era necessário. Estavam "cansa - das", e a técnica utilizada não permitia que se tivesse condições de recuperá-la.

Aliada pois às dificuldades de recuperação da terra, está a geração de um excedente demográfico que " não cabia mais ali ". A família do colono não podia mais se reproduzir na colônia. Era necessário ampliar a área.

A necessidade, portanto, de reprodução da família como força de trabalho, e da reprodução constante da colônia como unidade de produção, gera a necessidade de se ampliar o espaço cultivado, incorporando novas terras. Estas estavam disponíveis " em cima da serra ", no planalto.

E por aí tem origem a ocupação de toda a " zona colonial" do RS, de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná na sua vertente gaúcha. E também o caminho de expansão da fronteira agrícola. São originários daí os descendentes de colonos que realizam esta trajetória. Trajetória de ocupação do espaço e trajetória de sua própria expropriação. Desloca-se no espaço, continuamente uma forma de ocupação, de produção, mas mantém-se na mesma medida as relações de produção e de trabalho originais.

2 - A fase de implantação das Colônias Novas

A partir de 1890 tem início a segunda fase da colonização desenvolvida pela Província, e entre outras colônias são fundadas Ijuí, em 1890, e Guaraní em 1891 no Planalto Setentrional. É exatamente esta parte da Colonização que interessa visto ser esta a área do estudo. A colonização desenvolvida nesta nova região repete em linhas gerais as características das antigas zonas de colonização, mas não se repetem mais agrupamentos de unidade étnica; pelo contrário, várias são as etnias e os colonos, são em geral descendentes de antigos imigrantes europeus.

Esta é a fase da ocupação do planalto. Segundo alguns estudiosos do assunto, tem início uma fase na história da colonização, com riscos sérios de não redundar em bons resultados. Não que o período anterior não tenha tido riscos, mas no sentido de ser uma área distante do que já estava ocupado, por ser uma área de "cima do planalto", para além dos campos, e pelas dificuldades de comunicação e transporte já que a localização das propriedades não era mais dada pelos rios. A estrutura agrária apresenta as mesmas características, só não mais tendo o rio como referência, no sentido de acompanhar os seus vales, mas tendo como ponto de apoio a estrada.

Do ponto de vista da divisão territorial do tra

balho então em vigor, esta área se integra ao conjunto denominado Norte do Estado, ou Zona da Mata do Rio Grande do Sul, a quem cabe a produção agrícola em especial.

É uma produção que num primeiro momento deve suprir as necessidades da população nela envolvida, mantendo assim um certo contingente populacional, que na medida em que gera excedentes tende a migrar. Desta migração resulta a continuidade da ocupação das matas do Sul do Brasil, com a mesma estrutura agrária e consequentemente a expansão da produção capitalista.

Para J. de S. Martins. "... o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante... A história dos camponeses - proprietários do sul é uma história de migrações. Há cem anos, foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul.. há pouco mais de trinta anos deslocaram-se para as regiões novas do Paraná. Hoje, muitos estão migrando para Rondônia e Mato Grosso" .. São deslocamentos " determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra". (Martins , 1983 :17.)

Em sua produção, o colono deveria, juntamente com a renda auferida com a venda dos produtos colocados no mercado, dar conta da sobrevivência econômica das próprias famílias.

A ocupação das terras do planalto faz parte ,

portanto, do conjunto da ocupação do Rio Grande do Sul. É mais uma etapa do povoamento a ser cumprida, seguindo mais tarde para oeste e para o norte. A situação é a mesma das an tigas colonias. O colono tem que derrubar o mato e preparar o solo para o plantio. Guardadas as diferenças referentes ao período de ocupação e ao fato da continuidade da colonização, o colono se vê diante dos mesmos problemas para enfrentar.

O cultivo no interior da propriedade é itine - rante no sentido de que no período inicial de sua instalação na colônia, o colono apenas derruba uma parte da mata para dar início ao plantio. Na medida em que este solo vai apresentando sinais de esgotamento, em que aumenta a capacidade de mão de obra (com os filhos que crescem), em que aumenta a necessidade de mais terra com os filhos que casam, novas matas vão sendo derrubadas e mais área vai sendo incorporada à lavoura. As áreas já cultivadas, com esgotamento da fertilidade do solo, ou vão sendo destinadas para o gado pastar, no ca so dele existir na colônia, ou é deixado que a capoeira tome conta para que o solo se recupere.

A lavoura "migra" avança, portanto dentro dos limites da propriedade, e esgotado o " estoque de terra" do colono é necessário ir adiante. A fronteira agrícola se expande então, continuamente. Recriam-se noutro espaço todas as características de ocupação, referenciadas sempre ao desenvolvimento econômico do território nacional.

Ijuí é a colônia que pode ser tomada como marco do início da ocupação das terras do planalto. A colônia de Ijuí, segundo o Padre Antoni Cuber * pároco que nela viveu por algum tempo, " nas margens do rio e nas encostas do monte deste mesmo nome - distante 9 léguas da cidade de Cruz Alta e 6 léguas de Santo Ângelo e ligada a ambas as cidades por boas estradas foi fundada sobre os montes Ijuí". (Cuber, 1975 :11.) Iniciava-se a ocupação das matas de cima do planalto, pelas matas do rio Ijuí, obra que já em 1887 as autoridades de Cruz Alta pretendiam realizar, conforme telegrama enviado em maio de 1877 ao Dr. João Dias de Castro, vice-Presidente da província, pelo Presidente da Câmara de Cruz Alta, solicitando que fossem enviados imigrantes para " instalar - se neste rico município, onde há incultas fertilíssimas terras, nas margens do rio Ijuí e do Conceição".(Arquivo Histórico do R.G.S.).

A iniciativa da ocupação preliminar desta área deve ter sido particular, pois, a serviço da província, um engenheiro agrônomo residente em Cruz Alta, recebe a incumbência de abrir , na mata, " uma picada que deveria encurtar o trajeto entre Cruz Alta e Santo Angelo. Para cuidados de limpesa, a fim de ser transitável, o encarregado da obra colocou

* Antoni Cuber foi o primeiro pároco da Igreja Católica, que se fixa na Colônia de Ijuí. Era polonês.

aí alguns peões que se tornaram os primeiros moradores de Ijuí. Estes primeiros habitantes eram apenas ocupantes das terras, sem possuírem títulos de propriedade. O sr. José Gabriel da Silva Lima havia recebido pela " tarefa uma légua de terras no local, entre Alto da União e o rio Conceição". (Lazzarotto, 1977 :14.) Quando este senhor resolveu vender estas terras a colonos, o primeiro a se instalar aqui foi em 1887 na Picada Conceição (atual Barreiro, nome recebido por causa de um lamaçal ali formado por uma vertente de água mineral). Neste local se radicaram diversas famílias de origem italiana, que vieram da Colonia Silveira Martins, antes mesmo da fundação oficial da Colonia de Ijuí. (Lazzarotto, 1977: 15.)

Em 1889 o governo mandou medir 1.000 colonias nos seus próprios domínios".... nas margens do rio Ijuí, afluente do Uruguai, para onde vieram em 1890, 25 lituanos, como primeiros imigrantes da atual colonia de Ijuí, deixando porém, suas famílias na colonia italiana de Silveira Martins . E, desta última, até Ijuí, são 20 léguas de percurso que os recém chegados venceram, a pé até atingirem as matas de Ijuí, através das quais ainda tiveram que passar umas duas léguas por estreitas picadas, carregando consigo um pouco de feijão, farinha, fumo, etc...., até que finalmente atingiram o lugar do atual centro da cidade ". (Cuber, 1975:12.)

Esta é a colonia de Ijuí, localizada a 28°23' 19" de latitude e 53°54'54" de longitude, com a altitude mé

dia de 316 m. Situada em terras de planalto, com vegetação de mato cercada de terras de campo. No dizer de Lindmann, em passagem por Ijuí em 1893, " O território florestal de Ijuhy na sua totalidade é mais plano que accidentado e a sua topografia é a mesma dos campos do planalto - uma rede de espigões e morros em virtude da ação dos innumerados córregos que traçaram largos sulcos e baixadas. A colonia de Ijuhy é muito bem regada por córregos, e a 3 kilometros da sede passa o largo e caudal arroio da Porta. Também o rio principal Ijuhyguassú, no seu curso para oeste até o rio Uruguay, está cheio de corredeiras e cascatas... A riqueza do terreno é, pelo que pude examinar, a mesma que nos campos, conhecido barro fino e homogêneo com cor de tijolillo em virtude da sua riqueza em oxido de ferro. Esta terra vermelha está a flor do chão não só nas estradas construídas ha pouco como em muitos outros lugares no próprio matto e o conteúdo de húmus no solo das florestas é por isso diminuto em muitos logares e até imperceptível". (Lindmann, 1974: 200) Mais adiante se referindo à prática de queimada utilizada pelos colonos assim se refere ... " e, segundo o testemunho dos colonos, é esta terra muito sensível às queimadas repetidas que a tornam secca e magra, o que parece demonstrar que ella em grau de humidade e riqueza nutritiva não pode medir-se com a terra humosa das colonias antigas". (Lindmann, 1974: 202.) Este quadro mostrado por Lindmann, logo após a instalação das colonias é um dos elementos básicos que referenciam o rápido esgotamento dos solos e di-

ficuldades de produção do colono.

Conforme relato do Padre Cuber, " A maior parte de nossa colonia está situada na margem esquerda do Ijuí, estendendo-se de leste para oeste cerca de 30 " verstas"- medida itinerária russa equivalente a 1067 m. e até 20 na outra direção. A principal estrada atravessa a região pelo centro, em toda sua extensão, e a cada mil metros abrem-se outros caminhos largos para ambos os lados. Cada lote mede aproximadamente uma " versta" de comprimento e duzentos e cinquenta metros de largura, as suas extremidades atingem as estradas, por isso mesmo acessíveis por ambos os lados. A cidadezinha desenvolve-se bem no centro da colonia, e seu tamanho é de um quilômetro quadrado. Os colonos chamam-na de "metrópole" ou barracão, eis que aqui se edificaram os primeiros alojamentos destinados aos imigrantes sob a forma de barracões. A comissão estadual cometeu um lapso, pois, dispondo de vastas glebas, foi reservar tão pouco espaço para a comunidade. Além disso, seria necessário fundá-la perto dos cursos de água, que poderia ser consumida por vários fins, e no entanto, agora cada casa deve possuir o seu próprio poço. Esta mesma falta de previsão podemos constatar na reserva das áreas destinadas aos edifícios públicos que deveriam embelezar a cidadezinha. Casas particulares foram edificadas em lugares privilegiados, e, entretanto, para as igrejas destinaram lotes inadequados". " Existe uma praça pública, que mede cem metros por cem metros de lado, localizada no centro da ci

Mapa 1 - Planta da Colônia de Ijuí

Visto.
A. Restani
Chefe de Colônia

Convenções

- Lotes pagos até 1898 159 lotes
- " " em 1899 201 "
- " " " 1900 42 "
- " com prestações pagas 300 "

Lotes rusticos cedidos 1634
" " vagos 435
Total de lotes 2069

COLONIA IJUÍ

DIAGRAMMA DA DIVIDA COLONIAL

Colônia Ijuí, 15 de Junho de 1900.

dadezinha ". (Cuber, 1975: 20-1.)

Conforme o relato, na realidade a colônia foi loteada não mais seguindo o vale dos rios, mas a demarcação do travessão. Este travessão que a cada 1.000 m é cortado por uma estrada vicinal denominada de Linha 1, Linha 2 sucessivamente, para Leste e para Oeste daquele que é o ponto de partida e é denominado de Linha Base.

Considerando estas " linhas " foram demarcados os lotes, não importando se tivesse acesso à água ou não, o que veio acarretar, inclusive uma série de problemas para os moradores. Um documento de 26 de fevereiro de 1910, sobre pedidos de Lotes na 5ª Secção de Ramada mostra que "... já tinham sido concedidos a diversos imigrantes que os abandonaram uns por não terem água, outros por ficarem muito distantes e em lugares ainda não servidos por estradas. (AHRGS, 1910.)

Observando-se o mapa da colônia de Ijuí nota-se o rigor do traçado dos lotes e dos travessões, onde as linhas são o ponto básico a partir do qual se instalam os lotes, sempre retangulares com 1.000 m por 250 m. Cortando-se as linhas, são abertas as " picadas " que vão dar origem às estradas vicinais. O tamanho padrão da colônia era de 25 ha. Esta forma de dividir o terreno fazia com que alguns lotes se situassem em zonas inteiramente íngremes, outras sem águas; e como mostra a citação acima, enquanto as picadas não eram melhoradas, as comunicações se tornavam extremamente di

fíceis.

A vida na colonia nos primeiros tempos foi bas tante rude para aqueles homens que esperavam aqui encontrar uma área já habitada, com estradas acessíveis e condições de sobrevivência. Muitos deles tinham que trabalhar na abertura dos caminhos resolvendo assim dois problemas que eles mesmos tinham que enfrentar: um deles, a quebra do isolamento com o acesso a outros lugares, e o outro, o de receber algum dinheiro para sobreviver. Conforme carta dirigida ao Barão de Kolden - Preposto do Banco Iniciador Melhoramentos, " recorde que por contrato este deve contratar os imigrantes recém-chegados na Abertura de Caminhos, recebendo conforme as aptidões 1\$500 e 2\$000 diários." Cada imigrante naquelas condições tem direito, de acordo com as instruções em vigor a 1,5 dias de trabalho em cada mez, por espaço de 6 mezes". Espero pois que com a urgência que o caso requer tomeis as providências necessárias pois segundo afirma o chefe da Comissão de Ijuhy, são muito poucos os imigrantes empregados actualmente pelos vossos prepostos naquela localidade".(AHRGS, 1893:152.

As vicissitudes enfrentadas pelos colonos eram imensas, a vida era difícil, e longe daquilo que imaginaram que seria. Qualquer tarefa que tivessem que realizar significava uma aventura. " Nos lugares indicados pelos agrimenso - res do governo escolhiam o local para a " nova casa", dando início imediato aos trabalhos. Toda a madeira necessária era carregada nas costas. As paredes naquela época eram de taqua

ra e cobertas com folhas de palmeira" (Enciclopédia Riograndense, 1958: 74.) A derrubada do mato, a construção das primeiras casas, a primeira colheita, tudo isso foram experiências duras para os imigrantes. O relativo isolamento em que eram obrigados a viver por causa da dificuldade das estradas e da falta de meios de condução podem ser comprovados pelas afirmações abaixo: " Cruz Alta, a sede do município e o centro de abastecimento mais próximo, distava 53 km. e pela estrada mal passavam as pesadas carretas puxadas por 4 a 5 juntas de bois. Mas os imigrantes não dispunham de animais. Reuniam-se então em grupo de 30 a 40 e iam a pé até Cruz Alta para suprir-se de víveres". (Brum, 1961: 18.) E, conforme Cuber " Nos primeiros tempos os colonos se viram obrigados a procurar víveres na cidadezinha de Cruz Alta e trazer todos os mantimentos nos seus ombros, o que somente terminou mais tarde com a chegada do primeiro comerciante. Ocorreu que este veio certa vez numa pequena carroça e obteve uma apreciável soma de dinheiro em troca de suas mercadorias que na verdade valiam alguns mil réis. Este comerciante alemão estabeleceu-se depois, com uma venda, bem no centro da colônia, tendo enriquecido consideravelmente à custa dos tostões poloneses. Coisa semelhante se poderia dizer a respeito de todos os outros negociantes que não semeavam, não plantavam, não recolhiam nada aos seus celeiros e, no entanto, juntavam em suas algibeiras o fruto do suor polonês... Pode-se afirmar abertamente, que o colono em seus primeiros três anos trabalhava ,

exclusivamente, para o negociante e, até hoje, é obrigado a carrear os seus míseros vinténs para os bolsos de outros europeus, que nos são absolutamente estranhos pela nacionalidade e idioma". (Cuber, 1975: 15-16.) Está claro que esta é a visão de um polonês, que era o pároco, a respeito da vida dura e difícil que levavam os colonos poloneses, mas de qualquer forma bem demonstra a situação que se vivia na colônia pelas dificuldades próprias da colonização. Por outro lado, a figura do comerciante que desde cedo interfere na vida dos colonos, facilita-lhes o acesso dos bens necessários ao seu consumo, mas obtendo lucros às custas destes mesmos colonos, a ponto deles se sentirem explorados.

De qualquer forma, para a comercialização dos seus produtos, os colonos enfrentavam o problema das estradas e de transporte dos produtos, até o início deste século. Utilizavam animais de carga, carroça, até chegar à estrada de ferro, o que fazia com que fossem cultivados preferentemente os produtos de fácil exportação, além daqueles de consumo interno. Isto demonstra que na realidade a agricultura das colônias novas nunca foi apenas para o próprio consumo, mas sempre visando o mercado.

Desde o início de sua instalação o colono é dependente do sistema de colonização. É dependente do vendeiro, conforme muitos relatos, pois é através dele que o colono se liga com o exterior, na maioria das vezes, que lhe fornece o

que ele necessita, que lhe vende o produto para "fora", que lhe compra o produto, que lhe empresta dinheiro, etc. É dependente do governo *, através da Companhia de Colonização que lhe financiou a viagem até a sua terra, que lhe vendeu a terra, e que lhe prestou os auxílios necessários. Ou trabalhava para a Empresa Colonizadora, abrindo picadas, recebendo salários irrisórios. Pode ainda ser dependente de outros colonos à quem precisa trabalhar para prover a sua subsistência e a de sua família, nos primeiros tempos de sua instalação. Deste modo o colono, muitas vezes, não pode se dedicar de imediato a cultivar a sua propriedade, e quando começa ele já está completamente dependente do sistema de colonização.

*. Entre os auxílios recebidos pelos imigrantes, conforme documento da Colonização, referente a Ijuí, datado de outubro de 1890, estão : - os salários por trabalhos executados nas construções de caminhos, estradas e outras obras a executar-se nos núcleos coloniais, isto até a primeira colheita; - cada família recebe o auxílio de 150\$000 para a construção de uma casa provisória e 50\$000 para ferramentas e sementes, cujas importâncias são debitadas aos colonos conjuntamente com o lote. É debitado também ao colono o transporte interno, a primeira alimentação, o custo da medição do lote e do caminho vicinal correspondente". (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul). Percebe-se que o interesse dado à colonização é, ao de um empreendimento capitalista. Vende-se a terra e são fornecidos auxílios que deverão ser pagos pelos colonos no prazo de 5 anos. O Estado ao financiar a instalação do colono viabiliza o empreendimento.

MAPA 2 - RIO GRANDE DO SUL

VIAS FÉRREAS

	antes de 1870
	1870 - 1880
	1881 - 1890
	1891 - 1900
	1901 - 1910
	1911 - 1920
	1921 - 1930
	1931 - 1940
	1941 - 1950
	depois de 1950
	Divisa Internacional
	Divisa Interestadual
	Zona da Mata
	Região Nordeste do RS

FONTE: SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADA DE FERRO

Voltando ao papel do vendeiro, ele na maioria das vezes é um próprio colono, que devido a sua localização em melhores pontos, tinha melhores condições que os demais de " progredir". E a partir de um certo momento era as custas dos próprios companheiros que progredia. De qualquer forma ele é a figura que permitia que se quebrasse o relativo isolamento em que viviam os colonos. Era ele, que na maioria das vezes, estabelecia o relacionamento que os colonos mantinham com o exterior, vendendo-lhes a produção ao mesmo tempo que emprestava-lhes dinheiro, fixava-lhes os preços. Era ele o elemento intermediário, que permitia que fosse quebrado o isolamento, mesmo que subjugando os demais colonos.

Na realidade, as comunicações exercem papel de fundamental importância no desenvolvimento econômico, e as dificuldades enfrentadas pelos colonos são na realidade, inúmeras.

A Colonia Guarani, por exemplo, que foi a primeira a ser fundada nas matas do rio Uruguai, em 1891 enfrentou sérios problemas causados pela enorme distância dela em relação ao que havia de povoado no Estado. Nilo Bernardes assim se refere a ela : " Durante o período em que se processou o povoamento da colônia, a navegação (pelo rio Uruguai) não foi suficiente para atender às necessidades dos colonos e a zona do Sudeste não se revelou um grande mercado consumidor. As comunicações com o Leste, com o vale do baixo Jacuí,

apesar de serem vitais para a colônia, eram extremamente difíceis. As dificuldades de acesso, por exemplo, determinaram privações horríveis aos primeiros colonos, devido ao insucesso das colheitas iniciais até a fome os afligiu, porquanto os mantimentos de fora chegavam em quantidades mínimas como se fosse esta uma zona sob bloqueio". (declarações de moradores antigos de Guaramano...) (Bernardes, 1954: 173)

A construção da estrada de ferro, ramal de Cruz Alta, que vai até São Paulo pelo interior de Santa Catarina e Paraná muito vem contribuir para o desenvolvimento das colônias que ficavam ao longo do seu percurso.

De qualquer forma, tanto nas colônias oficiais como nas particulares, que se desenvolvem no planalto, são recriadas as características da antiga zona de colonização. A produção agrícola que nelas se desenvolve, o milho, o feijão, mandioca, cana-de-açúcar, cereais secundários devem ser comercializados, assim como é preciso entrar os produtos, que nas colônias não são produzidos.

Na colônia de Ijuí, apesar da produção que se desenvolve, e da facilidade de comunicações, logo se chega ao auge e inicia a decadência. Decadência no sentido de esgotamento do solo, de acesso à propriedade da terra, de absorção

Guaramano é um dos dois núcleos da Colônia Guarani.

do fluxo migratório, etc. " A intensidade da exploração agrícola trouxe o empobrecimento da agricultura, resultado paradoxal da relativa facilidade de comunicações de que a colônia gozou: ligada a linha da estrada de ferro de Cruz Alta em 1911, possui de imediato excelente rede de rodovias e caminhos que se prolongam para além da zona de campo e a tornam o centro comercial do Uruguai ". (Roche, 1969: 188.)

Neste quadro colonial são fundadas no planalto, diversas colônias por iniciativa oficial. Nos intervalos deixados por estes núcleos coloniais, são criadas colônias particulares ocupando assim todas as áreas de matas. O mapa a seguir mostra as colônias.

Mapa 3

RIO GRANDE DO SUL

COLÔNIAS

Colônias Novas

1 - Jaguari; 2 - Selbach; 3 - Não-Me-Toque; 4 - Carazinho; 5 - Ijuí;
 6 - Panambi; 7 - Cerro Largo; 8 - Santa Rosa; 9 - Três Passos; 10 - Erexim;
 11 - Marcelino Ramos; 12 - Sananduva; 13 - Guaraní das Missões.

Foto 1 (Coleção Foto Beck.
Museu Antropológico Diretor
Pestana. Ijuí- Rs).

Cidade Ijuí. Vista da Rua do Comércio a partir dos trilhos
da Viação Férrea (Linha 1 Oeste) Ano - 1926.

Foto 2 (Coleção Foto Beck.
Museu Antropológico Diretor
Pestana. Ijuí- RS).

Cidade de Ijuí. Praça da República, ao centro a Igreja Ma-
triz de Na.Sra. da Natividade. Observe-se na praça a ornamen
tação de Plátanos. Década de 1920.

Foto 3 (Coleção Foto Beck .
Museu Antropológico Diretor
Pestana. Ijuí - RS).

Cidade Ijuí. Vista Geral do quadrante sudoeste. Década de 30.

Foto 4. (Ki- foto).

Cidade Boa Vista do Buricá. Vista Geral. Ano 1974.

3 - A Colonização propriamente dita

Efetivada a ocupação inicial do planalto, o próprio desenvolvimento das colônias faz com que se incorpore a última zona de mata ainda não povoada. Ijuí tem seu auge na década de 20, e a partir daí começa a "exportar" população, que vai colonizar o norte do Estado, no vale do rio Uruguai. Este empreendimento tem início a partir de 1908 através da Colonização dirigida pelo governo do Estado. "Comparada às primeiras fases de colonização até então realizada, essa última etapa de povoamento apresentava características novas. Ela devia ser feita numa região afastada e de clima sub-tropical (médias mensais de 25°C em janeiro e de 13,3°C em julho) com chuvas abundantes e bem distribuídas durante o ano. Duas coberturas florestais dividiam uma topografia cada vez mais acidentada em direção ao norte. A floresta clara de araucária cobria os planaltos mais elevados a leste do rio Passo Fundo, enquanto a oeste as espécies sub-tropicais ocupavam uma parte do antigo território das Missões Orientais do Uruguais". (Pébayle, 1971: 12.) Está caracterizada, embora de forma rápida, o que seria a última fase de colonização do Estado do Rio Grande do Sul. Última, porque a partir daí não restavam mais terras, e não por haver cessado a necessidade de mais migrações. "Fecha-se" a fronteira, dentro dos limites do RS, não há mais avanço possível. Todavia isto não quer di

zer que não existam mais terras sem cultivo, com possibilidades de ser utilizadas. A posse pela propriedade privada do solo se estende por todo o território gaúcho. Por outro lado, as migrações permanecem constantes, pois elas são o resultado das próprias relações que acontecem com os homens sob o modo de produção capitalista. O que tem mudado neste processo todo são as terras, que são novas, o espaço que vai sendo incorporado; as relações sociais se reproduzem em todos os lugares.

Conforme o mapa das colônias pode-se observar a "caminhada" empreendida pelo colono na ocupação, ou melhor na colonização do Rio Grande do Sul. Nesta caminhada o mato é derrubado, as lavouras são desenvolvidas, as casas construídas. O homem branco está "colonizando", ocupando as terras, e na medida em que avança, empurra adiante o posseiro e o índio, quando não os esmaga ou "transfere" para a cidade. Os antigos moradores destas áreas, os nacionais eram considerados como inferiores aos colonos no que se refere à atividade produtora. Conforme relatório da Secretaria de Negócios das Obras Públicas - 1918 - RS "A deficiência de hábitos de trabalho systemático entre os nossos patrícios e a sua inata humildade, tem frequentemente induzido observadores superficiais a orgulhosa conclusão de sua inferioridade geral. Porém, somente quanto à actividade existe inferioridade real, isto é, quanto ao menos importante e mais modificável dos trez aspectos da natureza humana. E como tal atrazo é menos individual do que social, como essencialmente resul-

tante das deficiências do meio em que vivem os primeiros patrícios, estes não tardam a modificar-se, á medida dos melhoramentos introduzidos nas regiões onde residem, sobretudo quando o poder público, com a sua autoridade e servindo-se de funcionarios capazes de conquistarem a confiança delles, os ampara e guia na sua evolução ". E seguindo diz ainda o Relatório que a proteção aos nacionais além do dever de fraternidade é também desenvolvida por motivos de ordem política. Nestes termos eram considerados do " ocupante" os lotes onde estavam instalados, havia redução dos preços dos lotes, facilidade de pagamentos através de trabalhos na construção de estradas e auxílio de carpinteiros para se instalarem. Através do pagamento dos lotes, o Estado recebia o dinheiro referente à terra e o homem era a mão de obra necessária para construção dos caminhos que a êles mesmos serviria. Ainda conforme o mesmo relatório " Uma das causas do êxodo dos nacionais das antigas colonias resultava justamente da falta desta providência do pagamento em serviço, deixando-os incapazes de solverem os seus débitos e induzindo-os, deante da pressão dos funcionarios, a retirarem-se para outras regiões afastadas do Estado, onde continuavam a viver á sua vontade, longe do que lhes parecia perseguição aos filhos do próprio paiz. Sentiam tanto mais isto quanto assistiam simultâneamente os auxílios dispensados aos imigrantes". (Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas).

É claramente perceptível que havia maiores in-

teresses em ocupar as terras com o colono europeu do que com os antigos ocupantes. Estes eram inclusive mal vistos, principalmente porque era corrente que eles desenvolviam uma atividade agrícola considerada inferior, sem muitos cuidados de fazer a terra render o máximo possível, de não esgotar a terra. Era o tipo de exploração do solo até hoje denominado de "técnica do caboclo". É uma prática de cultivo que se pode chamar de agricultura itinerante. Itinerante dentro dos limites da própria propriedade, e além dela em direção as zonas pioneiras. Os colonos foram ocupando as terras de matos em direção a parte superior do planalto, indo para o oeste e o noroeste do Estado e mais adiante, ultrapassando as fronteiras estaduais em direção a Santa Catarina e Paraná. Desenvolve, segundo Weibel, uma lavoura extensiva e primitiva. E, "... se os sistemas agrícolas extensivos não dão resultados satisfatórios nas grandes propriedades, quando aplicados nas pequenas tornam-se ilógicos e perigosos. O termo extensivo quer dizer que dos três fatores de produção-terra, capital e trabalho-, a terra é o principal e deve ser abundante. Mas isto não acontece nas pequenas propriedades dos colonos europeus do Brasil Meridional; não obstante, eles aplicaram logo, desde o princípio até hoje, o sistema extensivo de rotação de terras ". (Weibel, 1954 : 83.)

Estas são, como se pode observar, características inteiramente ligadas à expansão da fronteira agrícola.

Na medida em que se expande a área incorporada à atividade e conômica , avançam para diante o nativo e o imigrante, atrás.

Num primeiro momento, a área nova é demograficamente ocupada por uma população excedente onde o produto comercial é a extração de erva-mate pelo nativo *.

Este nativo é o primeiro que vai adiante, pois ele tem apenas o uso da terra e não a posse legal. Atrás dele vem o imigrante financiado pelo Estado, com a instalação do empreendimento capitalista, através dos mecanismos que o viabilizam : posse privada da terra, colonização através de Companhias Colonizadoras, construção de ferrovias, abertura e melhoria de estradas, etc.

Esta situação está muito ligada ao preconceito existente na sociedade gaúcha de então, de que o homem laborioso, capaz de produzir, de realizar a acumulação é o imigrante europeu, desacreditando dos nativos.

Este é o panorama da ocupação das matas do Rio Grande do Sul, e por mais absurdos que pareçam os procedimentos adotados, seja do ponto de vista individual do colono, se

* o nativo pode ser tanto o indígena que foi aculturado pelos Jesuítas das Missões e que fugiu com as investidas dos bandeirantes e se embrenhou nos matos, como o luso-brasileiro que se escondeu nos matos, fugindo das guerras ocorridas no RS.

Na medida em que se expande a área incorporada à atividade e conômica , avançam para diante o nativo e o imigrante, atrás.

Num primeiro momento, a área nova é demograficamente ocupada por uma população excedente onde o produto comercial é a extração de erva-mate pelo nativo *.

Este nativo é o primeiro que vai adiante, pois ele tem apenas o uso da terra e não a posse legal. Atrás dele vem o imigrante financiado pelo Estado, com a instalação do empreendimento capitalista, através dos mecanismos que o viabilizam : posse privada da terra, colonização através de Companhias Colonizadoras, construção de ferrovias, abertura e melhoria de estradas, etc.

Esta situação está muito ligada ao preconceito existente na sociedade gaúcha de então, de que o homem laborioso, capaz de produzir, de realizar a acumulação é o imigrante europeu, desacreditando dos nativos.

Este é o panorama da ocupação das matas do Rio Grande do Sul, e por mais absurdos que pareçam os procedimentos adotados, seja do ponto de vista individual do colono, se

* o nativo pode ser tanto o indígena que foi aculturado pelos Jesuítas das Missões e que fugiu com as investidas dos bandeirantes e se embrenhou nos matos, como o luso-brasileiro que se escondeu nos matos, fugindo das guerras ocorridas no RS.

ja do conjunto da sociedade , eles representam a viabiliza -
ção da ocupação do território e estabelecem as condições con-
cretas de desenvolvimento da região. Condições estas que se
expressam através da pequena propriedade, da produção de sub-
sistência com mão de obra familiar, da constante expansão da
fronteira agrícola, da reprodução enfim de todas as relações
sociais e de trabalho em todo o espaço da zona de matas do
Estado. Configura-se uma região com características defini -
das e referenciadas ao centro do desenvolvimento capitalista
nacional.

Uma região que, referenciada ao conjunto da di-
visão territorial do trabalho a nível nacional, tem uma pro-
dução agrícola. Este tipo de produção é significativo em ter-
mos quantitativos pelo volume total da produção gerada pelo
número acentuado de famílias envolvidas. Mas é também impor-
tante pela constituição da força de trabalho, no sentido de
que é parte integrante do sistema capitalista, existindo en-
quanto necessário, para o processo de acumulação do capital.
Para Graziano da Silva, " Na verdade, a pequena produção com
base em relações de trabalho não capitalistas é responsável
em nosso País, por grande parte dos gêneros alimentícios bá-
sicos que vão abastecer os centros urbanos e o próprio setor
agrícola. As formas de exploração agrícola baseadas em rela-
ções de produção não capitalistas são então preservadas e, a-
través delas, torna-se possível manter o padrão de acumula -
ção no campo e na cidade, já que as condições para manter em

níveis baixos o custo de reprodução tanto da força de trabalho agrícola como da urbana ficam assegurados". (Silva, 1978: 8-9.)

Nestes termos a pequena produção é um dos componentes da colonização européia no sul do Brasil. Ela existe em todo o país como viveiro de mão de obra. No Rio Grande do Sul assume características específicas, dado a situação concreta da região. Em sua trajetória se insere inteiramente ao processo de expansão e acumulação de capital. Até hoje permanece presente na estrutura agrária da região. Tem atualmente a produção "nobre", de soja, trigo, frangos, porcos, muitas vezes integrada aos sistemas de industrialização e comercialização, embora as bases físicas sejam impróprias. Impróprias no sentido da exiguidade da área para absorção do maquinário necessário e da capacidade financeira que é exigida destas produções atualmente. É imprópria especialmente do ponto de vista do produtor-colono, que aliás, graças ao violento processo de auto-expropriação viabiliza este tipo de produção.

Constitui-se assim a região de Colonias Novas, com uma forma específica de produção e reprodução do capital. É uma região que se forma como parte integrante no interior do desenvolvimento do capital. É uma região que se cria e recria em função das exigências do próprio capital. Assim, para responder às novas exigências da divisão territorial-regional do trabalho, a nível nacional, a partir de 1930, ela se

re-estrutura, assume nova configuração, processo que se intensifica a partir da década de 50.

4 - A municipalização das Colonias Novas e do Rio Grande do Sul

Conforme já foi salientado diversas vezes neste estudo, o Rio Grande do Sul por sua própria posição no conjunto do Brasil, fica a parte das primeiras formas de ocupação do território brasileiro.

A expansão do povoamento gaúcho se dá de forma muito específica, passando por grandes fases, tais como as Missões Jesuíticas, o desenvolvimento da pecuária, a colonização européia, sempre referenciadas ao desenvolvimento econômico-social do Brasil como um todo. A bem da verdade, estas fases se sucedem mais por força do desenvolvimento econômico-social do Brasil do que por forças internas do RS, ou melhor, referenciados ao desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil.

Os Jesuítas fundaram os primeiros núcleos organizados que povoaram o território gaúcho. Parte destes núcleos estão na área deste estudo. Este povoamento tem início no século XVII, mais precisamente em 1626 com a fundação do povo de São Nicolau. Em 1809, o Norte do Rio Grande do Sul é

cortado pelos limites do município de Vacaria e mais a oeste, pelos Sete Povos das Missões.

Neste período e nos sucessivos ocorre a municipalização do espaço riograndense. Interessa analisar como se dá este processo apenas naquela que é a área do presente estudo.*

Em 1834 forma-se o município de Cruz Alta, resultante do povoamento iniciado durante a década de 1630 por indígenas espalhados nas proximidades de uma redução jesuítica atacada por bandeirantes. Há então na parte Norte do Estado três grandes municípios que são, a leste, Santo Antonio da Patrulha, no centro, Cruz Alta e a oeste, São Borja.

A partir desta divisão do território, por um certo período, se mantém a distância centro-norte, se dividindo para a formação de novos municípios apenas no sentido leste-oeste.

Em 1858, já aparece o município de Passo Fundo (criado em 1857), que fazia parte de uma redução jesuítica-

*. Para demonstrar a divisão do Estado do Rio Grande do Sul em municípios ao longo de sua história, foi tomado por base o estudo da Criação dos Municípios feito pelo IGRA - Instituto Gaúcho de Reforma Agrária - Divisão de Geografia e Cartografia, denominado: "Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul". Além deste material foram utilizados monografias dos diversos municípios e micro-regiões.

de São João Batista, sendo no século XVII o núcleo mais oriental das missões jesuíticas sob o domínio espanhol. Nesta redução era intensa a exploração de ervais e a atividade pecuária que prosperava muito, ambas interrompidas pelas investidas dos bandeirantes na região. Mesmo assim, não perde de todo a sua importância, pois esta área é o caminho obrigatório dos tropeiros que vão do Sul para São Paulo.

No mapa de 1858, observa-se ainda a redução da área do município de São Borja, e tem início um processo de divisão municipal que leva o limite da região de colônias novas cada vez mais para o norte, retalha incessantemente a área, formando cada vez, um número maior de municípios com áreas cada vez menores.

No mapa de 1881 observa-se este fenômeno, de forma acentuada. Em 1873 o então município de São Borja é dividido para a criação de Santo Angelo. Este núcleo tinha a sua população ocupada na extração de erva-mate e algodão em tempos anteriores ao século XVIII, quando é retomado o seu povoamento, chegando a município em 1873. Em 1874, o antigo povoado, originado pelos tropeiros paulistas, Palmeira das Missões, é elevado a município. Em 1875 o município de Passo Fundo, e o de Vacaria perdem terras para a formação de novos municípios (fora da área do estudo) e em 1880 o mesmo acontece com São Luiz Gonzaga. Em 1881 Lagoa Vermelha é transformado em município, originado também de pouso dos tropeiros que

se dirigiam para a Campanha Gaúcha em busca do gado.

Em 1898 diminuiu a extensão do município de Cruz Alta e em 1912, do de Passo Fundo. Neste ano é emancipado Ijuí, cujas terras pertenciam a Cruz Alta. Ijuí é um dos primeiros núcleos coloniais das chamadas "colonias novas". Conforme pode-se notar pela observação dos mapas tem início com a criação de Ijuí, a redução sensível das áreas dos novos municípios e conseqüentemente da área dos municípios já existentes, que são neste ano de 1912 um total de 7 e em 1970 um total de 80.

Dando continuidade a "retalhação municipal" desta área, em 1931 surge como município Erechim, que se forma em 1918 com terras de Passo Fundo, e que teve sua colonização iniciada em 1908. Ocorre ainda a diminuição da área de Cruz Alta, "encolhendo-se a região para o norte.

Em 1931 surgem Santa Rosa das terras de Santo Angelo e Carazinho desmembrado de Passo Fundo. Santa Rosa foi também colônia de imigrantes (Colônia 14 de julho) e até 1970 havia perdido parte de sua área para a formação de outros nove municípios. Carazinho que já no século XVII tinha suas terras aproveitadas pelos índios e jesuítas, foi completamente abandonada, após a destruição do que existia pelos bandeirantes. Em 1872 é novamente iniciado o povoamento, sendo distrito de Passo Fundo até a data de sua emancipação. Entre 1954 e 1962 são formados outros quatro municípios,

de sua área.

Até 1944 o contorno da região permanece o mesmo, havendo no entanto constantes divisões no seu interior. Em 1933 Iraí desmembra-se de Palmeira das Missões. Essas terras também haviam sido ocupadas por indígenas, que conheciam, inclusive as propriedades curativas das águas termais, que hoje são o motivo de procura intensa do local. A partir de 1917 a construção de estradas até Iraí leva a um maior desenvolvimento do local, que teria sido área de refúgio de um grupo de moradores de Cruz Alta, na Revolução de 1893, que aí teria se fixado. Em 1939 Sarandi desmembra-se de Passo Fundo e Getúlio Vargas, de Erechim e Passo Fundo. Sarandi teve iniciado o seu povoamento em 1919 por colonos poloneses.

Em 1944 Tres Passos e Marcelino Ramos são emancipados. Tres Passos desmembra-se de Palmeira das Missões, e Marcelino Ramos, de Passo Fundo. Marcelino Ramos tem origem, também, no refúgio de algumas famílias durante a Revolução de 1893. Este município localiza-se na foz do rio do Peixe e passa por ele a ferrovia que liga o Rio Grande do Sul a São Paulo, e por motivo de troca de bitola na via férrea, torna-se parada obrigatória (seja passageiros, seja carga).

Depois de 1944 há sucessivos retalhamentos do território com vistas às novas divisões administrativas. Em 1954 são criados 10 novos municípios, desmembrando-se dos já existentes. São, muitos deles, antigas colônias que com o de

se desenvolvimento econômico almejam se tornar independentes. São especialmente alemães e italianos que vindos das colônias velhas se instalaram em pequenos núcleos. Em continuidade, no ano de 1955, desmembram-se outros seis municípios, dos quais merece destaque o de Tenente Portela, antiga área dos índios Coroados *, ocupada a partir da década de 40 do nosso século por descendentes de imigrantes, de certa maneira tirando a terra que aos indígenas pertencia.

Em 1959 acontece uma nova " onda " de desmembramentos em todo o Estado, e esta região aumenta de 16 municípios. Dentre estes o município de Guarani das Missões, ainda hoje cidade predominantemente de origem polonesa, teve a sua ocupação iniciada ainda no século passado, mais precisamente no início da década de 1890, por famílias polonesas oriundas da Polônia e das colônias velhas.

Em 1961, tres das quatro emancipações ocorridas no Estado pertencem a municípios desta região.

Em 1962 outros dois municípios se desmembram , em 1963 onze, em 1964 mais oito e finalmente em 1965 outros vinte e dois novos municípios novos foram criados dentro da região.

*. Índios Coroados - denominados bugres, pertencem ao grupo Gê.

Ao longo deste período, pode-se observar nos mapas, o quanto foi retalhado o espaço com a criação de novos municípios. São todos municípios pequenos, muito próximos uns dos outros e com a mesma estrutura fundiária, característica de todo o Norte do Rio Grande do Sul.

Excetuando-se as pequenas manchas de campos, cada " canto do mato", foi utilizado para criar colônias. E esta é a forma de expansão da própria fronteira agrícola. Com um sistema de produção que exige o que na prática se pode chamar de rotação de terras, há necessidade de cada vez ocupar uma área maior. E esta ocupação se dá por crescimento da família, pela chegada de novos imigrantes, por necessidade de refúgio em áreas mais retiradas nos períodos de Revoluções, e na busca de terras mais baratas, que são as mais distantes.

Afora considerar-se todos estes motivos, a expansão da colonização faz com que aumente a área ocupada e também a produção agrícola característica das pequenas propriedades, que é a policultura, e especialmente, alimentos.

Muitas áreas foram colonizadas já perto dos anos 50 do nosso século e até 1966 foram instalados todos os municípios atuais *. A trajetória da ocupação inicial até a emancipação municipal é neste século bastante curta para estes municípios. É bem mais rápida que dos municípios onde se

*. Em 1982 passam a ser instalados outros 12 municípios novos no Rio Grande do Sul.

desenvolve a pecuária, o que pode ser explicado pela própria estrutura fundiária e o tipo de vida que se desenvolve nas colônias. A proximidade dos colonos e a situação social equilibradamente homogênea faz com que o agrupamento ao redor da capela, da Escola e do Salão de Festas se desenvolva rapidamente. O comércio básico e um número mínimo de serviços urbanos, aliados à necessidade de se organizar melhor, faz com que procurem rapidamente a emancipação.

No conjunto todo da região solidifica-se a ocupação, expande-se a fronteira agrícola e urbanizam-se as cidades, enquanto que fazendo parte do mesmo processo, a população rural e urbana emigra. O que move tanto o avanço sobre a fronteira agrícola, como a intensificação da urbanização, é fundamentalmente o avanço do capital sobre a terra, seja nos espaços velhos, seja nos novos.

A expansão do povoamento e a municipalização da área do Norte do Rio Grande do Sul se dá portanto em grandes fases, que conforme se observou, pode-se caracterizar com a seguinte periodização : - a ocupação das Missões, onde os núcleos indígenas coordenados pelos jesuítas desenvolvem-se até serem expulsos os padres, e os indígenas que não morrem, são dispersos; - a pecuária, é a que poder-se-ia considerar como a etapa seguinte. Ela se desenvolve especialmente no Sul do Estado, mas como a produção, ou melhor o gado apresado é levado para o centro do país se cria no Norte do Estado o fa

moso " caminho do gado" e ao longo deste desenvolvem-se alguns núcleos que funcionam inicialmente como pousada.

Com o início da colonização européia, através das Colônias Oficiais é efetivada a ocupação permanente do Centro-Norte do Rio Grande do Sul. É uma ocupação que " caminha" desde a Encosta Inferior do Planalto, próximo a Porto Alegre e ao porto de Guaíba, até acima do Planalto, num processo que se desenvolve até meados deste século. As colônias particulares e espontâneas é que completam este processo.

De 40 a 70 tem início outra grande etapa da história da formação da região, agora não mais de colonização, mas de reorganização desta ocupação primeira.

É uma reorganização da região, das relações internas, da população envolvida. Recriam-se as condições sociais, recria-se uma nova segunda natureza, para fazer frente às novas exigências da expansão do capital na agricultura.

Os mapas a seguir expressam o que é este retalhamento municipal desde 1809 até 1965. Embora se demonstre toda a divisão municipal do Rio Grande do Sul, é de interesse especial a parte do Noroeste do Estado, que aparece ressaltado.

CAPÍTULO IV

AS TRANSFORMAÇÕES DA REGIÃO DE COLONIAS NOVAS

" O colono, até então conhecido apenas pela imagem superficial de um matuto impagável, ganhou novas interpretações, mudou seus hábitos... Muitos enriqueceram, adquiriram mais terras, chegaram a comprar terrenos na praia. Era o famoso milagre da agricultura de exportação ... De repente, este castelo de ilusões tombou ..."

(André Pereira, repórter da revista Agricultura e Cooperativismo da Fecotrigo)

"... lá pelo início dos anos 60 o colono ainda plantava de tudo um pouco. E da colheita tirava para o sustento da família e o que restava era vendido ou trocado ... (mas a partir de 70) ... entre os pequenos, poucos conseguiram melhorar sua condição a ponto de poder comprar terra para os filhos que casassem, por exemplo ... A maioria foi se descapitalizando, vendendo as dívidas crescerem. E num troço qualquer da colheita, não tinha outro remédio, era obrigado a se desfazer da terra... "

(Cadernos terragente).

1 - Introdução

Se a forma de ocupação e colonização nesta região, desde o final do século passado, lhe imprime certas características específicas, o que acontece a partir de 1950 com as transformações nas relações técnicas da produção, segue o mesmo caminho.

Constitui-se ao longo do tempo, na trajetória do imigrante europeu no Rio Grande do Sul, uma região com características específicas no sentido de sua inserção no interior da divisão territorial do trabalho, e da conseqüente forma que assumem as relações sociais no seu interior. Não é uma região " fechada" , no sentido tradicional do termo, mas uma região integrada no desenvolvimento do capitalismo com to das as suas contradições internas e com as contradições do próprio capitalismo. Uma região que para responder às exigências da produção e reprodução do capital cria e recria formas não capitalistas de produção, que são produto do desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção e que as sim viabilizam a acumulação do capital.

Considerando que no território se materializam as lutas de classes através da apropriação do território para atuação do capital, a região, é aquela parcela do território nacional, que assume certas características específicas, na me

dida em que o território é o espaço concreto das relações sociais.

O desenvolvimento da região, com interesses próprios, é possível apenas a partir da compreensão das relações de classe no seu interior e das articulações destas a nível nacional e internacional.

A região é a realidade concreta, territorialmente definida, do processo de povoamento/colonização que se dá nas terras de mata ao Norte da Depressão Central do Rio Grande do Sul. É a expressão espacial, a paisagem que resulta das relações sociais em um determinado momento.

A partir de 1950, quando já está totalmente ocupado o território regional, ocorrem profundas alterações no modo de produzir. Subordinado ao capital monopolista, o território nacional se reorganiza com base na divisão territorial do trabalho, e na região reproduzem-se as relações sociais, e econômicas do conjunto do território.

A colônia - célula básica da ocupação da região - reproduz em seu interior as condições necessárias à acumulação do capital. Organiza-se e reorganiza-se para responder às novas exigências e na medida em que isto acontece, o espaço regional toma a sua nova feição.

De que forma isto acontece, é o que interessa nesta parte do trabalho.

A fase monopolista do capitalismo se expressa

na região com a reorganização da produção, com alteração dos cultivos, com alteração nas bases técnicas da produção. Os investimentos realizados no território são a expressão do capital e estão territorialmente assentados num determinado lo - cal. Na região são injetados via Banco do Brasil e Coopera - tivas, grandes volumes de capital para "modernizar" a agricultura. Por outro lado são realizados investimentos maciços de capital fixo nas construções e/ou melhoria de estradas, e - quipamentos de transporte, silos, armazéns, super - porto (Rio Grande), fábricas para transformação da soja, e também super - mercados e lojas de utilidades domésticas, vestuários, adu - bos, máquinas e implementos, fertilizantes, venenos, etc.

Passa a ocorrer um uso do território que nada tem de racional na utilização dos recursos naturais para o conjunto da sociedade e particularmente para os trabalhado - res rurais, no caso.

A análise do que aconteceu a partir de 1950 de - ve ser feita então, sob a luz da configuração de uma região, subordinada às necessidades do capital, onde o capital multi - nacional atua, utilizando-se das formas que mais se adaptam às exigências do momento, ou seja, formas de produção não ca - pitalistas.

2 - Transformações técnicas e reorganização da Região de Colônias Novas

Guardadas as características de ocupação do Norte do Estado do Rio Grande do Sul a partir das colônias velhas e o conseqüente salto para o planalto, a constante ampliação da fronteira agrícola e a incorporação de novas áreas, faz parte desta política de colonização. Estrutura-se a ocupação das colônias novas e o extremo norte e noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, até os seus limites políticos.

Aquele que seria o motivo geopolítico da colonização/imigração, é concretizado na medida em que há uma fixação permanente do homem ao solo, o que faz assegurar os limites desta parte do território. Se organiza uma ocupação com população mais concentrada, que vai garantir a colonização da área.

O que seria o outro motivo da ocupação, talvez o mais importante, também é concretizado, é a produção de alimentos para sustento próprio e para comercialização.

No conjunto, tem continuidade a formação de uma sociedade constituída de pequenos agricultores, dedicados à produção alimentar, sedentários, e com condições de urbanizar a área.

Estabelece-se a ocupação da região e a produ -

ção policultora se desenvolve nas bases técnicas do colono, já descritas.

O colono em seu trabalho agrícola visa apenas a sua sobrevivência e a de sua família, não se apropriando na maioria das vezes da renda da terra. Recebe, de sua produção, apenas o suficiente para ter a capacidade de reproduzir-se e reproduzir também os instrumentos de trabalho necessários à sua atividade.

Assim é que na medida em que as características da produção e cultivo levam a um esgotamento progressivo e acentuado do solo, o colono tem a necessidade de buscar alternativas para continuar plantando neste solo, produzindo o que lhe é necessário.

Aliado a isto estão as dificuldades de comercialização que vão desde a colocação do produto, o seu preço, até a existência de vias e condições de escoamento.

Esta situação toda inserida no contexto nacional com as características que assume então a industrialização e urbanização do país, e a política agrícola do Estado, alteram as condições de produção agrícola.

Vergopoulos assim coloca esta questão : "O investidor camponês não visa o lucro ou a acumulação, mas simplesmente sua reprodução, contentando-se, pois, com o equivalente a um salário; no regime de investimento camponês, os preços agrícolas, amputados de frações consideráveis corres-

pondentes à renda e ao lucro do empresário, podem tender, a longo prazo, a só cobrir os gastos dispensados em capital cons tante e salário. Toda a mais-valia criada na economia campo - nesa seria, neste caso, irresistivelmente captada pelo capi - talismo urbano. Além disso, os capitais de investimentos no - vos na agricultura estão assegurados em proporções crescen - tes por estado e Crédito Agrícola". (Vergopoulos, 1972:159.)

A crescente subordinação da agricultura à in - dústria faz com que sejam alteradas as bases técnicas de pro - dução do colono. Reorganiza-se a produção agrícola, altera-se a estrutura fundiária. Inicia-se um processo de seleção/ ex - clusão dos colonos na medida em que não são todos que conse - guem manter a sua sobrevivência, isto é produzir para garan - tir o mínimo necessário. Em contrapartida ao fenômeno de ex - clusão de alguns colonos e sua família ocorre o fenômeno de concentração fundiária. No entanto este não é um processo rá - pido de reaglutinação de terras e exclusão da mão de obra fa - miliar. Pelo contrário, é lento. De início todos os produ - tores rurais tentam desenvolver os novos cultivos, com as no - vas bases técnicas.

Nesta nova situação, o colono vai plantar aque - les produtos que lhe sejam favoráveis do ponto de vista de co - locação no mercado de um lado, e de outro que lhe permita o acesso ao uso da tecnologia colocada à sua disposição. É o em - preendimento urbano-industrial que toma a dianteira do pro -

cesso. E o colono passa a alterar a sua produção, substituindo a policultura, que não é expressiva dentro dos termos colocados acima. Inicia-se o plantio daqueles produtos de maior procura comercial. Intensifica-se em todo o Rio Grande do Sul e na região de colônias novas, em particular, a lavoura de trigo num primeiro momento e mais tarde a de soja. Acelera-se assim a eliminação da produção de subsistência eliminando a policultura ou transferindo-a para outros lugares.

As tabelas a seguir tratam da área ocupada e da produção, dos diversos produtos.

Tabela 1: Área ocupada (em ha) pelos principais produtos agrícolas, total de culturas, pastagens, florestas e área total em Ijuí nos anos 1950 - 1960 - 1970 - 1975.

Anos	Hectares			
	1950	1960	1970	1975
Feijão	2.207	1.853	424	648
Milho	17.555	36.944	32.699	16.462
Trigo	7.859	26.789	65.925	75.354
Soja	2.204	21.723	76.290	112.989
Mandioca	735	11.539	5.461	2.045
Batata-inglesa	207		534	192
Arroz em casca	2.105	2.491	973	656
Cana-de-açúcar	2.231		874	273
Culturas (total)	57.348	81.901	123.473	135.785
Pastagens (total)	60.874	39.156	26.189	20.330
Florestas	33.384	22.884	19.648	15.632
Área Total	185.991	170.183	182.730	181.621

FONTE: IBGE. Censo Econômico do Rio Grande do Sul, 1950. Censo Agrícola do Rio Grande do Sul. Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1975.

Como se observa a área ocupada em culturas vai progressivamente sendo ampliada enquanto se reduz a área ocupada com pastagens e com florestas. Em 1975 há na antiga colônia de Ijuí apenas 33% das pastagens que existiam em 1950, e 47% das florestas, enquanto a área de culturas foi ampliada de 50 a 75 em 137 %. O binômio trigo x soja vai ampliando progressivamente a área plantada. A mandioca que teve um aumento na área cultivada de 50 para 60, em torno de 1.470 % , decai rapidamente de 60 para 70 e mais ainda de 70 a 75. Em 1975 o percentual da área ocupada chega a menos de 62,5 % do que era em 1970. A sua própria ascensão na década de 50 expressa o que já foi colocado em outra situação, de que devido ao intenso esgotamento do solo, os produtos que obtêm rendimento são aqueles que tem poucas exigências de parte do solo. A mandioca é um deles, e juntamente com o milho, serve de alimento aos animais, especialmente o porco. Observe-se que de 50 para 60 o milho também aumenta a área ocupada. Isto quer dizer, que existe para estes produtos, neste período, uma absorção de parte do mercado consumidor, e os preços são compensatórios em relação aos demais produtos. Aliás, o preço do porco também estava compensatório neste período. De outro lado, a partir de 1960 começa a ficar acentuado o crescimento do trigo e da soja, no que se refere à área ocupada. O trigo tem sua área ocupada, ampliada de 859 % entre 1950 e 1975. E a soja, neste mesmo período, tem um aumento de mais de 5.000%

Com relação aos demais produtos, todos apresentam diminuição da área ocupada para o seu cultivo.

Tabela 2: Produção (toneladas) dos principais produtos agrícolas em Ijuí nos anos de 1950, 1960, 1970 e 1975.

Produtos	Anos	Toneladas			
		1950	1960	1970	1975
Feijão		998	730	213	550
Milho		14.261	30.870	34.284	24.237
Trigo		3.977	4.373	67.398	48.623
Soja		1.102	10.723	62.560	174.129
Mandioca		7.366	121.590	54.903	22.587
Batata-inglesa		677	606	1.132	912
Arroz em casca		31.770	3.155	1.327	1.045
Cana de açúcar		264	18.929	14.183	6.617

FONTE: IBGE. Censo Econômico do Rio Grande do Sul, 1950. Censo Agrícola do Rio Grande do Sul, 1960. Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1970 e Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1975.

Estes dados complementam os anteriores, no sen-

tido de se observar uma acentuada ascensão da produção de mandioca na década de 50 a 60 com 1.551 % de toneladas a mais. Entra em seguida num progressivo declínio, que apresenta em 1970, 55% a menos do que em 1960. O mesmo acontece com a cana-de-açúcar e o milho. Por seu lado, a partir de 1960, tomam a dianteira no volume da produção (em toneladas) o trigo e a soja, como demonstram os dados. O percentual de crescimento em toneladas de trigo de 50 para 70 foi de 1.595 %. Entre 70 e 75 o trigo apresenta uma "quebra", fenômeno muito comum ao trigo nesta região, aliás em todo o Estado, que tem sérias oscilações, em função, especialmente, de sua não adaptação ao "clima de inverno", às doenças, etc. A soja apresenta um estremoso crescimento entre 50 e 75, expresso em 15.700%. Inclui-se neste período, mais precisamente no início da década de 70 a boa colocação da soja no mercado internacional em função de problemas havidos com a soja norte-americana e a não colocação de farinha de peixe peruano no mercado. Os demais produutos perdem na área ocupada e no volume da produção. Com relação à cana-de-açúcar, deve-se observar que o clima não lhe é favorável, e especialmente não há como competir com a cana de açúcar produzida no Sudeste. O feijão tradicionalmente plantado nas áreas novas, tende a migrar para a fronteira agrícola. Mas de um modo geral, há que considerar a integração de mercados com a melhoria de estradas, o que permite que cheguem à região produtos cultivados em outras áreas, a preços mais favoráveis e com melhor qualidade.

O trigo, a soja e o arroz são os produtos que passam a ser o sinônimo da chamada "modernização" da agricultura no sul do Brasil. São os produtos que ponteiavam, que viabilizam o processo de alterações profundas na estrutura agrária do Rio Grande do Sul, e no noroeste do Estado é papel básico do trigo e soja. O arroz é cultivado principalmente na Depressão Central e na Campanha. Estas alterações ocorrem em termos quantitativos de volume de produção e de área ocupada, mas especialmente por representarem a introdução e estruturação progressiva de uma nova forma de produção.

Associados, trigo e soja fazem com que passe a existir na região, toda uma nova situação de produção e uma abertura de parte do colono, para aqueles setores que vão lhe permitir e facilitar novas transformações.

Mas a história do trigo no RS tem seu início com os casais açorianos, em meados do século XVIII, que o introduziram no Rio Grande do Sul e o produziam para subsistência e comercialização. Schiling em seu estudo sobre o trigo diz que "... até 1820, todo viajante que percorre o Rio Grande faz menção ao trigo. As plantações do Porto dos Casais e do Rio Grande, em pouco tempo, bastavam não somente ao consumo local, mas passaram a pesar na balança econômica da pro-víncia". (Schiling, 1959: 16.)

Daí em diante, ainda no dizer de Schiling e de outros autores do assunto, o trigo teve oscilação na produção,

causada por doenças (entre as quais a ferrugem é muito acentuada), pelas dificuldades de comercialização, pelos entraves decorrentes das condições naturais. O clima desta região não é nada propício a produção de grãos durante o inverno.

Ressurge o trigo, em importância com a imigração italiana e alemã, havendo um plantio intenso no Estado entre as décadas de 1920 e 40. Ainda Schiling faz uma colocação interessante: " Homens de espírito pioneiro, mais capital e créditos, mais a ciência agrônômica, mais dezenas de milhares de máquinas agrícolas, mais a capacidade de nosso campesino - ontem peão de fazenda, hoje tratorista e mecânico - fizeram prodígio. Continuando a transformação iniciada pelo arroz, o trigo revolucionou hoje o campo gaúcho. A penetração capitalista no campo é uma realidade vitoriosa". (Schiling, 1959: 26.)

Os colonos italianos e alemães também continuaram enfrentando os mesmos problemas acima referidos, no plantio do trigo, com frequentes frustrações de safras. As safras frustradas representavam sérios prejuízos para a economia do Estado Sulino. Alia-se a isto o famoso " trigo-papel"*. Isto

*. Trigo-papel é o recurso que os moinhos utilizavam para receber maiores quantidades de trigo importado. Dependendo da quantidade de trigo comprado do produtor nacional, os moinhos tinham o direito de adquirir quotas proporcionais de trigo estrangeiro subsidiado. Os moinhos, muitas vezes com o consentimento dos produtores, alteravam no papel, a quantidade do trigo que havia sido entregue pelo produtor nacional, tendo assim direito a receber maior quantidade estrangeira.

tudo faz com que o Banco do Brasil passe a intervir na comercialização interna do trigo a partir da safra 1956/57. Esta intervenção era feita através da intermediação da compra do trigo do produtor nacional pelos moinhos.

A partir de 1969 o trigo ocupa o primeiro lugar na agricultura riograndense. E desde 1960 mantém uma certa interdependência com o avanço da soja.

O cultivo da soja tem início no Rio Grande do Sul por volta de 1914 em área do atual município de Santa Rosa. A partir de 1936, embora ainda em pequena escala, passa a ter certa importância econômica. Desde 1957 figura entre as principais culturas agrícolas do Estado.

É utilizada como alimento da produção animal, especialmente de suínos, e a sua produção é especialmente para exportação, seja in natura, seja como farelo e óleo.

Como exemplo pode-se verificar que na safra de 1982 a Cotrijuí recebeu para comercialização 232.197 toneladas, das quais 68,6 % consta como destinada à industrialização, tendo sido enviada à fábrica de Rio Grande; 18,4 % teve o seu destino no mercado interno para industrialização por outras empresas; 6,0% foi diretamente colocada no mercado externo, e 7% retida para sementes.

Segundo o I Simpósio Nacional da Soja (Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1975: 25.),

a produção no RS evolui entre 67 e 75, em 941 %.

Essa expansão da produção de soja no Rio Grande do Sul, segundo o I Simpósio Nacional da Soja, "Originalmente ... tem um caráter complementar relativamente à lavoura do trigo, ou seja, seu objetivo é dar maior rendimento e/ou maior estabilidade nos rendimentos do triticultor, que passa a semear a soja no sistema de rotação de cultura juntamente com o trigo ... a expansão verificada no trigo, responde em grande parte, pela expansão da soja". A rotatividade do cultivo de soja com outros produtos se deve especialmente ao fato de que, "sendo oleaginosa da família das leguminosas, ela (a soja) fixa nitrogênio em suas raízes - através de diversos nódulos, formados por colônias de bactérias - promovendo a nitrificação dos solos". (Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1975:30.)

O fato de que o cultivo é alternado, em forma de sucessão entre o trigo e soja faz com que haja certos benefícios. Mas não são tanto quanto o que é apregoado. A soja repõe ao solo, especificamente o nitrogênio. Além disso o fato de suas raízes serem diferentes das do trigo, elas favorecem o solo. Aliás, o trigo plantado muito sucessivamente causa problemas ao solo, que a continuidade do cultivo acentua.

Mas as vantagens dessa sucessão de cultivos é que existe a possibilidade de colheita de duas culturas anuais na mesma área. Isto foi um dos motivos para que se tornas

se constante esta prática no RS. A isto junte-se a fácil mecanização de sua lavoura (soja), na medida em que se aproveita o maquinário do trigo, o aumento da capacidade de industrialização de óleos e produtos derivados, e a comercialização favorável em termos de preço, decorrente da boa cotação no mercado internacional, pelo fato de que a colocação do produto brasileiro se dá na entressafra dos maiores produtores mundiais.

No período de 1970 a 1975 a área ocupada, em hectares, pela lavoura da soja no Rio Grande do Sul, teve uma ampliação de 95%. Nos dados a seguir observa-se a evolução 70-75 em quantidade (toneladas) e área (em hectares) de Soja para as Micro-Regiões de Santa Rosa, e de Ijuí, e da Antiga Colônia de Ijuí.

Tabela 3: Produção de Soja e Trigo, em toneladas e por área ocupada (em hectares) em 1970 e 1975.

	Produtos	Quantidade (em ton)		Área (em hectares)	
		1970	1975	1970	1975
Microrregião	Soja	274.097	601.855	325.325	418.720
SANTA ROSA	Trigo	74.610	101.904	76.992	150.647
Microrregião	Soja	103.438	327.537	133.555	212.807
IJUÍ	Trigo	132.306	87.446	127.809	143.627
Antiga Colô-	Soja	63.560	174.129	76.290	112.989
nia de IJUÍ	Trigo	66.398	48.623	65.925	75.354

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1970 e Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1975.

A quantidade de soja produzida aumenta sensivelmente em todas as áreas consideradas, de 70 para 75. Na Micro-Região de Ijuí o crescimento chega a 216 %. O crescimento do trigo não é tão acentuado. As suas safras são sempre mais difíceis que as de soja, pelos motivos já expostos anteriormente. A Micro-Região de Santa Rosa que apresenta um aumento na quantidade de trigo de 36 % de 70 a 75, tem também um aumento de 96 % neste mesmo período, de área cultivada. A Micro-Região de Ijuí e a Colônia de Ijuí aumentam em 59 % e 48% respectivamente, a área ocupada com soja.

Esta é em rápidas passagens, a situação do trigo e soja, que são a "expressão" da lavoura comercial na região em estudo, e os produtos que viabilizam as transformações técnicas na produção.

O CODESUL, e a Fundação de Economia e Estatística, analisando a Mecanização da Agricultura no Rio Grande do Sul de 1920-75*, assim se refere à importância da produção tritícola para a economia nacional e estadual " A partir de 1940, a intensificação da transformação da economia nacional passou a privilegiar a acumulação capitalista no setor urbano industrial, exigindo da agricultura um fluxo crescente de alimentos e matérias-primas a preços declinantes, ou pelo me

*. Análise feita pela FEE - Fundação de Economia e Estatística com apoio financeiro do CODESUL - Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul.

nos estáveis. No Rio Grande do Sul, a capacidade de produção da agricultura continuou a ampliar-se de forma extensiva, ocupando toda a fronteira agrícola de posse da terra no Estado. Com excessão da lavoura de arroz, a lavoura de trigo era, juntamente com as demais lavouras, cultivada em pequenas propriedades familiares de produção, cujo objetivo principal era a subsistência dos trabalhadores. Esses eram, predominantemente, produtor-proprietário e familiares. A continuidade desta forma de produção torna-se difícil à medida que o recurso terra, agora apropriado privativamente em todo Estado, exige um preço cada vez mais elevado para seu uso. As culturas de milho, feijão, mandioca, etc., bem como a produção animal vinculada a esses produtos vegetais, passam a ser reproduzidos nos Estados de Santa Catarina, Paraná e, mais tarde, Mato Grosso. Mas o trigo de difícil adaptação climática nestas novas frentes pioneiras de agricultura, tende a ser produzido em sua maior parte, no Rio Grande do Sul. Inicialmente, produzida na região colonial, a lavoura de trigo se caracteriza, predominantemente, pelo uso de instrumentos tradicionais de trabalho com tração animal. A partir do primeiro período transformador dessa base técnica, 1947-56, a tração mecânica passa a predominar, privilegiando o trator como instrumento mais utilizado". (FEE, 1979: 61.)

Conforme se pode observar já a partir de 1940, a atividade agrícola no Rio Grande do Sul começa a se diversificar. Observando-se os dados especificamente da antiga

colônia de Ijuí desde 1912, ela não recebia mais população, mas tinha início o processo de emigração, que se intensifica a partir de 1920. Com este avanço do excedente populacional para a fronteira agrícola, ocorre também, progressivamente a transferência daqueles produtos de menor valor comercial. A população que migra tem como vantagem a terra nova com sua fertilidade natural, a que permanece tem que dar início a "modernização" dos seus cultivos, sob o risco de não se manter. É a situação decorrente da Renda Diferencial I e II respectivamente. O colono que permanece em suas terras enfrenta sérios riscos de ter colheitas satisfatórias continuamente. Precisa, necessariamente, reformular suas técnicas de cultivo e adaptar-se às novas exigências da produção agrícola. Esta instabilidade, para o colono, é causada, de um lado pelo contexto nacional e internacional da produção e comercialização do trigo com suas constantes oscilações. De outro lado, o colono tem a enfrentar, especialmente na região de colônias a sua estrutura agrária, calcada na pequena propriedade e nas formas tradicionais de cultivo do solo.

O Banco do Brasil intermediando a produção do trigo assegura o desenvolvimento do capitalismo, mesmo na região de colônias onde a produção é feita basicamente às custas do sobretrabalho do colono e de sua família, ou seja apropriando a renda da terra.

Ainda conforme a FEE assim é caracterizada a a

tuação do B.B. " Além de ser o único comprador de trigo, o Banco do Brasil tem sido a principal fonte de crédito para a agricultura. Pelas informações de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em 1959, esse estabelecimento foi responsável por 55 % do valor do crédito concedido ao setor agrícola..." (FEE, 1979:71-2) Mas o crédito não vem sozinho, acompanha-o a orientação e assistência técnica à lavoura, especialmente da antiga ASCAR, no Rio Grande do Sul, atual EMATER. Em Ijuí, havia sido fundada em 1965 a Associação Conservacionista de Ijuí, congregando agricultores, as suas entidades associativas e instituições públicas e privadas, para desenvolver programas de conservação do solo. Eram desenvolvidos trabalhos de terraceamento, canais escoadouros, estradas no meio das lavouras, etc. Eram todos trabalhos que visavam a melhoria das condições do solo para aumentar a produtividade. Assim ampliava-se a renda diferencial II, que se realizava em benefício dos bancos.

" A partir de 1964 substanciais quantidades de crédito passam a ser fornecidas à triticultura nacional. O Banco do Brasil, que fornece a quase totalidade do crédito agrícola, triplicou o número de empréstimos para custeio, no período 1964-70... no período de 1966-1970 o número de contratos de crédito para investimentos aumentou mais de cinco vezes... A compra de tratores, que constitui um dos principais itens da categoria de investimentos foi financiada em número sempre crescente". (FEE, 1979: 72)

Na tabela abaixo, observa-se como se dá o cres-
cimento do número de tratores no Rio Grande do Sul e parti-
cularmente nas Micro-Regiões de Ijuí e de Santa Rosa.

Tabela 4: Número de tratores em 1970-1975-1980, na Microrregião de Ijuí,
de Santa Rosa e no RS.

Anos	1970	1975	1980
Microrregião de Ijuí	2.300	4.312	5.866
Microrregião de Santa Rosa	2.081	6.162	9.158
Rio Grande do Sul	39.993	77.254	118.716

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1970. Censo Agrope-
cuário do Rio Grande do Sul, 1975. Sinopse Preliminar do Censo A-
gropecuário do Rio Grande do Sul - 1980.

Como se vê, o crescimento de 70-75 foi bastan-
te acentuado. No conjunto do Estado foi de 93 %, na Micro-Re-
gião de Ijuí, de 87 % e na de Santa Rosa de 196 %. De 75 a 80
embora com menos velocidade continua ainda o crescimento, pa-
ra o Estado em 53 %, para a Micro-Região de Santa Rosa em 48%
e para a de Ijuí em 36 %.

Pela tabela a seguir pode-se observar a relação
entre número de tratores, área cultivada e mão de obra fami-
liar para a colônia de Ijuí (Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pes-
tana).

Tabela 5: Mão-de-obra familiar, número de tratores e áreas cultivadas em 1960-1970-1975 em Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana.

Anos	1960	1970	1975	% de crescimento 1960 - 1975
Mão-de-obra familiar (nº)	15.216	18.110	21.411	40
Tratores (nº)	225	1.380	2.753	1.123
Área cultivada (ha.)	170.183	182.730	181.622	6

FONTE: IBGE: Censo Agrícola do Rio Grande do Sul, 1960. Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1970. Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1975.

Enquanto o percentual de aumento da mão de obra familiar, de 60 para 75 é de 40 % e o da área cultivada é de 6 %, o percentual do número de tratores é de 1.123 %. Es-
tabelece-se a partir destes dados uma relação de 756 ha. por
trator em 1960, 132 ha. por trator em 1970 e 65 ha. por tra-
tor em 1975.

É inegável o aumento constante e acentuado do
número de tratores na agricultura. Entre 60 e 70 o aumento
foi de 513 %, e entre 70 e 75 de 99 %.

Mas no geral tem que se considerar que a introdução do trator na lavoura vem aumentar a produtividade do trabalho familiar. O acesso ao trator lhe permite trabalhar uma área maior, ou seja, passou a existir uma racionalização do trabalho.

Porém, é interessante fazer uma ressalva quanto ao uso destes dados, pois o importante é a potência do trator, a sua capacidade (HP/ha.). Por outro lado é sempre abordado pelos técnicos agrícolas o fato de que a substituição da mecanização de tração animal pelo trator foi muito rápida, não permitindo que o agricultor conseguisse entender o que se passava e fizesse uso correto do maquinário. Em geral, o pequeno produtor tem a tendência de adquirir trator com capacidade maior do que a que precisa. E mais, na " cabeça do colono", o trator não é apenas para "mecanizar a lavoura", para uso na lavoura, ele substitui o cavalo e a carroça, para os passeios.

Mas talvez por isto mesmo, os dados mostram a evolução acentuada do número de tratores ao longo do período referido.

É necessário ainda observar que estes dados servem para indicar a globalidade do fenômeno, visto que são médias. No conjunto verifica-se, que de fato aumenta acentuadamente o número de tratores em termos absolutos e em relação a área cultivada. Mas, mascara a realidade, pois muitos proprietários possuem mais do que um trator enquanto outros

não adquirem nenhum, não se percebendo assim que a concentração de tratores é muito acentuada em determinadas áreas e in-existent em outras. Aliás, ocorre que muitos pequenos proprietários se associam ou usam emprestado serviços de outros proprietários maiores que possuem tratores. Este acaba sendo um dos mecanismos de eliminação dos pequenos produtores do processo produtivo, pois na medida em que não conseguem pagar o trabalho da máquina entregam a terra ao " sócio" ou à-queles a quem alugaram os trabalhos.

Esses investimentos se referem em especial a lavoura do trigo, que se deve particularmente aos incentivos go-vernamentais através da acessibilidade ao crédito, dos subsí-dios, da garantia do preço mínimo, das melhorias tecnológi-cas, da assistência técnica, da criação da infra-estrutura para comercialização. " Como o preço pago pelo trigo enfren-ta um mercado monopsônico, com preços fixados previamente, o produtor é induzido a melhorar as suas condições de rentabi-lidade econômica pela diminuição dos custos médios de produ-ção. Como se vê, a intensificação da mecanização é favoreci-da pelos subsídios creditícios e fiscais por ocasião de sua aquisição, representando uma importante opção para a redução de custos ". (FEE, 1979: 73.)

Mas, não é apenas a lavoura do trigo a respon-sável pela intensificação do consumo de maquinário na ativi-dade agrícola na região de Colonias Novas. A partir da segunda

da metade da década de 60 é o binômio trigo x soja, a monocultura como é denominado que avança no sentido de aumentar o uso do maquinário agrícola, que é enfim responsável pela mudança nas bases técnicas da agricultura.

Com estas características se intensifica o processo de subordinação desta região ao capital geral. Incorpora-se a produção que era base da subsistência familiar a uma nova perspectiva de produzir para comercialização, o trigo, para substituir as importações e a soja, para exportar.

O capitalismo se expressa, através da lavoura não-capitalista - pequena propriedade familiar - fazendo com que esta produção seja produto do próprio movimento de expansão do capital, gerando assim uma maior acumulação que provoca a produção e reprodução do capital.

Segundo Vergopoulos "... É preciso para tanto, que a agricultura seja organizada sobre a base do modelo familiar... É no regime de cultura familiar generalizado que o sistema capitalista chega a extorquir - graças a cortes dos preços industriais e agrícolas o máximo de sobre-trabalho. A agricultura é, assim, portadora de uma racionalidade de conjunto do sistema. O investimento camponês - progredindo em ritmo desenfreado no último período - não visa o sobrelucro, nem mesmo o lucro: visa simplesmente, a sobrevivência e re-produção da família camponesa e de seus instrumentos de tra-balho.

A agricultura atual faz fluir um sobretrabalho crescente, sem que haja um padrão de tamanho apropriado para a sua apropriação. É o sistema de conjunto, notadamente urbano, que capta este sobre-trabalho e dele apropria-se em bloco". (Vergopoulos, 1977: 132.)

A tabela a seguir permite que se examine a importância da mão de obra familiar no conjunto dos trabalhadores rurais. No caso, o exemplo é da antiga colônia de Ijuí.

Tabela 6: Mão-de-obra ocupada em Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana.
1960-1970-1975.

Anos		1960	1970	1975
Total		17.366	19.384	25.858
Mão-de-Obra Familiar		15.216	18.110	21.411
Empregados	- nº estab.	634	515	549
	total	1.874	818	1.252
Parceiros	- nº estab.	82	238	119
	total	157	339	247
Outras Condições	- nº estab.	67	79	37
	total	129	234	88
Estabelec. sem pessoal contratado		-	7.075	5.372

FONTE: IBGE: Censo Agrícola do Rio Grande do Sul, 1960. Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1970. Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1975.

Conforme se observa na tabela, o aumento da mão de obra não remunerada de 60-70-75 aumenta paralelamente ao aumento da mão de obra total para a antiga colônia de Ijuí, fato que evidencia o que já foi referido, de que a agricultura é basicamente de trabalho familiar. De 60 a 70 diminui o número de estabelecimentos com empregados tendo um leve aumento de 70 a 75. O mesmo ocorre com o número total de empregados. Com relação aos parceiros também diminui de 70 para 75 tanto o número de estabelecimentos, quanto o total de pessoas.*

É, portanto, através da utilização intensa de mão de obra familiar, e da produção basicamente familiar, que se apóia o processo de transformações na agricultura regional.

O trigo e a soja são os produtos responsáveis, num primeiro momento, pela nova configuração da região, visto que representam um processo de profundas transformações na

* - É necessário que se tenha claro a distinção entre os dados apresentados pelos Censos (IBGE) e pelos Cadastramentos (INCRA). O censo considera o estabelecimento enquanto que o cadastro considera o imóvel rural. O estabelecimento é " todo terreno, de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processa uma exploração agropecuária." O imóvel rural é a propriedade rural que está ou não sendo explorada.

forma de produção. E, se considerando que ao produzir a sociedade está produzindo o espaço, tem início também profundas transformações a nível de território, de vinculação em termos de região ao conjunto do país, de organização interna, de acesso à terra como um meio de produção, da necessidade de enfrentar a falta de alternativas de emprego na cidade ou mesmo no campo, do avanço e esgotamento da fronteira agrícola, e de uma nova forma de pressão sobre a terra, mantendo-se muitas vezes propriedades pequenas, que se situam abaixo do mínimo necessário a esta nova forma de produção.

Enfim, a reprodução das condições de produção acentuatadamente capitalistas que ocorrem na região, guardadas as características de semelhança com o restante do Rio Grande do Sul, se expressam através da capacidade da lavoura de trigo em revigorar a economia agrícola e fazer a necessária recuperação do solo. A crise porque passava a agricultura regional, precisava de uma saída. O esgotamento do solo e o cultivo de produtos que estava assentado na produção de milho e mandioca e na criação de suínos precisava ser superado para revigorar a economia regional. Aliás, havia-se chegado a esta situação pela própria estrutura agrária da formação das colônias. As propriedades pequenas, com a fertilidade natural do solo extremamente desgastada, com a redivisão constante da propriedade através de heranças e com a impossibilidade de viabilizar uma saída, estavam de fato, a comprometer a economia regional. Na verdade, o cultivo do trigo, permite

que ocorra a recuperação do solo, não por seu próprio cultivo, pois que ele é um produto que não se adapta, que " não dá bem " na região. O fato é que aliado ao cultivo da soja, substitui os que eram realizados até então, e especialmente porque trazem consigo toda a carga de alternativas próprias aos produtos comerciais, que se desenvolvem em um contexto nacional de expansão acentuada do capitalismo através das mudanças na base técnica da produção.

O processo que vários autores chamam de modernização nada mais é que a expressão da intensificação do uso do capital na atividade agrícola. A produção do colono passa a ser subordinada à hegemonia do capital industrial. A partir do processo de industrialização a agricultura passa a ser um setor cada dia mais subordinado a este desenvolvimento.

Conforme situação já referida o colono se encontra diante de duas alternativas propostas. Ou se dirige para a fronteira agrícola trocando suas terras por outras em Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, aproveitando assim das condições diferenciadas de preço da terra, podendo adquirir na " frente " uma propriedade maior do que a que possuía na área de origem. Aproveita, portanto, as condições naturais de fertilidade derrubando a mata e reproduzindo os cultivos que antes desenvolvia, e produzindo aqueles mesmos produtos diversificados para consumo e comercialização. A outra alternativa que se lhe é apresentada é a alteração das bases técnicas

de sua produção. Ficando na área de origem, deve, investir na melhoria técnica, para plantar trigo.

Tomando como exemplo a realidade da área da antiga colônia de Ijuí, observa-se que a área de trigo que em 1945 é de 2.144 ha., em 1950 de 3.500 ha., em 1955 é de 16.500 ha. A soja que em 1945 possui uma área plantada de 310 ha., em 1950 passa para 750 ha. e em 1955 para 7.000 ha. É neste período que tem início e se desenvolve a substituição do milho-mandioca e a criação de suínos, associada, pelo trigo x soja. A partir daqui considerando uma visão geral, sem entrar em detalhes de alta e queda da produção destes dois cultivos, tem-se a mudança da paisagem. Mudança que é calcada, não apenas na aparência dos campos no inverno e no verão, mas na sua essência também e especialmente. O motivo e os mecanismos destas transformações são o que há de mais importante no fenômeno.

O motivo é a expansão do movimento do capital, subordinando a agricultura da antiga colônia, como de resto de toda a região e RS ao capital industrial e urbano. Os mecanismos são aquilo que nas análises mais parceladas estão colocados como " indicadores de modernização". A assistência técnica torna-se presença constante através de técnicos agricolas ministrando ensinamentos necessários à melhoria da productividade e/ou fazendo a apologia através dos ensinamentos a respeito do valor dos inseticidas, adubos, fertilizantes, sobre as máquinas, etc.

A assistência técnica para conservação do solo é a isto referenciada, pois perdida a fertilidade natural pelo uso intensivo da terra, acrescida de erosão causada pela água das chuvas, é este talvez o dado fundamental de tão acentuado decréscimo do rendimento das culturas.

A mecanização se desenvolve rápida e intensamente. Conforme dados dos Anuários do Trigo pode-se observar o crescimento da lavoura mecanizada, de área financiada e adubada para a antiga colônia de Ijuí. Enquanto o crescimento da área cultivada, tendo como base 100 para o ano de 1962, foi de 1.192 % até 1970, o crescimento da lavoura mecanizada foi de 1.483 %. De uma área mecanizada de 4.169,25 ha. em 1962 passou-se para 68.545,38 ha. em 1970.

A nível de fertilização e adubação do solo, após um desgaste tão acentuado introduz-se a necessidade de corrigi-lo para fazer a elevação do PH, neutralizar a acidez e adicionar-lhe potássio e fósforo. A área adubada em 1962 é de 4.902 ha. e cresce em 1970 para 71.160,66 ha., sendo que representa em 1962 o percentual de 81,28 % sobre a área cultivada e em 1970 representa 98,96 % sobre a área total cultivada.

A seleção de sementes é outro dado de grande importância no trato e cuidados com o aumento necessário da produtividade. A partir de 1965 ocorre um acentuado aumento no uso da semente Certificada. É criada a Comissão Estadual de

Semente de Trigo, congregando todas as entidades que atuavam no ramo. A partir daí a concessão de financiamento pelo Banco do Brasil é condicionada ao uso da Semente Certificada.

Como se pode notar são todos mecanismos eficientes que vão permitir ao colono que se " recupere" que encontre a saída para a sua produção, com o aumento da produtividade, através especialmente do crédito fácil e abundante para certos produtos. Não é uma saída encontrada pelos colonos, pelos produtores, mas é a saída que lhes é oferecida pelo empreendimento urbano-industrial, para que se intensifique a reprodução ampliada do capital no interior do próprio centro do capitalismo nacional. A área financiada em ha. cresce de 3.662,00 ha. em 1962 para 57.587,43 ha. em 1970. Isto representa um percentual de 60,74% sobre a área total em 1962, 80,40 % sobre a área total em 1970.

O volume do financiamento, se considerando 70-75 aumenta assombrosamente; na Micro-Região Colonial de Ijuí o aumento foi de 713 % e dos municípios desta Micro-Região os que tiveram maior percentual de crescimento do volume de financiamento foram Panambi com 829,3 % e Ijuí com 802 %. A Micro-Região Colonial de Santa Rosa apresenta um percentual de crescimento de 812,3% com alguns de seus municípios apresentando um percentual de aumento de mais de 1.000 % como é o caso de Cerro Largo com 1.748 % a mais do que em 1970 e, Campinas das Missões com 1.538 % a mais em 1975 do que em 1970.

Deste financiamento total (em 1975), ao redor de 50% é empregado no custeio da produção, apresentando a Micro-Região de Ijuí um total de 49,2 % para este fim, e dentro dela o município de Pejuçara com 63,95 %. A Micro-Região de Santa Rosa apresenta em 1975, 33,8 % do financiamento empregado para o custeio da produção.

Estes fatores demonstram uma mudança qualitativa na base técnica da produção agrícola. Passa-se a criar a natureza que é necessária à produção do trigo, já que as condições naturais não vão por si só permitir que ele produza a contento. Além do trigo não ser cultivo que se adapte "naturalmente" às condições naturais do RS, há o problema do desgaste do solo. É necessário então criar as novas condições para que se desenvolva com rendimento apreciáveis.

Essas novas condições são a própria viabilização do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que no caso se intensifica com a lavoura do trigo que traz consigo a "modernização " da produção e dos produtos. Na realidade todos os insumos modernos são introduzidos, não para facilitar o cultivo do trigo apenas, mas especialmente para ampliar o desenvolvimento do capital na agricultura. Com isto, melhoram do ponto de vista capitalista as bases para o desenvolvimento da agricultura empresarial, ou melhor dito se adequam para a expansão do capital, na nova fase que este assume na região.

Mas e o pequeno produtor o que pensa disto ? Qual a sua atitude frente a esta nova situação em que se vê às voltas com dinheiro acessível para intensificar a sua produção agrícola ? O professor Adelino Mazarollo realizou no ano de 1973 uma extensa pesquisa num núcleo no interior de Ijuí onde entre muitas outras coisas, expressa como o colono enfrenta a sua nova realidade. Diz ele " Também a população rural do Barreiro, de 1964 a 1968, de certo modo foi sendo surpreendida pelo novo fenômeno sócio-econômico das lavouras de trigo e soja tomando conta da região. O trabalhador do Barreiro foi forçado a abandonar rapidamente a policultura, apagar o fogo dos alambiques, paralisar os soques de erva, arrancar os últimos pés de erva-mate, destruir os canaviais e no seu lugar largar as sementes de trigo e soja. O processo de produção por arado de tração animal tornou-se inadequado e totalmente insuficiente para fazer frente às novas exigências sócio-econômicas e de mercado". (Mazarollo, 1973:82.) É profunda a modificação da paisagem, com as novas plantações, são extensões enormes com o mesmo cultivo, é o mesmo colorido por todo o lado, e com a ocupação contínua e ininterrupta do solo. O limite da propriedade não é perceptível, pois o vizinho planta a mesma coisa no mesmo período. Não se respeitam mais barrancos de estradas, nem de margens de rio, tudo é arado, todos os matos somem para dar lugar ao trigo e a soja. Não existem mais os homens, mulheres e crianças no meio da plantação, em grande quantidade, agora é o trator a-

rando a terra, e é a colheitadeira recolhendo a produção. Não se respeita mais a noite. Se antes a duração do trabalho ia de sol a sol, agora não é raro se observar durante a noite a luz das máquinas na lavoura e o seu barulho constante. Mas para que isto aconteça a presença do Banco do Brasil também passa a ser presença constante na vida e na cabeça dos colonos. " Segundo a percepção e a experiência dos agricultores, depois que alguém entrou no Banco do Brasil e consegue financiamento, dele não sai mais. Se consegue empréstimo para a compra de trator, em seguida vai precisar para adquirir grades e outros implementos. Depois é a vez da ceifadeira. Em decorrência da presença da máquina no campo, vem a exigência de corretivos e fertilizantes, e isto todos os anos". (Mazzarollo, 1973:84.) Muitos agricultores se referem à uma nova escravidão " agora somos escravos do Banco do Brasil" . " O Banco não empresta, negocia". "O agricultor foi adquirindo todo tipo de maquinária necessária e implementos exigidos pela nova economia de produção. Foi ao mesmo tempo se enterrando nos Bancos, comprometendo-se e hipotecando tudo o que tem. E a evolução fez-se em torno de trigo e soja, bem como a obcessão pelo trigo e soja.

O agricultor depois que começou viver com maquinária e dentro dos bancos, permitiu que uma nova engrenagem incidisse na outra, ficando amarrado nessa dupla polarização sem condições de sair dela". (Mazzarollo, 1973:85.)

Para o colono que se supunha livre, e que percebia a nova situação como um avanço econômico para si e sua família esta dependência econômica na realidade o perturba, o deprime. A observação a seguir, de um colono, bem demonstra como eles se sentem " O agricultor foi vítima de uma febre de trigo e soja. Foi iludido. Imaginando enriquecer, abandonou a policultura que lhe dava certa tranquilidade e equilíbrio na balança familiar e entregou-se por inteiro ao binômio trigo-soja. Muitos camponeses da região, depois de uns anos de trabalho dentro do novo sistema de produção agrária, terminaram suas máquinas e ficaram com a vida empenhada nos bancos. Mesmo os que progrediram, nas condições dessa evolução estão permanentemente envolvidos com o banco, porque cada ano precisam de mais um trator, mais uma semeadeira, mais uma ceifa e assim por diante, de tal modo que se cria um círculo vicioso sem saída ". (Mazzarollo, 1973:87.)

Outro dado interessante que nos traz este trabalho é com relação à estrutura fundiária. Como 90 % das propriedades rurais do núcleo de Barreiro são consideradas Minifúndios pelo INCRA, " o esquema de defesa adotado, expontaneamente, pelos minifundiários foi a formação de pequenas empresas familiares, uma vez que reúne a parentela mais próxima e a partir disso adquirem os instrumentos necessários à modernização da agricultura". (Mazzarollo, 1973: 217.) Ainda segundo o mesmo autor os proprietários que possuem áreas entre 1 a 10 ha. possuem uma taxa de 15,38 % de tratores, e os

que possuem entre 11 e 50 ha. a taxa eleva-se para 62,12 % . Isto demonstra o que foi afirmado acima, da sociedade entre os agricultores para a compra do maquinário.

Outro dado interessante é o individualismo que passa a existir com a nova estrutura econômica. "Antes ninguém se importava para perder dias inteiros para trabalhar para os outros. Agora, para fazer meio dia para um caso urgente em favor do vizinho, se faz com muito custo," declara um colono . (Mazzarollo, 1973:251.) Não é por acaso que se cria, inclusive, um " modo de pensar" capitalista.

Esses mecanismos todos que interferem ou movem a nova estrutura produtiva não atuam independentes da estrutura fundiária. O capital cria a natureza que necessita, sob to - dos os níveis em que lhe é indispensável. A base territorial não pode permanecer muito pequena. Se inicialmente ela era de 25 ha. como lote colonial, ela já está muito subdividida, especialmente por herança.

A tabela a seguir mostra o número de Imóveis Ru - rais cadastrados pelo INCRA, em 67 e 72, conforme sua categoria.*

* De acordo com a classificação do INCRA, os imóveis rurais são caracterizados a partir do módulo rural - que é a propriedade de tamanho ideal para o cultivo que ali se desenvolve, considerando-se as características naturais, e a tecnologia existente. A partir daí os imóveis são distribuídos nas categorias de : minifúndio - área agricultável inferior ao módulo; empresa rural - a propriedade explorada de forma econômica e racional, situada em área, entre o valor do módulo até 600 vezes; latifúndio - até 600 vezes o módulo e não sendo racionalmente utilizado.

Tabela 7: Imóveis Rurais, segundo a categoria, em 1967 e 1972, quanto ao número de imóveis e área total.

		Colônia de Ijuí	Microrre- gião de Ijuí	Microrre- gião de Sta Rosa	Estado do Rio Grande do Sul
TOTAL					
Nº de Imóveis -	1967	7.143	10.182	47.854	520.936
	1972	8.092	12.192	49.598	523.424
Área Total -	1967	181.670	297.586	724.329	24.375.278
	1972	190.325	357.463	745.772	23.411.092
MINIFÚNDIO					
Nº Imóveis -	1967	6.065	9.257	46.899	434.956
	1972	6.898	10.253	47.966	416.054
Área Total -	1967	101.982	153.120	647.074	6.179.900
	1972	104.361	153.594	654.264	5.765.951
EMPRESA RURAL					
Nº Imóveis -	1967	176	290	208	12.025
	1972	681	1.036	961	28.025
Área Total -	1967	12.078	20.660	14.840	3.130.736
	1972	45.287	105.395	56.937	5.139.361
LATIFÚNDIO POR EXPLORAÇÃO					
Nº Imóveis -	1967	902	1.265	747	81.091
	1972	563	903	671	79.343
Área Total -	1967	67.610	123.086	62.415	15.367.760
	1972	39.673	98.473	43.570	12.440.175

FONTE: Estatísticas Cadastrais - INCRA.

No conjunto observa-se que na categoria de Latifúndio por Exploração a diminuição do número de imóveis e da área total foi constante. Isto decorre do fato daqueles imóveis de tamanho acima do Módulo Rural que não eram inteiramente cultivados, passaram a ser incorporados, aumentando o número de Empresas Rurais. Estas cresceram, tanto em número quanto em área total. Deve-se ressaltar aqui que esta não é a empresa rural típica, com suas características específicas, que emprega predominantemente trabalho assalariado, em grandes extensões de área, e grande remuneração do capital empregado, no seu conjunto. Algumas delas podem se enquadrar nesta faixa, mas a sua maioria não. No caso, a maioria delas trata-se da unidade familiar altamente mecanizada, com produção de cultivos comerciais, e que satisfazem o mínimo necessário de remuneração do capital empregado. Lembre-se aqui que Empresa Rural na caracterização realizada pelo INCRA é aquela empresa maior que o módulo rural de 1 a 600 vezes.

O grupo de minifúndios cresce também, mas em percentual sensivelmente abaixo das Empresas Rurais, aumentando percentualmente mais o número, e em velocidade menor, a área total. A área cresce muito pouco como no caso da Micro-Região de Ijuí em que o crescimento é apenas 0,3 %, ou diminui como é o caso da Micro-Região de Santa Rosa, onde a diminuição é de - 0,3%, e no conjunto do Estado com -6,7%. No caso dos dados analisados aumenta em área, num percentual maior

or na Colônia de Ijuí apenas com 2,3 %. Quanto ao número de imóveis na Micro-Região de Ijuí cresce em 10,7 %, com o crescimento maior no interior da Micro-Região, nos municípios formados pela antiga colônia de Ijuí, com 13,7 % do nº de minifúndios.

Tabela 8: Percentual de Minifúndio, de Empresa Rural, de Latifúndio por Exploração, sobre total do número de imóveis e da área total.

REGIÃO	% de minifúndio s/ total				% empresas rurais s/ total				% latifúndios p/expl. s/total			
	Nº Imóveis		Área Total		Nº Imóveis		Área Total		Nº Imóveis		Área Total	
	67	72	67	72	67	72	67	72	67	72	67	72
Antiga Colônia de IJUÍ	84,9	85,2	56,2	54,8	2,5	8,4	6,6	24,3	12,6	7,0	37,2	20,8
Microregião de IJUÍ	85,6	84,1	51,5	43,0	2,7	8,5	6,9	29,5	11,7	7,4	41,6	27,5
Microregião de SANTA ROSA	98,0	96,7	89,3	86,5	0,4	1,9	2,0	7,6	1,5	1,3	8,6	5,8
Rio Grande do Sul	83,5	79,4	25,3	24,6	2,3	5,3	12,8	21,9	15,5	15,1	63,0	53,1

FONTE: Estatísticas Cadastrais. - INCRA.

Como se observa o maior percentual do número de imóveis sobre o total para a antiga colônia de Ijuí é de Minifúndios tendo crescido inclusive um pouco de 67 para 72, o mesmo acontecendo com a área total. O mesmo fenômeno ocorre para a Micro-Região Colonial de Ijuí, porém com leve decréscimo

mo para 72, inclusive na área total. Na Micro-Região de Santa Rosa, o percentual de minifúndios sobre o total, tanto em número de imóveis como em área total era elevadíssimo, apresentando um decréscimo para 1972.

As empresas rurais têm um aumento percentual em todas as áreas acima apresentadas tanto no número de imóveis, como na área total.

Por outro lado tomando-se os dados dos Censos do IBGE de 1920 a 1970 para Ijuí, pode-se observar a evolução do número de propriedades rurais e a evolução da sua área média em hectares.

Tabela 9: Número de estabelecimentos rurais e área média em hectares para Ijuí (antiga colonia) 1920 a 1975.

Anos	1920	1940	1950	1960	1970	1975	% de cres. 1920 - 1975
Nº de estabelecimentos	3.082	4.420	4.533	6.099	7.804	6.007	94,90
Área média (ha.)	41,5	37,5	41,0	27,9	23,5	30,23	

FONTE: IBGE. Censos Econômicos, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975.

Enquanto o número de estabelecimentos rurais aumenta de 1920 a 1975 de 94,90 % a área média diminui de 11,27 hectares, o que atesta a acentuada divisão das propriedades rurais especialmente por herança. Observando-se, no entanto o aumento do número de estabelecimentos de 1920 a 1970 é maior ainda, com 153 % . E a área média das propriedades que em 1920 era de 41,5 ha. em 1970 é de apenas 23,5 ha., a menor do período, e em 1975 é de 30,23. Evidencia-se, portanto a partir de 1970 o fenômeno do reagrupamento da propriedade.

Até 1950 incorporavam-se novas áreas aos estabelecimentos rurais o que fazia aumentar tanto o número de estabelecimentos, como a área média. Mas de 1960 a 70 o número de estabelecimentos cresce em 34,0 % e a área média diminui em 13,1 ha. É até 70 a constante partilha por herança e a partir daí a reaglutinação. O capital passa a expulsar do campo agora o pequeno proprietário, através da seleção a partir das alterações técnicas da produção (aquilo que se denominou na região de modernização da agricultura).

Nas tabelas seguintes observa-se o número de estabelecimentos e a área ocupada por grupos de áreas nos municípios de Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana (antiga colônia de Ijuí) de 1950 a 1975, e para a Micro-Região colonial de Ijuí em 1970 e 1975.

Tabela 10: Número de Estabelecimentos e Área Ocupada, por grupos de área na antiga Colônia de Ijuí em 1950 - 1960 - 1970 - 1975.

Grupo de área (ha)	Nº de Estabelecimentos				Área Total			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
menos de 1	30	2	47	21	5	2	23	10
1 a - 2	208	17	144	56	263	22	177	77
2 a - 5	37	164	764	343	121	534	2.382	1.125
5 a - 10	219	574	1.197	817	1.504	410	8.185	5.616
10 a - 20	1.142	2.271	2.541	1.800	16.054	31.046	34.490	24.897
20 a - 50	2.274	2.415	2.465	2.211	67.579	70.682	70.852	66.632
50 a - 100	652	516	447	556	41.543	32.360	31.083	36.679
100 a - 200	197	96	107	148	59.179	12.098	13.893	19.238
200 a - 500	130	31	45	38	17.107	8.364	12.421	10.941
500 a - 1.000	46	11	6	14	13.686	6.311	4.104	10.766
1.000 a - 2.000	14	1	4	3	9.581	1.954	5.120	5.561
2.000 a - 5.000	5	1	-	-	6.640	2.800	-	-
5.000 a - 10.000	1	-	-	-	2.610	-	-	-
10.000 a - 100.000	1	-	-	-	9.555	-	-	-
TOTAL	4.956	6.099	7.804	6.007	245.427	170.183	182.730	181.622

FONTE: IBGE. Censo Econômico do Rio Grande do Sul, 1950. Censo Agrícola do Rio Grande do Sul, 1960. Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1970 e Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1975.

Como se observa até o grupo de área de 20 a 50 ha. aumenta o número de estabelecimentos no período de 1950 a 1970, aumentando a área total também. Isto resulta na redivisão da propriedade familiar do colono pela partilha por herança especialmente. De 1970 a 1975 todos estes grupos têm diminuído o número de estabelecimentos e inclusive a área total. Outro dado que demonstra a predominância da pequena propriedade é que os grupos que têm maior número de estabelecimentos nos anos considerados são os grupos de 10 a 20 ha e de 20 a 50 ha, estando a maior área total nos quatro censos no grupo de 20 a 50 ha.

Mas o dado mais interessante talvez seja exatamente o do número total de estabelecimentos que de 1950 a 1960 aumenta em 23 % , de 1960 a 1970 em 27 % e de 1970 a 1975 decresce em 33 %.

Tabela 11: Número de Estabelecimentos e Área Total, por grupos de área, na Microrregião Colonial de Ijuí em 1970-1975.

Grupos de Área (ha)	Nº Estabelecimentos		Área Total	
	1970	1975	1970	1975
Menos de 1	72	56	35	21
1 a - 2	235	117	288	154
2 a - 5	1.164	629	3.657	2.053
5 a - 10	1.806	1.270	12.264	8.805
10 a - 20	3.703	2.717	50.425	37.600
20 a - 50	3.689	3.298	106.033	98.830
50 a - 100	715	807	46.122	53.368
100 a - 200	202	266	26.621	35.310
200 a - 500	117	110	34.471	34.001
500 a - 1.000	30	59	21.280	40.882
1.000 a - 2.000	22	16	28.877	22.840
2.000 a - 5.000	3	5	9.239	15.081
Total	11.758	9.350	339.313	348.944

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1970 e Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1975.

Tomando-se os dados de 1970 e 1975 para a Micro-Região Colonial de Ijuí, evidencia-se o fenômeno de decréscimo do número de estabelecimentos, em 20 %, enquanto a área total aumenta em 3 %. O aumento da área total não é muito expressivo, mas o interessante é observar que mesmo com o aumento da área total ocorre uma diminuição do número de estabelecimentos. É o fenômeno de reagrupamento das propriedades rurais para alcançar pelo menos o patamar mínimo necessário para enfrentar as exigências dos novos produtos comerciais.

No conjunto destes dados deve-se considerar ainda o fato de que muitos dos pequenos estabelecimentos são parte do total da área explorada por um proprietário, no sentido de que na realidade está ocorrendo o reagrupamento das propriedades em intensidade maior do que os dados evidenciam. Até 70 retalham-se os estabelecimentos, de 1970 a 75 passa a ocorrer o reagrupamento.

Acontece ainda que existe como prática comum o arrendamento para o cultivo das lavouras comerciais. São arrendados diversos estabelecimentos, de áreas pequenas, perfazendo no seu conjunto o tamanho necessário para realizar estes tipos de cultivos.

Enfim, o que os dados mostram é que pequenos estabelecimentos individualizados na realidade atuam como um estabelecimento maior, ou melhor dito, de um mesmo proprietário.

Em 1972 as Estatísticas Cadastrais do INCRA

registram para o Rio Grande do Sul um total de 38.777 contratos de parceria e um total de 22.625 contratos de arrendamento. Destes aparecem na Micro-Região Colonial de Santa Rosa 3.077 contratos de parceria e 627 de arrendamento representando os contratos de parceria 6,2 % do total dos Imóveis e os contratos de arrendamento 1,2 %.

Na Micro-Região de Ijuí 17 % dos Imóveis Rurais são explorados via contratos de parceria e 7,2 %, contratos de arrendamento.

Este fenômeno de arrendamento e parceria ocorre especialmente em função da exigência de um tamanho mínimo da propriedade para que se pague o uso do maquinário. É o que refere Mazzarollo em seu estudo sobre o Barreiro, de que se fazem associações, na maioria das vezes familiares, para o uso das máquinas. O fenômeno seguinte a este é o da reaglutinação de propriedades, pois quando um pequeno proprietário em dívida constante com o outro, precisa acabar entregando a sua terra para saldar a dívida. Este é um processo muito comum na reaglutinação de propriedades nesta região de colônias, que define o processo de expropriação do pequeno produtor.

Estas situações estão inteiramente inseridas no processo de sujeição de renda da terra pelo capital. Na medida em que para continuar produzindo é necessário investir no uso de maquinário, o produtor se torna dependente dos bancos, dos comerciantes, ou do seu parente ou vizinho que " tem

mais terras". Martins coloca que o capital "... começa estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário, em relação aos intermediários, etc. É um fato claro que toda a renda diferencial tem sido sistematicamente apropriada pelo capital no momento da circulação da mercadoria de origem agrícola". E acrescenta mais adiante, " Por isso, a concentração ou a divisão da propriedade está fundamentalmente determinada pela renda e renda subjugada pelo capital ". (Martins, 1983 :176-7.)

Diante desta situação é que se coloca o colono, esteja ele com sua propriedade maior que o antigo lote colonial, esteja este subdividido. Na realidade as exigências que são feitas ao colono, de parte do capital, são as mesmas que são feitas ao grande produtor, ao " triticultor", ao granjeiro - denominação todas do produtor agrícola que esteja cultivando terras com extensões que lhe permitem denominá-la de Empresa Rural.

Os cultivos de trigo e soja são os que, por excelência permitem a produção e reprodução do capital, na região, e inserem na atividade agrícola todas as condições necessárias para que isto ocorra. E, por isto mesmo apresentam certas exigências a nível de tamanho da propriedade; para arcar com a capacidade de investir o capital necessário, para intensificação da lavoura capitalista. Segundo dados da Cotrijuí, por exemplo, o tamanho mínimo necessário de uma pro-

priedade para cultivos comerciais é de 50 ha, para a sua região de atuação. Para a Fecotrigo, é considerado como necessário para o conjunto do Estado, 180 ha para que a propriedade possa ter rendimentos nos cultivos comerciais.

As alterações que se fazem necessárias na estrutura fundiária, fazem parte, em outras palavras, da instalação e operacionalização no espaço, de todos aqueles mecanismos necessários ao avanço do capital : uso de fertilizantes, adubos, maquinários, correção de solos, etc.... e a própria comercialização. É necessário, em resumo, o fôlego financeiro para suportar um empréstimo e conseguir cumprir com ele as exigências feitas, e fazer render o valor para obtenção do lucro ou renda necessária, e o pagamento do financiamento.

Alteram-se as condições sócio-econômicas de produção e a população envolvida nesta produção também se modifica. As bases técnicas da produção são alteradas, a composição financeira também é elevada.

Num primeiro momento ocorre uma maior produtividade do trabalho que faz com que o rendimento seja maior , mas a medida em que se acentua o avanço do capital na produção agrícola acentuam-se também as contradições internas com os produtores. De um lado o aumento do preço da terra, a falta de uma estrutura que capacite a poder enfrentar as oscilações das safras motivadas pelas condições naturais (clima es

pecialmente) e a necessidade de cumprir os compromissos financeiros. De outro lado não há como escapar do processo que se desenvolve na agricultura capitalista. Não há reversibilidade de vez que o capital encontra as formas que viabilizem a sua produção e reprodução independente das vontades individuais dos produtores.

Segundo Martins, "Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda". (Martins, 1983: 176)

Não há como escapar disto, o colono precisa criar as novas condições que lhe permitam, lhe garantam aumentar a produtividade. Precisa criar a Segunda Natureza, a natureza que lhe permita tirar o máximo de rendimento de sua terra. Logo, o mecanismo de transferência da renda da terra está dado. O Banco do Brasil mediando a passagem da renda da terra para o setor industrial, e retendo a sua parte (a do setor financeiro) realiza a transferência. E a realiza ao "ajudar" o colono a produzir mais e melhor.

De acordo com Milton Santos, "Os primeiros movimentos de capital e de homens que acompanham a instalação da nova atividade desencadeiam uma série de movimentos que conduzem a uma redistribuição da população e dos capitais disponíveis em espaços mais amplos". (Santos, 1978:5.)

Passa a ocorrer um processo de seleção/exclu -

são do colono, que acrescido da falta de oportunidade de emprego na zona rural, como assalariado, forma um contingente de desempregados, nas zonas urbanas, cada vez mais acentuado. Ao lado da migração rural/urbana, desencadeia-se um processo de migração para a Fronteira Agrícola. Enquanto há espaço dentro dos limites do estado riograndense desencadeia-se a ocupação de toda a mata ainda restante, logo porém, ultrapassa-se a fronteira política do Estado e o oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná são incorporados.

Alteram-se as características de ocupação da fronteira agrícola, pois que o próprio capital aproveita as formas mais convenientes de seu desenvolvimento. Se num primeiro momento, enquanto a fronteira agrícola estava próxima, em termos de espaço absoluto, migrava a família inteira com a mudança dos móveis e utensílios, os animais de estimação, a vaca leiteira, e o cavalo, todos na carroceria do caminhão, mais recentemente as áreas novas recebem mais que a família com toda a sua mudança : recebem os capitais. O avanço da fronteira agrícola é um avanço do capital. Aos empreendimentos capitalistas interessa a incorporação de novas terras. Se de um lado o capital não permite que a família se reproduza na área de origem, de outro lado ele cria (abre) a possibilidade de ir para a fronteira agrícola. O dinheiro que a família acumulou é usado para a compra de terras na fronteira agrícola.

Além do colono que tenta encontrar condições

(em área nova) para continuar a sua reprodução e do seu tipo de agricultura, migram aqueles que como colonos e/ou como granjeiros enriqueceram. Mantém-se muitos empreendimentos agrícolas na região e iniciam cultivos na fronteira agrícola. São estes que enriqueceram, e especialmente profissionais liberais, comerciantes de implementos agrícolas e adubos que se lançam na nova atividade. Plantam aqui na região e investem na compra de terras e plantam também no Mato Grosso, na Amazônia. São os novos burgueses do campo.

A diferença fundamental, portanto não está no tempo, no sentido de período, nem na proximidade ou distância física em termos de espaço absoluto, mas, na diferenciação na estrutura da produção que se transfere.

Empurra-se para áreas mais distantes ainda ou para terras de menor fertilidade (zonas íngremes, com maior dificuldade de uso de maquinário) a produção policultora de alimentos, e migra e se instala a lavoura comercial com grandes volumes de capital. É a migração de pessoas ainda, mas especialmente de capitais. E a população que se transfere na maioria dos casos é para trabalhar como empregados nas lavouras, e não para ser pequeno proprietário.

Atesta isto hoje, a intensidade de ligações através de ônibus diários com Mato Grosso e Goiás, seja através de conexões em São Paulo, seja através de ônibus especiais que saem diretamente de Ijuí e se dirigem para estas regiões.

O destino da produção agrícola é outro fenômeno que tem repercussões a nível espacial de forma bastante acentuada. Se de um lado é necessária a adaptação da estrutura fundiária, à nova organização produtiva, de outro lado é necessário também aperfeiçoar os canais de entrada de capital e de saída da produção. Insere-se neste contexto a "proliferação" de agências bancárias, de postos do Banco do Brasil por todo o interior do RS, a preocupação sempre presente com os corredores de exportação, e no caso desta região, inclusive o projeto de ligação dos rios Jacuí e Ibicuí, para realizar o transporte da produção por via fluvial até o porto de Rio Grande.

A atividade agrícola já não é apenas agrícola, ela está entre duas pontas da indústria, de um lado a de insumos para a agricultura, de outro a de processamento/beneficiamento da produção. É a industrialização da agricultura, a produção integrada, que ocupa, que faz o panorama agrícola do Noroeste do Rio Grande do Sul. Se de um lado instalam-se agências e/ou postos bancários, aperfeiçoa-se o sistema cooperativo, no que se refere à assistência técnica, à orientação do plantio, correção/adubação do solo, uso de sementes, etc..., de outro lado, torna-se necessário criar a infra-estrutura de armazenamento e de transporte da produção.

Entra aí o importante papel das cooperativas e especialmente daquelas fundadas na produção do binômio trigo/soja.

A Cotrijuí é um exemplo disto, criada em 1957, com sede em Ijuí, agrega produtores de trigo da região, para juntos encaminharem a solução dos seus problemas.

" A Cooperativa Tritícola Serrana Ltda. constituiu-se com o objetivo de congregar os plantadores de trigo da região, para promover a defesa de seus interesses econômicos, com a finalidade precípua de superar as dificuldades de comercialização da safra de trigo que vem se avolumando de a no para ano.

Como as entidades Cooperativas, para a consecução integral de seus objetivos, necessitam do apoio e colaboração de todas aquelas que se dedicam à atividade de traba-lho da cooperativa, necessário se faz uma divulgação ampla, ou mesmo, digamos, quase uma doutrinação sobre as vantagens que pode oferecer o sistema cooperativo, a fim de que a Cooperativa ora constituída venha representar e defender os interesses da totalidade dos plantadores de trigo desta região".
(Bonfanti, 1957).

Este texto demonstra a preocupação presente entre os triticultores da região, que precisavam encontrar a alternativa que respondesse as questões que lhe eram mais urgentes. A constituição de uma cooperativa seria a alternativa possível, mas era necessário convencer a todos de que esta era a solução. Ocorre que em Ijuí onde o movimento estava sendo iniciado havia pequena quantidade de produtores de trigo,

visto que no planalto o trigo era plantado em áreas de campo e em Ijuí havia poucos campos. "Cientes dessa deficiência de " número", os triticultores locais procuraram incluir o movimento da classe na cooperativa de agricultores já existente". (Bonfanti, 1962.)* Como isto não foi possível foram tentadas outras alternativas que a comissão encarregada de elaborar os estatutos deveria prever. " Essa Comissão, embora incumbida de organizar uma entidade dos triticultores, manteve o ponto de vista de que o problema era organizar o produtor de trigo, independentemente de sua titulação - triticultor ou colono, grande ou pequeno - e que, além do trigo, o triticultor podia e devia promover a produção de outros produtos agrícolas. Nesse sentido, ordenou o trabalho, visando obter a participação de todos os agricultores do município. O problema consistia em " convencer" o nosso agricultor a participar na nova entidade com um capital considerado elevado - CR\$ 1.000,00 por ha - a ser integralizado parceladamente com retenção sobre safras. O agricultor ainda entendia a cooperativa como um órgão de âmbito local e restrito, negando-lhe maior apoio financeiro. A solução surgiu com a faculdade de associação à nova Cooperativa das Cooperativas agrícolas existentes no município, fazendo assim o pequeno agricultor participar indiretamente". (Bonfanti, 1962)

*. O Sr. Nilo Bonfanti foi um dos primeiros diretores da Co-trijuí.

O encaminhamento da questão foi acertado e segundo Telmo Frantz, " No primeiro relatório de atividades e prestação de contas da safra de trigo publicado na edição do Correio Serrano, de 30 de abril de 1958, declara-se que a Cooperativa está com 86 sócios diretos e 3.795 indiretos, através das 5 cooperativas menores associadas. São elas: Cooperativa Mista dos Agropecuaristas de Ijuí Ltda., Cooperativa Mista Mauá Ltda., Cooperativa Mista Tuiuti Ltda., Cooperativa Ramada Ltda. e Cooperativa Mista Miraguaí Ltda. de Tenente Portela". (Frantz, 1982:51.) Ainda segundo Frantz " A necessidade de obter o apoio dos colonos obrigava a adotar uma postura de negociação com entidades congêneres e ao mesmo tempo dar uma resposta econômica ou pelo menos ideológica às necessidades e aspirações dos colonos frente à nova cooperativa". (Frantz, 1982:52.)

Estavam assim participando da nova Cooperativa também os pequenos produtores que até ali produziam especialmente produtos coloniais e que, ao se integrar à " cooperativa dos grandes" (como era visto por eles na época) estavam se integrando na nova fase da agricultura regional, que tinha no binômio trigo x soja o elemento de maior importância.

A participação dos colonos na Cooperativa, para o seu bom andamento, era de grande importância, pois foram muitos os trabalhos de "conscientização" desenvolvidos para convencê-los dos méritos de uma cooperativa. " No Relatório da Diretoria referente ao exercício de 1957/58 quando

se fala da safra de soja diz-se o seguinte: " Outrossim, neces sário se faz salientar aos senhores associados, muito especial mente aos pequenos produtores, que a Cooperativa somente pode- rá agir com maior desembaraço, caso venha a contar com a to - talidade da produção, porque com pequenas quantidades como a recebida nesta safra, não será possível colher os melhores re sultados". (Frantz, 1982: 53.)

Aos colonos era vantajoso entrar na cooperati- va, porque era esta a maneira de encaminhar a recuperação das suas terras, de efetivar a comercialização do trigo e rece- ber auxílios técnicos para a sua produção.

Aliam-se grupos que não têm muito em comum, de um lado os triticultores, de outro os colonos, mas que pos - suíam em comum ao menos os interesses e a necessidade de en- caminhar as soluções para a produção agrícola, que empreen - diam. Ambos empenhados no cultivo agrícola são subordinados ao capital, que lhes é externo. Nada mais lógico do que se unirem através de um órgão que lhes desse, ou onde eles pró- prios gerissem, o encaminhamento das soluções que lhes inte- ressavam, ou que melhor os satisfizessem.

Segundo T. Frantz, analisando a fundação da Do- trijuí, " Percebe-se que a preocupação principal é com a co- mercialização do trigo. No entanto tanto a ata de fundação como os estatutos aprovados naquela ocasião revelam que os ob jetivos eram bem mais amplos. Neste sentido pode-se citar as

preocupações com a melhoria das condições técnicas da produção e principalmente com a necessidade de fortalecer a classe para se tornar um interlocutor válido perante o poder público. A cooperativa seria um meio adequado para esse diálogo Como atividade concreta a COTRIJUI se propunha, na área da produção propriamente dita, colocar à disposição do associado os insumos necessários tais como adubos, inseticidas, máquinas e implementos. Propunha-se ainda prestar assistência técnica direta ao produtor. No que concerne à comercialização ela se propunha transportar, receber, limpar, secar, armazenar e vender a produção do corpo social".(Frantz, 1982:47.)

Era o que os colonos precisavam, mas era especialmente o que os produtores de trigo precisavam. Unidos buscavam, através da Cooperativa, encaminhar as suas questões , dando a Cotrijuí características peculiares. Em toda a sua história, se percebe a configuração destes dois grupos, o minoritário de triticultores - os empresários agrícolas, e o maioritário - de colonos, (minoritário e majoritário em número de associados).

Embora em que pese a busca de poder por estes dois grupos, a cooperativa sempre teve atenção especial com os pequenos produtores. Em alguns períodos esta atenção é menor, em outros é maior, devido ao próprio jogo de forças entre os associados, e a relação com os grupos de sindicatos , associações de classe.

Mas, a economia dos colonos que por suas próprias características, conforme já mencionado, chega num impasse, quando a propriedade é constantemente parcelada, o esgotamento do solo é acentuado, e a possibilidade de migrar para a fronteira agrícola é cada vez menor, visto que as terras de mato do RS estão completamente ocupadas.

A COTRIJUÍ faz diversas tentativas de encaminhar a " vida destes colonos", mas que esbarram sempre nas dificuldades geradas pelo fato de não estarem no interior das prioridades agrícolas. As políticas agrícolas são voltadas para a produção de trigo e soja, para abastecimento interno e exportação, respectivamente.

Mesmo assim são esboçados projetos de diversificação de cultivos, alguns que não saíram das intenções, outros que foram tentados, mas que esbarravam na própria dinâmica da produção agrícola nacional. Tal é o caso, entre outros, do projeto de industrialização da cana-de-açúcar com a instalação de uma usina de açúcar para " salvar " os alambiques coloniais que existiram em Ijuí. até a década de 60 (havia cerca de 200). Mas, como competir com a comercialização da produção do Sudeste do Brasil? Outro projeto é o de Produção Animal para atender os colonos que possuíam suínos, gado leiteiro e aves. É um projeto que inicialmente está vinculado ao " Programa de Alimentos para a Paz " da Aliança para o Progresso". A Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul

recebe grandes quantidades de sorgo, gratuitamente (era excedente da produção americana) e em convênio com o Programa de Alimentos para a Paz cria Projetos de Desenvolvimento da Produção Animal em vários municípios do Rio Grande do Sul. É criada então pela Cotrijuí a Fábrica de Rações Balanceadas para produção alimentar dos animais. Neste período (2ª metade da década de 60) o preço do porco estava satisfatório, tendo muito boa receptividade as ração fabricada pela Cotrijuí. Em 1977 este projeto é ampliado e está atualmente em efetivo funcionamento. Porém sempre existe em relação a ele a reserva, em função de que os cultivos que merecem atenção e que devem ser realizados são o trigo e soja. Merece destaque que em 1973 em pleno "boom" da soja no RS o corpo técnico começa a falar em cultivo de forrageiras, visto que o trigo "parece inviável". Foram tentados ainda projetos de colonização do Norte do País, em áreas cedidas pelo INCRA, ou via incorporação de cooperativas existentes nos locais. No início da década de 70 são incorporadas cooperativas do RS, (caso de Dom Pedrito). São todos projetos que visavam a absorção dos pequenos proprietários, com a sua transferência para as frentes pioneiras. Houve, inclusive uma proposta (de parte dos pequenos produtores) de que se fizesse a colonização com os médios e grandes produtores, na fronteira agrícola, e que assim, deixariam a terra no local de origem para os pequenos produtores.

São inúmeras as tentativas, que se sucedem, para "recuperar" o pequeno proprietário. Na realidade até

hoje não se conseguiu, pois qualquer alternativa esbarra na política agrícola, na própria divisão territorial do trabalho. Em síntese, está na frente de tudo isto o desenvolvimento do modo de produção capitalista que subjuga os pequenos produtores para a realização da acumulação do capital.

Embora a constante preocupação da Cotrijui, através do seu corpo técnico e mesmo de sua direção, talvez faltasse clareza suficiente para que fosse percebida a irreversibilidade do desenvolvimento do capitalismo, subordinando a agricultura e subjugando o pequeno produtor.

Na medida em que realize a acumulação do capital, ao capitalismo não importa se formas pré-capitalistas são recriadas. Pelo contrário, é através da re-criação destas formas pré-capitalistas que o capitalismo se desenvolve na região. É esta a forma específica porque se dá a "integração" do pequeno produtor no desenvolvimento da agricultura na região. Resta a questão de considerar se existe a possibilidade de se manter indefinidamente o pequeno produtor nestas condições, produzindo certos tipos de culturas e/ou criação. Ou por outro lado, se existe a possibilidade dele capitalizar o suficiente para participar da produção via alternativas de diversificação com novos projetos que viabilizem a pequena produção. Outra questão se refere às possibilidades e condições das cooperativas realizarem a tarefa de elevar o nível técnico dos pequenos produtores e viabilizar assim a sua existência.

Considerando ainda a atuação da Cotrijuí, já para a época da sua criação Geraldo Muller assim esboça esta situação " No contexto das forças políticas da época, a crise da produção nacional de trigo revelou a debilidade de sua burguesia face aos planos da burguesia industrial nacional e internacional associada ao Estado, de avançar rapidamente na edificação de um parque fabril. Mas, dada a circunstância criada pelos " Acordos", a burguesia tritícola usufruiu economicamente e, de fato, repassou o fardo mais pesado da crise aos pequenos produtores de trigo. Fato este que veio a se somar à crise da agricultura de alimentos nas lavouras gaúchas. (Muller, 1981:105.)

Os pequenos produtores já partem em má situa -
ção, talvez por isto mesmo aceitem associar na nova Coopera -
tiva. E quando da reorganização interna e de comando da Co -
operativa em 1965-66, a idéia é a de que os interesses do
pequeno produtor se sobrepuseram aos dos grandes. Na realidade
de, o que acontece, é que ao lado de um real interesse e preo
cupação com a parte dos associados que possuíam pequenas á -
reas, ocorre o aceleramento das políticas de " modernização"
da agricultura, para que novo padrão de acumulação tivesse
desenvolvimento.

Não se pode esquecer, no entanto, que o peque -
no produtor é um elo na cadeia da acumulação, e como tal é
importante que ele participe da nova fase de produção agríco

como pequeno produtor mesmo. Conforme Vergopoulos " não é to da a propriedade que é capitalista, mas apenas a que é basea da na apropriação do trabalho de outro". E acrescenta " A propriedade camponesa é apenas peça constitutiva de uma lon ga cadeia que alimenta a acumulação da propriedade capitalis ta urbana, baseada, entre outras, no trabalho camponês".(Ver gopoulos, 1977:114.)

Sendo esta a contribuição do pequeno produtor no conjunto da economia regional, não se pode esperar " mila gres" para com o colono. Muito ao contrário do que era preco nizado, com a especialização da agricultura, a maioria dos agricultores não consegue mais manter-se na produção. A "cri se" se avoluma e chega, ao longo da história dos colonos na região, sucessivamente a um maior número de pequenos produ to res. Assim como alguns vão sendo eliminados ao longo do pro cesso, alguns outros conseguem resistir um pouco mais.

Ainda tomando o que escreveu Vergopoulos, " O endividar-se do camponês é uma situação normal na agricultu ra contemporânea, baseada na exploração direta. O agricultor, para financiar seus investimentos sempre crescentes devido aos cortes nos preços, apela para um fluxo contínuo de cré dito agrícola. O crédito e as dívidas constituem, na reali dade, o mecanismo que faz trabalhar ainda mais os membros da célula familiar.

A dívida camponesa, que frequentemente ocorre

sob a forma de dívida hipotecária, tem como função não só as segurar o adiantamento contínuo de uma parte do rendimento a grícola, em proveito do capital financeiro, mas também estimular o esforço da família camponesa.

A dívida do camponês desenvolve-se mais rapidamente que o investimento agrícola, o que faz com que uma par te crescente do investimento seja financiado pela dívida cam ponesa (sobretudo de forma hipotecária). Assim, a dívida cam ponesa absorve não apenas uma parte crescente do capital a grícola - tanto do capital de exploração como do capital fun diário- mas também uma fração crescente do valor de rendimen to do trabalho agrícola". (Vergopoulos, 1977: 119.)

Considerando nestes termos as alternativas bus cadas pela cooperativa para sobrevivência do pequeno produ - tor agrícola, e para sua recuperação, vão esbarrar sempre nas próprias leis do capital. O pequeno produtor não deixa, por isto, de ser um elemento fundamental na agricultura regional. A especificidade do seu trabalho é insubstituível nas condições atuais. Ele e sua família precisam sobreviver e preci - sam produzir. Nestes termos também, dentro da cooperativa, e - le é de valiosa participação. A sua produção é essencial e para tanto ele deve ter a atenção necessária, pois mesmo en - dívidado ele pode e deve continuar. Para Vergopoulos, " Se o crédito " suga" o trabalho do camponês, este, por sua vez, só sobrevive graças a um recurso contínuo ao crédito". (Vergopou los, 1977:120.)

É com estes associados que a Cotrijuí trabalha. E isto tem um peso bastante significativo, pois embora tenha se transformado num "Conglomerado de Capital Nacional", no dizer de Geraldo Müller, " por possuir como estratégia básica a mesma ambição de uma sociedade de capital que, a partir do monopólio das atividades agropecuárias, garantido pelos seus associados, intenta completar o circuito que vai da produção ao consumo de bens e serviços necessários à implementação da referida estratégia ", tem cuidado especial na efetiva participação dos cooperados. Ao longo de sua história ela desenvolve acentuados trabalhos comunitários, de "conscientização", de necessidade de participação nas decisões. Propõe constantemente a discussão e a participação na definição de "Questões tais como a capitalização da cooperativa, a organização e gestão do poder interno, a maioria minifundiária e uma minoria burguesa". (Müller, 1981:97.)

É esta a situação que a Cotrijuí enfrenta hoje, momento em que parece tender a se redirecionar em função de que a produção " válida " é a do grande produtor, mais do que qualquer outra. Mesmo que passe a ser incorporada de fato, a diversificação dos cultivos, ela será benéfica ao grande produtor.

Mas, voltando aos objetivos de " produzir cooperados ", se de um lado a Cooperativa favorece os produtores, ela também é uma forma de viabilizar os objetivos e/ou os projetos do Estado.

Segundo Geraldo Müller a "Cotrijuí é uma das filhas da moderna lavoura de trigo incentivada pelo Estado . No ano em que o governo federal lança o " Plano de Expansão Econômica da Triticultura Nacional", criou também a "Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores". Isso foi em 1957, ano em que o Estado condicionou a doação das suas unidades armazenadoras, que construía no interior do RS, à formação de cooperativas por parte dos triticultores. As cooperativas constituíram-se, a partir de então, nas organizações intermediárias entre os produtores de trigo e o Banco do Brasil. O que equivale dizer que o Estado avocara a si a comercialização do produto vendido às indústrias moageiras". (Müller, 1981:99)

A cooperativa encaminha o problema da comercialização da produção, resolvendo uma questão que era séria para os agricultores, mas de outro lado ela representa o melhor e mais eficiente veículo de difusão do uso da nova tecnologia. Assim, a agricultura se desenvolve de forma mais moderna, elevando cada vez mais a necessidade de capital para a produção e todas as suas esferas subseqüentes. Se de um lado ela organiza os produtores para fazer frente às diversas situações de produção e de comercialização da sua produção , de outro, ela faz o caminho para a reprodução cada vez mais acentuada do capital.

É o caso da Cotrijuí, por exemplo, que através

da rede de postos ao longo da sua área de atuação dá atendimento em termos de comércio de bens necessários, desde os produtos de supermercado, roupas, calçados, a eletrodomésticos e material para agricultura. E por outro lado, através da instalação de armazém e a organização do transporte faz escoar a produção com a rapidez e segurança necessários.

Com o surgimento e fortalecimento das Cooperativas tendem a desaparecer as pequenas e médias empresas de comercialização da produção que tem presença marcante até o período de intensificação do capital na agricultura. São em geral firmas de capital local e familiar, que diante do novo processo não conseguem competir com as organizações cooperativas e com as grandes empresas de capital multinacional. Muitas vezes passam a ser representantes locais destas grandes firmas.

O mesmo fenômeno ocorre com as indústrias de máquinas e implementos agrícolas, que na medida em que conseguem ampliar o seu raio de atuação, crescem ao lado da instalação das revendas das indústrias multinacionais. É o caso da IMASA Indústria de Máquinas Agrícolas Fuchs S.A. de Ijuí, a Schneider, Logemann & Cia.Ltda. - SLC - de Horizontina, Colheitadeiras Ideal - Santa Rosa, Kepler Weber S.A. - Secadores de Grãos - Panambi.

Estas indústrias de capital local já apresentaram o seu auge de desenvolvimento e de um certo tempo para

cá vem refletindo a crise por que atravessa a própria produção de grãos no Estado, mas mais que isto ameaçadas pelas indústrias multinacionais. Aliás, o capital multinacional tem entrado em certos setores de algumas destas indústrias (na - queles mais dinâmicos) e ameaçam a sobrevivência das indústrias locais.

Com base no folclore gaúcho Humberto G.Zanatta e João C.Leite expressam na música-poema "Cria Enjeitada" , esta situação porque passa o desenvolvimento da agricultura regional:

Não tenho pressa e nem penso em ter mais pressa
 Vou no meu tranco como boi na verga vai
 Este meu jeito meio rude, falquejado,
 Herdei da vida e um pouco de meu pai
 Trago lembranças das grandes matarias
 Das águas puras e das sangas sossegadas
 Dos vales férteis, das serras e dos campos
 Da natureza, que era ainda respeitada
 E sinto cheiro de terra após a chuva
 De tantas flores perfumando sem cobrar
 Do pão de forma, do apoio e da cangica
 da pitanga, da tuna e do araçá
 E há em mim uma saudade latejando
 Vozes de pássaros, pedindo pra cantar
 Gritos de bichos, sementes pequeninas
 à espera de que possam germinar
 Hoje a ambição fez pousada à minha volta
 Plantou desertos em sementes traiçoeiras
 Cria enjeitada d'um progresso que importamos
 Batendo palmas às ganâncias estrangeiras
 Só temos pressa e mais pressa pra ter pressa
 Receita louca que inventamos pra morrer
 De neuroses, de calmantes, pesticidas
 Matando a vida que está doida pra viver.

Foto 5 (Coleção Eduardo Iau-
unsen . Museu Antropológico
Diretor Pestana.Ijuí- RS)

Período da policultura, extração da erva-mate. Linha 11
Leste.

Foto 6 (Coleção Foto Beck.
Museu Antropológico Diretor
Pestana. Ijuí- RS).

Período da policultura, criação de gado leiteiro. Ano-1926.

Foto 7 (Coleção Eduardo Iansen . Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí-RS)

Período da policultura, alambique de aguardente. Vila Dr.Bozano, ano - 1951.

Foto 8 (Coleção Eduardo Iakunsen . Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí- RS.)

Uso do solo agrícola. Vista aérea da zona rural (Linhas 10 11 Leste). Observe-se, algumas manchas de mata nativa, de capoeira e as áreas cultivadas. Os traços correspondem às "linhas" que inicialmente demarcavam a testada dos lotes coloniais.

Foto 9 (Coleção Eduardo Iansen .Museu antropológico Diretor Pestana.Ijuí-RS).

Cultura do trigo. A colheita manual com " foicinha".

Foto 10 (Coleção Eduardo Iansen .Museu Antropológico Diretor Pestana.Ijuí-RS.).

Cultura do Trigo. Trilhadeira movida a tração animal.

Foto 11 (Coleção Eduardo Iansen . Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí-RS).

Cultura do trigo. Trilhadeira movida a gasogeneo.

3 - Uma nova feição da Região

A feição da região toma novos contornos a partir da maior composição técnica que passa a existir, na produção agrícola. No dizer de Milton Santos " A especialização espacial impõe uma intensificação dos atos de comércio - de um comércio feito à distância - acompanhado pelo reforço e expansão do aparelho bancário, para-bancário, comercial e administrativo, assim como pelos meios de armazenamento e transporte. A urbanização é um de seus resultados. As atividades intermediárias, abrigadas pelas cidades, tornam-se o nervo essencial de uma economia cada vez mais capitalista e monetarizada, porque sem a circulação dos bens não há circulação excedente". (Santos, 1978 :7.)

Se o capital cria e recria a segunda natureza, a natureza tal qual necessita, alterando o solo e suas condições de produção através do uso de corretivos, fertilizantes, etc., ele cria também a nova feição urbana. A sociedade, ao se transformar, transforma também o espaço. Estreitamente ligado ao tipo de relações sociais, está estruturado o espaço.

A maior circulação do capital, e especialmente, os novos mecanismos necessários à entrada, circulação e saída do capital passam a exigir, a criar uma nova feição urbana. As cidades são o "locus" do novo padrão de acumulação do

capital. Elas formam uma rede urbana hierárquizada, capaz de ordenar a produção, a circulação e a captura do excedente produzido pela atividade agrícola.

Assim, as pequenas cidades da região passam a incorporar características de urbanização com a instalação nelas de serviços necessários ao abastecimento de uma população que se adensa especialmente para realizar aqueles serviços exigidos pela nova fase da agricultura. Em outras palavras, é a fase monopolista do capital que acontece na região, criando uma nova paisagem em todos os seus aspectos.

Muitos municípios instalados no início da década de 60 apresentam altas taxas de crescimento urbano no período 60-70-80, mas nas projeções feitas para o período 80-90 o mesmo se reverte. Isto é sintoma da intensidade com que se dá a expansão da forma de acumulação nesta área, com a transferência para a cidade, do trabalhador rural e do pequeno produtor. Na década 80-90 pelas estimativas feitas pela FEE percebe-se indicação de saturação da capacidade de urbanização destes pequenos municípios, a não ser que ocorra total modificação na estrutura produtiva dos mesmos. Não há motivo para crer, acrescentando-se a isto a tendência crescente de migração, para as grandes cidades.

Instalado o município, intensificada a produção, o fenômeno de reorganização fundiária leva as populações, ao menos em parte, a se dirigir à sede do seu municí-

pio, já que alguns se dirigem diretamente aos centros maiores a nível regional e mesmo fora da sua região. Passada a fase de instalação e primeiro surto de urbanização diminui o fluxo de migração rural, diretamente para a sede, acrescido da saída de populações urbanas que fizeram da sua cidadezinha a primeira etapa do processo migratório.

Muitas cidades apresentam uma alta densidade demográfica, motivada não pela quantidade em termos absolutos de população, mas pela própria relação população e área, visto que são municípios extremamente pequenos. Redentora apresenta em 1980 79,44 hab./km²; Humaitá apresenta a densidade demográfica de 59,20 em 1980, mas as projeções feitas pela FEE estimam que a sua população decresça na década 80 a 90 chegando a -11,68 %. O mesmo acontece com Miraguaí que possui 61,97 hab./km² em 1980 e apresenta um percentual de crescimento negativo de -8,52 % para a década seguinte. São Martinho com 43,17 hab./km² em 1980 tem estimado um decréscimo de população de -8,36 % para a década seguinte.

Mas algumas cidades de maior porte econômico, com uma infra-estrutura urbana mais organizada, não fogem muito a esta situação: Santa Rosa, com 114,03 hab./km² em 1980, com um crescimento de 32,05 % na década 70-80, tem estimado para 80-90 um crescimento de 10,95%. Santo Augusto, Campo Novo e Três Passos são três municípios que apresentaram na década 70-80 percentuais de crescimento de 162,79 %, 106,15 % e

55,13 % respectivamente e para a década 80-90 tem estimado um crescimento de 17,48 %, 8,56 % e 10,95 % respectivamente o que demonstra uma sensível queda no crescimento da sua população total. O percentual de urbanização destes três municípios também decresce sensivelmente nas décadas de 80-90. Para Santo Augusto em 70-80 o percentual é de 35,83 % e vai para 8,59 % de 80-90. Para Campo Novo em 70-80 é de 23,24 % e decresce para 3,63 % na década seguinte. Para Três Passos em 70-80 é de 12,32 % e decresce para 3,51 % em 80-90.

Estes dados demonstram a capacidade de saturação relativa de crescimento destas cidades. Talvez se tenha chegado ao limite possível diante do tipo de produção agrícola da região. Elas funcionam apenas como um elo na corrente do desenvolvimento do capital através da nova tecnologia e da nova forma de produção, e, por outro lado, a forma capaz de captar o rendimento do capital que não permanece nem na zona rural produtora, nem nas pequenas ou médias cidades. Ele vai, através da comercialização monopolista da produção, ser canalizado para os setores mais dinâmicos da produção capitalista. A aquelas cidades, que possuem uma razoável atividade industrial e que têm uma melhor infra-estrutura comercial, mantém ainda certo fôlego de crescimento. As pequenas, porém não apresentam as menores perspectivas de crescimento, de capacidade de absorção da mão de obra, de geração de empregos, e de fixação da população, a não ser que sejam realizados projetos que envolvam as populações, que ocupem a mão de obra de

forma fixa e permanente, quer na zona rural, quer na zona ur
bana, para evitar o fluxo de acesso às maiores cidades e des
viar assim, mesmo que momentaneamente, o enfrentamento de
problemas mais sérios.

De qualquer forma, pode-se observar a existên-
cia de uma rede urbana hierarquizada, que estabelece as liga-
ções necessárias, para realizar o intercâmbio entre a cidade
e o campo, e as diversas cidades, captando a riqueza gerada
e articulando os diversos níveis de produção e reprodução do
capital. As ligações de Ijuí com os demais centros locais on
de a Cotrijuí mantém postos e sedes exemplificam a situação.
A cooperativa através de seus técnicos coordena, orienta a
produção. Esta é viabilizada pela assistência creditícia do
Banco do Brasil, através da Cooperativa. Ao ser colhida, a
produção é entregue à Cooperativa, que realiza a comerciali-
zação.

Se na estrutura interna das cidades, as carac-
terísticas são de intensa urbanização, para as décadas de 60
e 70, não se pode deixar de lado as observações a respeito do
aumento da acessibilidade a estes locais.

As estradas permitem a circulação, permitem que
aconteçam as trocas, as relações enfim, entre as diversas ci
dades, entre a cidade e o campo e especialmente das cidades
regionais com o conjunto da Nação. A estrada é a forma de in
tegrar o território, e a existência de redes complexas de-

monstra o dinamismo da economia. As estradas são o conduto do fluxo de drenagem do excedente. É organizado a partir das cidades todo um sistema viário, que se ramifica e densifica de acordo com a importância da economia ali desenvolvida. Através do sistema viário se intensifica a circulação do capital gerado na atividade agrícola da região.

Após a introdução dos cultivos comerciais de trigo e soja na região, têm sido acentuadas as preocupações com a construção e melhoria de estradas . *

A própria Cotrijuí desenvolveu trabalhos com esta preocupação, pois para ligar todas as áreas produtoras a ela associadas e assim escoar a produção, foram necessários certos investimentos. ** Em 1973 na área de atuação da Cotri -

* Em 1971 a Cotrijuí elaborou um estudo de viabilidade de um Ramal Ferroviário que ligaria à rede já existente em parte da área produtora a ela associada.

** Ainda com referência ao escoamento da produção, a Cotrijuí constrói em 1971, um Terminal no porto de Rio Grande, com o objetivo de melhorar as condições de exportação da produção. A obra foi em parte financiada pelo Banco do Brasil e em parte pela própria Cooperativa, que convenceu os produtores de que para obter sucesso na sua produção teria que haver ampliação portuária e que para tanto todos deveriam contribuir. Inicialmente os agricultores descontaram 3% da safra de trigo como empréstimo compulsório. No total de 8 armazéns, 4 foram construídos através de financiamentos da própria Cotrijuí, com os rendimentos obtidos do próprio Terminal, segundo dados da Cotrijuí.

juí, havia um total de 13.642,5 km de rodovias, dos quais 11.725,5 km, totalizando um percentual de 85,30 % da sua extensão, não apresentava qualquer revestimento, ocasionando sérios transtornos para a sua utilização nos períodos chuvosos.

De qualquer forma para uma área de 10.749,5 km² que compõe a área de atuação da Cotrijuí existem em 1973 , existem 85,50 km de estradas federais, 419,5 km de estradas estaduais, e 13.223 km. de estradas municipais .(IPP,1973:34)

Por estas estradas é recolhida a produção agrícola para os postos de armazenamento da Cotrijuí e escoados até Rio Grande - (porto Marítimo).

A estrutura de escoamento da produção demonstra a hierarquização destas cidades no conjunto da região, subordinando os centros locais, às cidades de porte mais elevado e assim sucessivamente.

Segundo M.Santos " Se a cidade tem sempre um poder de atração sobre o excedente engendrado no conjunto do território, ela não o faz por sua própria conta, nem para o reter, mas funciona antes de tudo como um elo do sistema econômico e financeiro mundial. O que lhe fica é justamente o indispensável que alimenta a máquina para que ela possa executar suas funções de elo". (Santos, 1978:11.)

É esta a situação das cidades da região de colônias novas após a intensificação desta fase do desenvolvimento capitalista. A concentração da riqueza corresponde a con -

centração espacial. Captando a produção do campo para a cidade e estabelecendo as subsequentes inter-relações, a nível regional e de conjunto do território, estrutura-se a nova organização espacial exigida pela acumulação do capital.

Para tanto é que existem no conjunto da região de colônias novas, cidades tão pequenas e próximas, que exercem a função de elo entre o campo e os centros maiores, que tiveram conforme já foi referido um crescimento acentuado em termos de população municipal até a década de 80, e que as estimativas não ratificam para a década 80 a 90. Segundo Mamigonian, "... o capitalismo amplia mais e mais a divisão social e territorial do trabalho pela crescente mercantilização, penetrando nas atividades de menor composição orgânica de capital. Vale dizer que na rede urbana as grandes cidades tendem a atrofiar as médias e as pequenas (estas atingidas também pela crescente concorrência e apropriação empreendidas pelas médias)". (Mamigonian, 1982: 207.)

Estas cidades realizam muito menos em seu benefício, do que em benefício das grandes, a drenagem da renda fundiária, e nestas condições recebem também as populações, que se movimentam em direção aos centros maiores. Elas recebem uma primeira migração, que caminha para a cidade próxima, etapa para as migrações futuras em direção ao destino do capital que já se deslocou, ou melhor, da renda da terra que é constantemente transferida e apropriada pelo setor urbano-industrial.

MAPA 12 – HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS DO NOROESTE DO RS

Conforme Goldenstein & Seabra, " Como no interior dessas macro-regiões, caracterizadas pela predominância de uma dada forma de valorização do capital estruturam-se sub redes urbanas que também revelam formas de conflitos sociais e políticos, tais sub-redes articulam sub regiões. Nessas, se "regulam" basicamente as contradições que se prendem, em particular, ao nível de atuação dos aparelhos políticos-administrativos dos Estados brasileiros". (Goldenstein & Seabra, 1982 : 45.) Outro fenômeno de importância é a degradação da natureza, decorrente da intensidade de ocupação e da prática desenvolvida, em que o fundamental é a produção e a reprodução do capital. Chega um momento em que se torna necessária também a reprodução da natureza, dado que aquilo que é denominado de primeira natureza está profundamente alterada, não tendo mais condições de responder as exigências do próprio capital, sem novas alternativas. Ao se investir na criação da segunda natureza, aquela natureza necessária às exigências dos cultivos comerciais, na tentativa de repor a fertilidade do solo, recriar as condições mais favoráveis a um bom rendimento, está se causando os mais sérios danos ao homem e à própria natureza .

Através do processo de trabalho, o homem destrói a natureza, destrói o ambiente em que vive, a serviço do capital, da reprodução do capital. Ruy Moreira assim coloca o problema " As cifras atingidas pelas trocas internacionais prefiguram os lucros dos monopólios, mas a deterioração

do produto industrial faz-se acompanhar da deterioração do trabalho e do meio ambiente. Transferindo a tendência à baixa dos lucros para as condições de vida da massa dos trabalhadores e do meio ambiente, pela intermediação do Estado, pela monopolização crescente do capital ou pela maior velocidade de rotação dos capitais e produtos, o capitalismo monopolista mais parece um velho feiticeiro: tudo que faz clama pelo seu contrário. A deterioração do meio ambiente induz ao maior investimento de capital constante, destinado à "reprodução da natureza". (implementação de técnicas despoluentes, recuperação de solos, mananciais e reflorestamentos, descoberta de novos recursos). " (Moreira, 1982: 264.)

Criada a segunda natureza ela própria traz em si sérios problemas, que a sociedade deve enfrentar, e traz também a tentativa de superação, mesmo que sejam paliativos, dos problemas que apresenta. Cada vez são necessários novos investimentos, novas alternativas, para tentar recuperar aquilo que irá sendo constantemente provocado.

O homem através do processo de trabalho destrói a vegetação natural, causando todos os inconvenientes daí decorrentes. Mas a destruição da vegetação não pode ser freada, assim como o trabalho também não o pode, pelo fato de que submetidos ao modo de produção capitalista os trabalhadores vendem a sua força de trabalho, e passam a fazer aquilo que até possa parecer irracional, mas que está dentro da racionalidade do sistema.

Manuel Correia de Andrade coloca de forma bastante clara, a magnitude daquilo que se poderia denominar de malefícios trazidos pela nossa cultura "... Áreas que tiveram climas úmidos e subúmidos foram transformadas em desertos e semidesertos não só pelas modificações climáticas ligadas às grandes glaciações, como também pela ação do homem, destruindo impiedoso e aceleradamente a vegetação natural, acelerando a erosão das vertentes, intensificando os processos de assoreamento dos rios, de entulhamento de lagos e lagoas, etc. A simples leitura dos cronistas coloniais e o estudo da localização dos pequenos portos, outrora exportadores de açúcar e de café, mostra-nos como a maioria dos nossos rios de pequeno e médio portes teve, no passado, um maior volume d'água e regime mais regular do que possui hoje. Volume d'água e regime mais equilibrado em consequência da cobertura florestal que se estendia por grandes extensões das bacias e que provocava um mais lento escoamento das precipitações fluviais e permitia uma infiltração maior das águas das chuvas nas camadas permeáveis. Essa infiltração seria responsável pela formação das fontes perenes ou que minavam água durante vários meses do ano, sendo úteis ao homem tanto para o seu consumo como para suas atividades agrícolas e pecuárias. Eram ainda essas florestas que desempenhavam a função desaceleradora dos processos erosivos, ditos antrópicos, sustentando os solos e o regolito em encostas de grande inclinação e que, desmatadas logo sofrem a ação do escorregamento para os vales, deixando expostas as ro-

chas ainda não atingidas pela ação dos meteoros por estarem recobertas pelo regolito ". (Andrade, 1979:103-4)

Que dizer destas terras com as antigas matas originais ? Nada mais restam delas. Foram completamente derrubadas e no seu local plantadas espécies de culturas completamente alheias. Acresça-se a isto, a técnica primitiva de utilização do solo, desenvolvida pelo colono, com a queimada, que se num primeiro momento é eficaz para os cultivos, imediatamente depois traz problemas sérios; a rotação de terras , pois era mais barato derrubar mais um pedaço de mato do que tentar recuperar as terras "cansadas" .Se este é o legado que deixaram os colonos em sua ocupação primeira das terras de mata do Rio Grande, diferente não é a atuação de seus descendentes já em outra fase do desenvolvimento da agricultura na região. A preocupação, o motivo da ocupação das terras e da própria agricultura, no fundo é o mesmo, isto é, o desenvolvimento da produção e reprodução do capital, de tal forma que em cada momento, em cada situação concreta podem variar as formas, permanecendo o interesse central.

Num contexto teórico mais amplo se coloca aqui a questão da propriedade e do uso da terra. Terra que é usada para trabalho, que dela se extrai satisfação das necessidades mínimas para a reprodução da força de trabalho do colono e de sua família; que dela se extrai conseqüentemente a reprodução deste tipo de agricultura colonial/familiar.

O pequeno produtor-colono - para realizar a sua reprodução nestas condições postas acima, tem teoricamente duas opções: ou migra para terras novas, aproveitando da maior fertilidade do solo de mato recém derrubado, com a sua fertilidade natural; ou investe na "reprodução da natureza", na criação da nova natureza. Se a terra está "cansada", não rende mais, precisa descansar e não é possível deixá-la em pousio por causa da exiguidade do tamanho, ele precisa investir no sentido de recriar as condições favoráveis para aumento da produtividade do solo.

Nestas duas situações ele gera a Renda Diferencial. A Renda Absoluta é gerada pela propriedade da terra, recurso indispensável para que o colono seja um produtor agrícola. De qualquer forma a Renda Territorial gerada no processo de trabalho do colono tende a ser apropriada pelo capital. O Banco do Brasil faz esta passagem, seja para o setor financeiro, (a si mesmo) seja ao capital industrial ou comercial.

O colono vive constantemente endividado com o banco. Os seus " pertences", inclusive e especialmente a sua terra estão empenhados como garantia dos empréstimos que recebe para custeio da lavoura, aquisição de máquinas, implementos, construções, etc.

Exatamente por isto interessa ao banco "auxiliar" constantemente o colono. Nas " quebras " de safra é comum ouvir de parte do banco o seguinte: " o Banco do Brasil

não abandonará o produtor rural nesta hora tão difícil. Nunca abandonou ". Só que não " transparece", é que o lucro do banco está mantido com esta atitude. Aliás, colocando melhor, o banco extrai a renda da terra sem ser o seu proprietário. O seu proprietário - o colono - entrega regularmente ao banco os juros - a Renda da Terra.

Passada, pois, a fase de ocupação primitiva das terras, e em nova fase, a depredação da natureza tem continuidade. Nada mais resta de florestas, nem aquelas que se situam às margens dos rios. A variedade de plantas nativas cede lugar aos cultivos uniformes, ou em alguns pontos ao chamado reflorestamento, porém com espécies estranhas à área, e de um tipo único apenas. São as plantações de eucalipto, acácia, o pinus iliótis que "mantém a paisagem" das florestas. Além dos problemas decorrentes do desmatamento puro e simples com as consequências já referidas, ao solo, há o da existência de um tipo apenas de vegetação, substituindo a diversidade nativa.

A atividade agrícola é sempre causadora de implicações sérias sobre o meio ambiente, pois sem referir à quaisquer outros motivos, há o acima referido de substituição de um tipo de cobertura vegetal, por outro completamente diferente.

A mata da região é substituída pelos cultivos de trigo e soja.

Não são raras as lavouras que se estendem até

a barranca dos rios, acelerando processos de erosão, quando as águas levam junto parte desta terra, erodindo sempre mais as margens dos rios. É comum se ouvir de antigos moradores, alguns colonos imigrantes, que os rios da região não são mais como antigamente, que a cada ano as suas águas estão mais avermelhadas. De fato, as águas assumem cada vez mais a cor do solo, levando em sua carga muito do que servia antes para a lavoura. Em qualquer chuva que ocorre, se percebe a alteração da cor das águas. Junte-se a esta erosão, causada pelo trabalho dos homens, outro fenômeno que é diretamente causado pelo agricultor, ao lavar as máquinas agrícolas nas águas dos rios, ou em águas que desçam para os rios, levando consigo todos os venenos e poluentes. Estas águas podem ser utilizadas para irrigação e/ou vão servir de abastecimento para a água urbana. Se de um lado representam perigos imensos, de outro exigem investimentos enormes para o tratamento das águas, até chegar ao consumo doméstico. E chegam duplamente perniciosas à saúde: com resíduos dos venenos, dos adubos, etc. colocados na lavoura e que são carregados para as águas e pela lavagem dos implementos agrícolas, de um lado, e de outro, pelo uso excessivo, ou em grandes quantidades de " medicamentos " utilizados para o seu tratamento.

Já se tornou mais ou menos comum aparecer em jornais, noticiários de rádio e televisão, as denúncias sobre estas práticas de lavagem dos equipamentos agrícolas nas

águas dos rios, mas pouco se tem feito para manutenção das encostas dos rios.

Outro caso de erosão decorrente do plantio em todos os espaços disponíveis é o desmoronamento dos barrancos das estradas. Acresça-se ao plantio até a beira da estrada ou do corte da estrada (barranco); a falta de cuidado com a manutenção das laterais das estradas.

Aliás não é só na beira da estrada que soja e trigo são plantados, mas estas duas culturas substituíram tudo o que havia antes em todos os espaços possíveis. Existe cultivo até nas antigas hortas e pomares, todo o "espaço livre" tem que ser utilizado, e isto elimina toda e qualquer produção para o sustento próprio. Tudo passa a ser comprado nos supermercados, com verduras, frutas, legumes, etc... vindos de São Paulo. As próprias cooperativas têm os seus supermercados e postos de venda de produtos alimentares. É o efeito do capital monopolista, no sentido de que o centro do capitalismo a nível de território nacional tende a subordinar através da divisão territorial e/regional do trabalho todas as atividades, enfim, todo o espaço.

Nesta utilização desenfreada de todos os espaços, derrubando todas as matas, cria-se um sério problema para com os indígenas que vêm cada vez mais as suas terras diminuídas. E se isto não bastasse, as terras estão sendo disputadas com os posseiros, descendentes dos colonos, que ao

longo do processo de seleção/exclusão do pequeno proprietário, vão sobrando entre aqueles que migram para a fronteira agrícola e os que vão para as cidades. " É a luta dos pobres contra os miseráveis". Enquanto o grande capital disputa as terras, os índios e colonos completamente expropriados, encem tam lutas entre si, desgastando-se e gerando alguns dos problemas mais sérios atualmente no Rio Grande do Sul. Foram realizados já alguns acampamentos provisórios, tentativas de levar estas populações para o Norte do país, em áreas de colonização promovidas pelo governo do Estado. Nesta luta toda se mantém inalterada a posição do Estado em não permitir o uso das terras do Rio Grande do Sul por estas populações. Martins se referindo a questão das terras indígenas assim coloca o problema " a reprodução do capital começa a atingir de forma mais radical certos setores e áreas do país e o faz removendo os empecilhos que encontra pela frente. Não só a invasão de terras indígenas, mas também a expulsão dos posseiros de suas terras de trabalho e a crescente concentração de desempregados e subempregados nas grandes cidades, promovem uma grave redução na qualidade de vida, intensificando o aparecimento de doenças carenciais e aumentando o índice de mortalidade. Os especialistas chamam esse processo de superexploração, aquele em que a exploração compromete a própria sobrevivência da população". (Martins, 1980: 156.)

Não resta dúvida, que se alteram as condições

ambientais com o desenvolvimento da agricultura, e com maior intensidade a partir da nova fase de produção sob o capitalismo monopolista, na região.

É próprio da atividade agrícola destruir a cobertura vegetal, por exemplo, para desenvolver as culturas.

Não se pode ficar, no entanto com uma atitude moralista diante do uso do solo sob o capital. Não se trata de voltar às formas tradicionais de cultivo, de ser contra o progresso, mas sim de conseguir desenvolver a crítica sobre a situação. É necessário ter a clareza suficiente de compreender o que acontece e quais os motivos porque assim ocorre o desenvolvimento econômico social da região.

A criação de uma segunda natureza satisfaz as novas exigências da produção, mas destrói a natureza e mesmo as condições de trabalho. Marx assim coloca a questão: " E cada progresso da agricultura capitalista constitui um progreso não só na parte de rapinar o operário, mas também na arte de rapinar o solo; cada progresso no acréscimo da sua fertilidade por um dado período de tempo, constitui ao mesmo tempo um progresso da ruína das fontes duráveis desta fertilidade". (Quaini, 1979:133.)

E Engels na Dialética da Natureza faz referência também interessante " A cada passo nos é lembrado que nós não dominamos a natureza como um conquistador domina um povo

estrangeiro e vencido, que não a dominamos como quem é estranho a ela, mas que nós lhe pertencemos com carne, sangue e cérebro e vivemos em seu seio: todo nosso domínio sobre a natureza consiste na capacidade, que eleva acima das outras criaturas, de conhecer suas leis e de utilizá-las de modo mais a-propriado". (Engels, 1979:172.)

Dadas as características do tipo de exploração agrícola que se desenvolve nesta região e observado o momento histórico concreto, a natureza, os recursos dados, estão sendo dilapidados. De qualquer forma deve ser encontrada saída para esta situação, pois o capitalismo se desenvolve criando crises e encontrando as formas de superá-las, de encaminhálas. A tentativa de saída da produção monocultora e de diversificação da produção agrícola para " salvar a natureza e os homens" envolvidos na atividade agrícola é um aceno. Com certeza não é a solução para o conjunto todo da região inserida no contexto nacional. A crise não é apenas da agricultura, ou da região. A crise é global, de superação do sistema capitalista, ou de superação desta fase, donde se partirá para outra.

De qualquer forma, a saída está sendo tentada e sobrarão, já estão sendo excluídos, muitos outros pequenos produtores, que até aqui sobreviveram. Qual a sua nova forma de incorporação ao trabalho, é problema que lhes compete. O capitalismo tenta encaminhar as soluções para o seu problema, —como avançar mais na reprodução do capital sob o capitalismo,

é o que lhe interessa. É à sociedade, aos pequenos produtores, é isto que interessa? " É preciso compreender profundamente essa realidade dos trabalhadores, pois aí estão certamente, os rumos para uma práxis transformadora". (Oliveira , 1980: 17.)

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

....

Nós vamos semear, Companheiro
No coração
Manhãs e frutos e sonhos
Pr' um dia acabar com a escuridão
Nós vamos preparar, Companheiro
Sem ilusão
Um novo tempo, em que a paz e a far
tura
Brotem das mãos

....

(Semeadura de José Alberto
Fogaça de Medeiros e Vitor
Hugo Alves Ramil)

Ao concluir este trabalho resta a preocupação em retomar algumas questões para lembrá-las como importantes, não no sentido de concluir sobre elas, mas exatamente para colocá-las em aberto. É necessário pensar, teorizar em cima do que se estuda, e do que se ensina.

Se o espaço deve ser considerado, na medida da sua concretização, na consideração do próprio chão, do dia-a-dia dos homens que trabalham, ele deve ser entendido não como algo estático. Mas deve ser entendido como algo dinâmi-

co, que vai sendo criado pelos homens, e ao mesmo tempo em que ele é o chão em que se pisa, o " espaço físico ", ele é também agente no sentido de sua construção.

É preciso conhecer o espaço, entendê-lo em todos os seus mecanismos, em toda a sua dinâmica, compreender a sua aparência conseguindo ir além dela, para entender a sua essência. É necessário saber pensar o espaço, para nele saber viver e lutar para viver melhor, para construí-lo melhor, para construí-lo para todos os homens.

A seletividade espacial, a dominação do capital sobre o espaço, o trabalho dos homens sob o capital, a construção da sociedade e do espaço, são dados fundamentais, que o homem precisa compreender, para poder mudar.

A dinâmica do trabalho do colono - pequeno proprietário rural se insere na construção da região estudada, como elemento central. Constrói-se portanto a partir da colônia, uma região que é a própria feição do modo de produção capitalista. Reproduzem-se as relações sociais do conjunto do território nacional, do território mais amplo, inclusive do capital internacional.

A colônia aqui considerada, é a pequena propriedade rural familiar, que produz num primeiro momento alimentos para o consumo da própria população nela envolvida e para abastecimento interno a preços baixos. Na nova fase da ex

pansão do capital, se especializa na produção de cultivos comerciais, ainda de alimentos, para abastecimento interno, e para exportação, mas com grandes transformações nas bases técnicas da sua produção.

A colônia produz e reproduz o colono com to - das as suas características e reproduz o seu tipo de agricultura.

É uma agricultura, que utiliza, que recria formas pré-capitalistas com objetivos específicos de produção e reprodução do capital.

É uma agricultura subordinada ao capital através da apropriação da renda da terra pelo mesmo. Viabilizada pelos bancos esta atividade agrícola financia o empreendimento, e a reprodução do colono e de sua produção familiar para dela extrair a renda da terra, que via pagamento dos juros ao banco é transferida para o capital financeiro, e/ou repassa-da para o capital industrial e comercial.

Vai se formando ao longo da história desta porção do espaço uma região com certa especificidade. Especificidade esta que é dada pela forma que assumem as relações sociais no seu interior e pelas alianças que são feitas a ní - vel de território nacional e mesmo internacional. Especificidade que se expressa fundamentalmente na forma que assume a produção e reprodução do capital no seu interior. Referenciada ao conjunto do território nacional, a partir da divisão

territorial/regional do trabalho, esta região produz uma lavoura comercial que deve participar no suprimento do trigo a nível nacional e produzir soja para exportação. Esta produção está assentada na pequena propriedade familiar, que se reorganiza para se readaptar às novas condições de produção.

Como se pode constatar nos mapas a seguir, predomina de maneira acentuada a mão de obra familiar sobre a de empregados. Por outro lado é nas regiões de colonização que a mão de obra familiar está mais presente na atividade agrícola.

Se observarmos o percentual da área agrícola, que é ocupado pelo plantio do trigo e da soja, no Rio Grande do Sul, constata-se a grande ocorrência destas lavouras na região de Colônias Novas. Observa-se também, um detalhe importante, que é a grande presença destas lavouras em municípios pequenos da região.

É através destas características que se expressa o desenvolvimento do capitalismo na região. É esta neste momento a participação da região, no processo de acumulação do capital a nível nacional e global.

É enfim, uma porção do espaço que se constitui, integrada ao conjunto do território nacional, e na qual a forma de produção e reprodução do capital se dá através de formas pré-capitalistas, recriadas pelo capitalismo. É a forma de subordinação do trabalho do camponês (o colono) ao capital.

MAPA 13
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 PERCENTUAL DE MÃO DE OBRA FAMILIAR
 EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO
 NA AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO

ESCALA
 15 0 15 30 45 60 75 km

FONTE: IBGE - Censo Agropecuario
 ano base das informações: 1975

LEGENDA
 (%)

- 30 - 40
- 40 - 50
- 50 - 60
- 60 - 70
- 70 - 80
- 80 - 90
- 90 - 100

MAPA 14
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PERCENTUAL DE EMPREGADOS
TEMPORÁRIOS E PERMANENTES EM
RELAÇÃO AO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO
NA AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO

ESCALA
15 0 15 30 45 60 75 Km

FONTE IBGE - Censo Agropecuário
ano base das informações 1975

LEGENDA
(%)

Num contexto maior, portanto, não se pode perder de vista a dimensão do território nacional. Ao se considerar o espaço como uma noção abstrata que é, a forma de intermediação até a realidade concreta em que se vive é o território. E no caso deste trabalho; o território, a região e a colônia.

Historicamente o Rio Grande do Sul assenta a sua ocupação, organização da sociedade e do espaço nas bases físicas do seu território.

Ao sul do estado, a Campanha com a criação de gado e mais recentemente o cultivo de arroz, com uma sociedade mais hierarquizada. Ao centro-norte- na Depressão Central e Zona de Matas, a produção agrícola, baseada na pequena propriedade familiar, com uma sociedade mais igualitária no sentido de propriedade da terra. Ao norte do estado, nas manchas de campo desenvolve-se também a criação de gado. Destes "fazendeiros" nasce, ao lado dos colonos, a burguesia do trigo - os granjeiros.

Na zona de Mata a ocupação através da colonização europeia se dá especialmente em duas fases - a da ocupação das Colônias Velhas e das Colônias Novas.

As colônias novas - situadas no planalto ao Noroeste do Estado são a continuidade da marcha de ocupação da fronteira agrícola e o início da caminhada para o vale do rio

Uruguai, e ultrapassado o limite político do RS, para Santa Catarina, Paraná e mais recentemente para Mato Grosso, Amazônia e Paraguai.

A expansão da fronteira agrícola é continuada, e se no início recebe os colonos que devido ao processo de divisão de suas terras por herança migra em busca de um novo lote colonial em terras novas, mais recentemente recebe os capitais e investimentos de granjeiros bem sucedidos e/ou de profissionais liberais. É a burguesia do campo, que leva os trabalhadores, os descendentes dos colonos que não conseguem mais adquirir os seus lotes, mas apenas trabalho como empregados, jagunços, grileiros, etc.

Na região é necessário superar a " crise da agricultura" - da agricultura dos colonos que não conseguem mais produzir alimentos em terras cansadas.

A recuperação da agricultura dos colonos se dá a partir de mudança nas bases técnicas da produção. Alteram-se as condições de produção. Através de financiamento do Banco do Brasil, intermediado pelas cooperativas, o capital cria a segunda natureza, a natureza necessária aos novos cultivos comerciais. Estes são o trigo e a soja, que substituem toda a policultura que antes existia. Criam-se Cooperativas e na região de Ijuí a Cotrijuí, a maior cooperativa tritícola da América. Aliam-se para tanto os triticultores que precisavam dar um encaminhamento a comercialização de sua produção, com

os pequenos produtores - os colonos - que precisavam superar a "crise da sua agricultura". O capital acentua o seu desenvolvimento em todos os níveis, e numa parcela muito importante, nesta região, subjuga o pequeno produtor agrícola através da extração da renda da terra.

Nesta perspectiva cabe levantar algumas questões no sentido de como se encaminha a organização da sociedade e do espaço nesta região.

Na medida em que a agricultura está centrada especialmente em dois produtos que se sucedem ao longo do ano, qualquer problema que aconteça com um deles é causa de sérios riscos. Por isso tem se acentuado a cada dia com maiores preo

o papel das cooperativas neste contexto ? Encerra-se a fase de produção do capital, e começa a acentuar-se a fase de reprodução do capital. Como o pequeno produtor poderá participar deste processo a partir de agora?

Outra questão interessante é a que se refere ao uso monopolista do espaço. Os mercados estão todos integrados, a produção para consumo (inclusive a de alimentos - frutas, verduras, legumes) não é mais regionalizada, é nacionalizada. Tende a ocorrer a homogeneização do espaço pelo capital. Não é só a agricultura que o capital subordina, é também a indústria, o comércio. Substituem-se as casas comerciais, as pequenas fábricas de capital local e familiar pelos grandes capitais industriais e comerciais, nacionais e internacionais.

A feição urbana toma novas formas. A hierarquia urbana e a rede viária são organizadas de forma a drenar o excedente da exportação. Existem inúmeras pequenas cidades , que funcionam com precária infra-estrutura urbana e que estão assentadas na produção agrícola do colono. São cidades rurais, quase que uma simples continuidade da zona rural. Se a agricultura dos colonos está em crise o que resta para estas cidades? O êxodo rural é acentuado, a população passa por estas cidades, indo adiante para as de médio porte e as grandes. A fronteira agrícola está "fechada" para estas populações. Em que medida pode haver perspectiva de aproveitamento destes trabalhadores ? na própria zona rural, ou nas pequenas cidades ?

A população migra ao encontro, do caminho do capital, do caminho que faz a exportação dos excedentes.

Nesta situação é interessante observar de que forma ocorre este caminho. Em estudos realizados pela Cotrijuí e pela Fecotrigo pode-se verificar os custos da produção de trigo e de soja. A Cotrijuí considera como propriedade média existente em sua área de atuação o tamanho de 50 ha, e a Fecotrigo, para o conjunto do Estado considera o tamanho médio ideal, a propriedade de 180 ha. Em ambas a preocupação é referente aos custos das lavouras comerciais, nas quais se ircluam o trigo e a soja, para o período de 82-83.

Tabela 12: Demonstrativo do custo de produção da soja

RUBRICA	Custo de Produção	
	TOTAL	Hectare
Construções	50.654,80	1.447,28
Benfeitorias	12.869,85	367,71
Máquinas e Implementos	732.840,92	20.938,31
Mão-de-Obra	373.284,23	10.665,26
Locação de terraços	982,28	28,07
Imposto Territorial Rural	7.000,00	200,00
Insumos modernos	925.806,00	26.451,60
Despesas financeiras	698.713,94	19.963,26
FUNRURAL	67.672,50	1.933,50
Transporte contratado	111.433,00	3.183,80
Seguros	52.004,42	1.485,84
TOTAL	3.033.261,94	86.664,63

FONTE: COTRIJUÍ. 1983.

Tabela 13: Demonstrativo do custo de produção de soja

RUBRICA	Custo de Produção	
	TOTAL	Hectare
CONSTRUÇÕES	226.232,36	1.256,85
INSTALAÇÕES E BENFEITORIAS	33.374,93	185,42
Cercas		
Sistemas de luz/água		
MÁQUINAS E IMPLEMENTOS	3.660.116,23	20.333,98
Depreciações		
Conservação e Reparos		
Combustíveis		
Lubrificantes		
Filtros		
MÃO-DE-OBRA	1.371.801,95	7.621,12
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	200.691,25	1.114,95
INSUMOS MODERNOS	4.308.191,41	26.684,40
Calcário		
Fertilizantes		
Semente		
Defensivos: herbicidas		
inseticidas		
. contato		
. sistêmico		
. formicida		
TRANSPORTE EXTERNO	508.705,83	2.826,14
Insumos		
Produção		
FINANCIAMENTO	3.187.085,79	17.706,03
FUNRURAL	472.500,00	2.625,00
ARRENDAMENTO	604.800,00	3.360,00

FONTE: FECOTRIGO. 1983.

Observando-se as tabelas verifica-se que a maior parcela do custo está, nos dois estudos, centrada nos Insumos Modernos que participa com 30,53 % nas propriedades de 50 ha, e com 32,00 % em propriedades maiores. Ambos têm um percentual ao redor de 24 % para o item Máquinas e Implementos. Com referência às Despesas Financeiras e Mão de Obra os percentuais maiores são da propriedade da Cotrijuí, com 23,00 % e 12,31 % respectivamente, enquanto que para a propriedade estudada pela Fecotrigo é de 21,00 % e 9,1 % respectivamente.

O custo total da produção, é para a lavoura da Cotrijuí, de CR\$ 122.290,00 por ha., e para a lavoura da Fecotrigo de CR\$ 83.713,89. É, portanto, um custo de CR\$4.891,00 por saco, para a lavoura de 50 ha., e de CR\$ 3.348,56 para a lavoura de 180 ha.

Nesta safra de 83 a média, dos cinco primeiros meses, do preço pago ao produtor é de CR\$ 3.538,40 por saca. Enquanto isto o preço no mercado internacional é de CR\$ 5.111,99.

Com estes dados, observa-se que, considerados todos os custos envolvidos na produção agrícola, o agricultor "empata", quando não perde. Pode-se dizer, que no conjunto, o agricultor opera com prejuízo, a não ser que se desconsidere os valores de custo fixo, de instalação do empreendimento. Aí ele obtém uma pequena margem de lucro, ou renda, na particularidade de cada safra agrícola.

E, considerando-se o preço internacional da

soja, cuja média de janeiro a maio é de CR\$ 5.111,99, se esta belece aí a margem com que a empresa comercializadora e/ou beneficiadora da produção, opera. Esta parte deve remunerar o empreendimento de comercialização e/ou beneficiamento da soja. No caso da Cotrijuí, ou das demais cooperativas, os custos são mais altos, em função do aparato necessário ao funcionamento de uma cooperativa. Incluem-se aqui os custos sociais, como saúde e educação cooperativa, e também todos aqueles investimentos necessários a montar o aparato de infraestrutura para o próprio funcionamento do complexo cooperativo. No caso da Cotrijuí merece destaque, como exemplo, a construção do Terminal Portuário de Rio Grande, e a compra de caminhões para realizar o transporte da produção.

De qualquer forma está aí a transferência de excedentes via cooperativas, ou empresas multinacionais de beneficiamento e/ou exportação da soja. Considerando o exposto acima, a parte retida pelas cooperativas é sensivelmente menor do que das demais empresas que atuam no ramo. No conjunto da produção observa-se que é colocado no mercado internacional uma produção que envolve a nível nacional altos custos " pagos ", especialmente pelo produtor agrícola.

No caso do trigo a situação não é melhor, muito pelo contrário. Considerando a mesma caracterização nos estudos da Cotrijuí e da Fecotriga pode-se observar as tabelas a seguir.

Tabela 14: Demonstrativo do custo de produção do Trigo

RUBRICA	Custo de Produção	
	Total	Hectares
Construções	122.950,00	5.346,00
Benfeitorias	15.654,00	681,00
Máquinas e Implementos	632.149,00	27.486,00
Mão-de-Obra	318.060,00	13.829,00
Locação de Terraços	3.915,00	170,00
Imposto Territorial Rural	7.500,00	326,00
Insumos	736.657,00	32.029,00
Despesas Financeiras	818.834,00	35.601,00
FUNRURAL	44.793,00	1.948,00
Transporte contratado	33.890,00	1.473,00
Seguro	78.247,00	3.398,00
TOTAL	2.812.649,00	122.290,00

FONTE: COTRIJUI. 1983.

Tabela 15: Demonstrativo do custo de produção do Trigo

RUBRICA	Custo de Produção	
	Total	Hectares
Construções	188.508,11	1.570,90
Instalações e Benfeitorias	27.809,65	231,75
Máquinas e Implementos	3.472.533,05	28.937,78
Mão-de-Obra	913.419,60	7.611,83
Imposto Territorial Rural	133.780,79	1.114,84
Insumos Modernos	4.090.804,94	34.090,04
Transporte Externo	430.233,55	3.585,28
Financiamento	3.426.551,03	28.554,59
FUNRURAL	217.740,00	1.814,50
Arrendamento	182.901,60	1.524,18

FONTE: FECOTRIGO. 1983.

O custo total por hectare da produção de trigo é de CR\$ 122.290,00 para a lavoura de 50 ha. (da Cotrijuí) e de CR\$ 109.085,69 para a de 180 ha. (da Fecotrigo). O custo por saco é de CR\$ 6.436,00 para a lavoura de 50 ha. e de CR\$ 5.738,00 para a de 180 ha. O preço do trigo é taxado, pois é comercializado pelo Governo, pelo preço mínimo, que é de CR\$ 6.600,00 enquanto que no mercado internacional o preço é de CR\$ 4.900,00. O subsídio dado pelo governo para que haja produção de trigo para abastecimento interno, tem algum significado para as lavouras maiores, e as menores continuam em má situação. Mesmo assim, qualquer sobra para o agricultor, se esta ocorre, é bastante pequena se se considerar todos os custos envolvidos no seu cultivo e o preço que lhes é pago.

Ao trigo deve-se acrescentar todo o problema de instabilidade no seu cultivo e as dificuldades de obter nas safras sucessivas o rendimento necessário de produção por hectare, para cobrir os custos e realização do lucro, ou da renda.

Ocorre então que nas lavouras desenvolvidas na região, produzindo trigo e soja há um aumento da produtividade física do trabalho. Este aumento é ocasionado pela modernização da produção, embora mantidas as condições de tamanho da propriedade e de empreendimento familiar, não se constituindo verdadeiramente a " empresa rural capitalista". Daí que muitos dos agricultores - colonos - trabalham em condições deficitárias de rendimento do capital empregado e do traba -

lho investido. Na realidade obtém rendimentos negativos para a remuneração do seu empreendimento.

Como se observa nos quadros de custo da produção não ocorre a remuneração do capital investido, como um custo da produção, que ele é. Se calcula, apenas, uma taxa de depreciação em cima dos itens considerados no custo da produção. O agricultor, de certa forma tem a ilusão de que está ganhando com a produção, mas está no entanto, se descapitalizando a cada safra que colhe.

São estas as características do trabalho agrícola, nesta região, intermediado pela presença do Estado via fornecimento de crédito, via subsídio, via estabelecimento do preço mínimo para o trigo, etc.

São estas as características da maioria dos trabalhadores envolvidos na atividade agrícola em propriedades menores de 180 ha. (para considerar os dados da Fecotrigo) . Não é a totalidade dos produtores que aí se coloca. Mas é um grande contingente de colonos que ao longo da sua trajetória de expropriação, vão criando as condições para que se dê a acumulação de capital. Para que se dê a reprodução do próprio modo de produção capitalista. O processo de seleção/exclusão dos pequenos proprietários é continuado. E a sua trajetória também o é.

No conjunto há uma transferência de excedente que permite a acumulação do capital, com consequências na di

visão territorial. Constitui-se uma região que com uma produção familiar " cede " excedente para outras regiões do território, ou do espaço do capital.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Luiz et alli. Santa soja. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do RS, 1979.
- ALBUM comemorativo do cincoentenário da fundação de Ijuí 1890 1940. s.n.t.
- AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977. 179 p.
- ANDRADE, Manoel Correia de. Agricultura e capitalismo. São Paulo, Ciências Humanas, 1979. 115 p.
- . O planejamento regional e o problema agrário no Brasil. São Paulo, HUCITEC, 1976. 180 p.
- ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Análise do 1º simpósio nacional da soja. (Porto Alegre), s.d. 104 p.
- BADESUL. Soja . s.n.t.
- BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. BOLETIM GEOGRÁFICO, Rio de Janeiro, 20 (171) : 587-620, nov/dez. 1962 e 21 (172) : 3-29, jan./fev. 1963.
- . Colonização no município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul. In: IBGE. Conselho Nacional de Geografia . Aspectos da geografia riograndense. Rio de Janeiro, IBGE , 1954. p. 173-180.
- BROECK, Jan O.M. Iniciação ao estudo da geografia. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. 155 p.
- BRUM, Argemiro Jacob . Nossas coisas, nossa gente. (manuscrito).
- CADERNOS TERRAGENTE. Porto Alegre, jun. 1983.
- CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. 4.ed. São Paulo, Duas cidades, 1977. 284 p.

- CARDOSO, Fernando & MULLER, Geraldo. Amazônia : expansão do capitalismo. São Paulo, Brasiliense, CEBRAP, 1977. 205 p.
- CASTRO, Antonio de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1972. 2 v.
- COLOSSI, Nelza. Tenente Portela. Ijuí, Museu Antropológico Diretor Pestana. FIDENE. 1969. 19 p.
- CORADINI, Luiz Odacir & FREDERIQ, Antoinette. Agricultura, Cooperativas e multinacionais. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 184 p.
- COSTA, Rovílio & outros. Imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. SULINA, 1974. 130 p.
- CUBER, Antoni. Nas margens do Uruguai. Ijuí, Museu Antropológico Diretor Pestana. FIDENE, 1975. 45 p.
- DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sérgio. org. RS: economia e política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, 424p.
- ENCICLOPÉDIA RIOGRANDENSE. Canoas, Regional, 1958. 5 v.
- ENGELS, Friedrich, Dialética da Natureza. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 238 p.
- FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1972. 118 p.
- FECOTRIGO. Trigo e Soja; desenvolvimento, situação atual, perspectivas. Porto Alegre. 30 p.
- FIDENE, IPP, IEP. Análise de uma experiência de educação : Projeto Braga. Ijuí, FIDENE, 1974. 213 p.
- FIDENE, IPP. Colégio Presidente Getúlio Vargas, Três de Maio - RS : Diretrizes de Planejamento. Ijuí, FIDENE, 1973. 79 p.
- . Coronel Bicaco, Braga e Redentora: Financiamento e modernização agrícola. Ijuí, FIDENE, 1975. 60 p.
- . DGE-38, caracterização sócio-econômica. Ijuí, FIDENE, 1978, 193 p.

- . Diagnóstico das condições de saúde na região polarizada por Ijuí. Ijuí, FIDENE, 1977. 98 p.
 - . Escoamento da produção e inadequação do sistema de transportes: o caso da COTRIJUÍ . Ijuí, FIDENE, 1973. 79 p.
 - . Produtividade em Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana: diagnóstico. Ijuí, FIDENE, 1972. 56 p.
 - . Santo Augusto, caracterização sócio econômica. Ijuí, FIDENE, 1975. 102 p.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros , USP, 1969. 249 p.
- FRANTZ, Telmo Rudi. Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola . Ijuí, COTRIJUÍ, FIDENE, 1982. 249 p.
- . Les granjas de ble et soja; genese et evolution d'un groupe d'agriculteurs capitalistes sur le plateau du Rio Grande do Sul - Brasil. Paris, 1980 (Thèse pour le doctorat de 3 ème cycle, Universite de Paris I, Pantheon-Sorbonne).
 - . Evolução da agropecuária no planalto gaúcho. Ijuí, FIDENE, 1979. 47 p.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. A mecanização da agricultura do Rio Grande do Sul - 1920-75 . Porto Alegre, 1979. 251 p.
- . 25 anos de economia gaúcha. 2.ed. Porto Alegre, FEE , 1975. v. 1, 77 p.
 - . De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul- Censos do RS 1803 - 1950. Porto Alegre, 1981. 330 p.
- FUNDAÇÃO IBGE. Censo agropecuário, Rio Grande do Sul- 1970 . Rio de Janeiro, 1974. 581 p.
- . Censo agropecuário, Rio Grande do Sul - 1975. Rio de Janeiro, 1979. 920 p.
 - . Produção agrícola municipal - 1980, Paraná, Santa Cata-

rina, Rio Grande do Sul- culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro, 1982. 404 p.

— . Instituto brasileiro de Geografia. Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro, 1972. 112 p.

GIRON, Loraine Slomp . A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando org. RS: imigração e colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980 - p.47-66.

GOLDSTEIN, Léa & SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. REVISTA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, São Paulo (1) : 21-47.

GRAMSCI, Antonio. Alguns temas da questão meridional. TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS, São Paulo (1) , 1977.

HOBSBAWN, Eric. Introdução. In : MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p.13-64.

IBGE. Censo agrícola de 1960, Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro. 75 p.

— . Sinopse preliminar do censo agropecuário, 1980. Rio de Janeiro, IBGE, 1982. 91 p.

— . Conselho Nacional de Estatística. Estado do Rio Grande do Sul, censos econômicos- 1950. Rio de Janeiro, 1956. 370 p.

INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA. Evolução administrativa do Rio Grande do Sul. (Porto Alegre) s.d. 92 p.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo, Proposta Editorial, (1980). 328 p.

KUHLMANN, Edgar. Vegetação campestre no planalto meridional do Brasil. In : IBGE, Conselho Nacional de Geografia. Aspectos da geografia riograndense . Rio de Janeiro, IBGE , 1954. p. 39-55.

LACOSTE, Yves. A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra. s.n.t. 134 p.

LANDO, Aldair Marli & BARROS, Eliane Cruxên. A colonização a-

- lemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Movimento, IEL -RS, 1976. 94 p.
- LAZZAROTTO, Danilo. História de Ijuí. Ijuí, Museu Antropológico Diretor Pestana, FIDENE, 1977. 40 p.
- . História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Sulina 1971. 186 p.
- LEFEBVRE, Henri. Espacio y politica. Barcelona, Península, 1976. 157 p.
- LENIN, V.I. El desarrollo del capitalismo en Russia. Barcelona, Ariel, 1974. 581 p.
- . Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. São Paulo, Brasil Debates. 1980. 100 p.
- LINDMAN, Carl Axel Magnus. A vegetação no Rio Grande do Sul. Belo Horizonte, São Paulo, Itatiaia. EDUSP, 1974. 377 p.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Parceria e capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 135 p.
- MAMIGONIAN, Armen. Geografia e realidade. TERRITÓRIO LIVRE, São Paulo, (2) : 2-32.
- . Notas sobre a geografia urbana brasileira. In : SANTOS, Milton org. Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1982. p. 202-208.
- MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo, Pioneira, 1973. 222 p.
- . Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975. 161 p.
- . Expropriação e violência; a questão política no campo. São Paulo, HUCITEC, 1980. 181 p.
- . Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1983. 185 p.
- MARQUES, Mario Osório. Trigo e região, um estudo de caso. Ijuí, FIDENE, 1972. 100 p.

- MARX, Karl, Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 136 p.
- . O capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1974. L.3, v.6.
- MAZZAROLLO, Adelino. A Educação no meio rural de Barreiro. s. n.t. (1973). (Manuscrito).
- MOREIRA, Ruy. Geografia, ecologia, ideologia: a "totalidade homem - meio" hoje. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 4º Anais. Rio de Janeiro, 1980. p.245-268.
- . O que é Geografia. São Paulo, Brasiliense, 1981. 113 p.
- MULLER, Geraldo. Cotrijuí : tentativa de criação de um conglomerado de capital nacional. In : LOUREIRO, Maria Rita Garcia org. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil . São Paulo, Cortez, 1981. 155 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A pequena produção agrícola no Brasil. In : ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5º Anais. Porto Alegre, 1982. L.2, v.2, p. 179-211.
- . É possível uma " geografia libertadora "? VOZES, Petrópolis, 74 (4) : 13-18, maio, 1980.
- . Geografia e realidade. TERRITÓRIO LIVRE, São Paulo, (2): 2-32.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira : crítica da razão dualista . SELEÇÕES CEBRAP, São Paulo, (1): 5-78.
- . A economia da dependência imperfeita . Rio de Janeiro . Graal, 1977. 159 p.
- . Elegia para uma re (li) gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 132 p.
- PAUWELS, Geraldo. Algumas notas sobre a distribuição do campo e da mata no sul do país e a fixidez do limite que as separa. In : IBGE, Conselho Nacional de Geografia: Aspectos da geografia riograndense. Rio de Janeiro. IBGE, 1954. p.33-37.

- PÉBAYLE, Raymond. Geografia Rural das novas colônias do Alto Uruguai (Rio Grande do Sul - Brasil). BOLETIM GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, 16 (14): 12-19, jan/dez. 1971.
- . O centro do planalto riograndense: uma região rural em mutação. BOLETIM GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, 16 (14) : 44-55, jan./dez. 1971.
- PETRONE, Pasquale. Povoamento e Colonização. In: AZEVEDO, Aroldo de. Brasil, a terra e o homem. São Paulo, Nacional EDUSP, 1970. v.2, p.127-158.
- PRADO JUNIOR, Caio. A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979. 188 p.
- . História econômica do Brasil. 20. ed. São Paulo, Brasiliense, 1977. 364 p.
- . Sentido da Colonização. In: — . Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1971. p. 19-32.
- QUAINI, Massimo. Marxismo e geografia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 155 p.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O campesinato brasileiro. Petrópolis, São Paulo, Vozes, EDUSP, 1973. 242 p.
- ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969. 2 v.
- SÁ JÚNIOR, Francisco. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. SELEÇÕES CEBRAP, São Paulo, (1) : 79-134.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho. São Paulo, HUCITEC, 1978. 182 p.
- SANTOS, Milton. Espaço e dominação. SELEÇÃO DE TEXTOS, São Paulo, (4) : 3-27.
- . O espaço dividido. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979. 345 p.

- . org. Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1982. 219 p.
- . O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- . Por uma geografia nova. São Paulo, HUCITEC, EDUSP, 1978. 236.p.
- SCHILING, Paulo . O trigo. Rio de Janeiro, ISEB, 1959.78p.
- SERENI, Emílio e outros. Agricultura y desarrollo del capitalismo. Madrid, Alberto Corazón, 1974. 447 p.
- SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí-mirim. Porto Alegre, Movimento, 1974. 159 p.
- SILVA, José Grazziano da. A modernização dolorosa . Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 192 p.
- . O que é questão agrária. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 109 p.
- SILVA, J.F. Grazziano. coord. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1978. 276 p.
- SINGER, Paul. Porto Alegre. In : _____. Desenvolvimento econômico e evolução urbana . São Paulo, Nacional, 1974, p. 140-198.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia. Petrópolis, Vozes, 1976. 135 p.
- SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriovaldo. Vida rural e mudança e mudança social. 2.ed. São Paulo, Nacional, 1976.239 p.
- VALVERDE, Orlando. Geografia agrária do Brasil . Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. v.1, 395 p.
- VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme. In : AMIN, Samir & VERGOPOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 179 p.

VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de expansão e estrutura agrária. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. 178 p.

VOZES, Petrópolis. 74 (4), maio, 1980.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. In : IBGE, Conselho Nacional de Geografia. Aspectos da geografia riograndense. Rio de Janeiro, IBGE, 1954. p.63-118.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.